



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ODONTOLOGIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ODONTOLOGIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA

Reitora

Angelita Pereira da Lima

Pró-Reitor de Graduação

Israel Elias Trindade

Diretor

Gersinei Carlos de Freitas

Coordenador de Curso

Julio Almeida Silva

Núcleo Docente Estruturante

Crisnicaw Veríssimo

Francine do Couto Lima Moreira

Julio Almeida Silva

Leandro Bambrilla Martorel

Robson Rodrigues Garcia

Sicknan Soares da Rocha

Colaboradores

Ana Helena Gonçalves de Alencar

Maria Goretti Queiroz

Atualizações do PPC

Diego Antonio Costa Arantes – Coordenador de Curso (2024-2028)

Goiânia, dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os docentes da Faculdade de Odontologia que participaram ativamente da elaboração deste documento, durante as Semanas de Planejamento Pedagógico, desde 2016. Ressaltamos o minucioso e competente trabalho do NDE do período anterior a 2016, que se constituiu ponto de partida deste processo.

SUMÁRIO	
1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO	1
2. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	3
3. OBJETIVOS	6
3.1. Objetivo geral	6
3.2. Objetivos específicos	7
4. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL	7
4.1. Prática profissional	8
4.2. Formação técnica	10
4.3. Formação ética e função social do profissional	12
4.4. Interdisciplinaridade	15
4.5. Articulação entre teoria e prática	17
5. EXPECTATIVAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	18
5.1. Perfil do curso	23
5.2. Perfil e habilidades do egresso	23
6. ESTRUTURA CURRICULAR	25
6.1. Tabela Reversa de Equivalência de Componentes Curriculares	54
7. POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO	59
8. POLÍTICA DA INSERÇÃO DE AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACEx	64
9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	65
10. POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	66
11. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM E APOIO AO DISCENTE	69
12. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA EXTERNA	70
13. POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	72
14. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS OBRIGATÓRIOS	75
14.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	75
14.2. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura-afro-brasileira e africano	76
14.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	77
14.4. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	78
14.5. Titulação do Corpo Docente	79
14.6. Núcleo Docente Estruturante	80
14.7. Carga horária mínima	80
14.8. Tempo de Integralização	80
14.9. Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	80
14.10. Disciplina optativa de Introdução à Língua Brasileira de Sinais - Libras	81
14.11 Informações acadêmicas	81
14.12. Política de Educação Ambiental	81

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
16. ANEXOS	86
16.1 ANEXO 1: Parecer do Núcleo Docente Estruturante (2016) sobre a análise da matriz curricular do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Goiás	86
16.2 ANEXO 2: Critérios adotados pela FO-UFG para registro das ATIVIDADES COMPLEMENTARES – Resolução CD/FO N° 02/2018	86

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

As informações relacionadas com a apresentação deste projeto estão descritas a seguir:

- 1.1. Nome do curso: Curso de Odontologia.
- 1.2. Unidade acadêmica: Faculdade de Odontologia, Câmpus Colemar Natal e Silva.
- 1.3. Área do conhecimento: Saúde e Bem-estar, Saúde, Odontologia.
- 1.4. Modalidade: presencial.
- 1.5. Grau acadêmico: Bacharelado.
- 1.6. Título a ser conferido: Bacharel em Odontologia.
- 1.7. Carga horária mínima: 4.252 Horas.
- 1.8. Turno de funcionamento: integral.
- 1.9. Número de vagas anuais, por semestre de ingresso: 60.
- 1.10. Duração mínima e máxima do curso, em semestres: A duração mínima é de 10 semestres e a máxima 16 semestres.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Graduação em Odontologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) foi elaborado pela Comissão de Ensino, concluído em 2009, e regulamentado em 2011 pela Resolução-CEPEC Nº1008, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2006. Este documento foi construído para adequar o curso às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), do Estatuto da Universidade Federal de Goiás aprovado em 2003 e, por fim, às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Odontologia (DCNO) aprovadas em 2002. Até o presente momento, abril de 2022, foi efetuada uma alteração no Anexo I da Resolução- CEPEC Nº 1008, por meio da Resolução CEPEC Nº 1525 de 2017, e houve uma adequação do curso ao RGCG aprovado pelas Resoluções - CEPEC Nº 1557 de 2017; e CEPEC Nº 1791 de 2022.

Foi consultada, também, para refletir nestas alterações as tendências do ensino odontológico no Brasil o Parecer CNE/CES nº 803/2018 aprovado em 05 de dezembro de 2018, que posteriormente instituiria as novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Odontologia (DCNO), publicada em 21 de junho de 2021 – Resolução Nº 3 MEC/CNE/CES.

Em 2014, em uma iniciativa do Pro-Pet Saúde e colaboração dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) da área de saúde da UFG, foram realizadas oficinas

visando à elaboração de instrumentos de avaliação de PPC. Foram construídas propostas de avaliação de estágio, de egressos, da matriz curricular, entre outros. Professores, membros do NDE do curso de Odontologia, participaram destas oficinas, porém o NDE optou por aplicar um instrumento de avaliação direcionado aos docentes, intitulado: "*Percepção docente em relação ao currículo do curso de Odontologia FO-UFG*".

A partir dos resultados da pesquisa sobre a percepção dos docentes e da observação do desempenho dos estudantes durante as atividades em sala de aula, laboratórios e ambulatorios, ao longo dos 8 anos da implantação da matriz curricular, tornou-se evidente a necessidade de reformulação do PPC, sendo em 2014, portanto, iniciado o processo de revisão.

Em 2016, a primeira proposta de reestruturação da matriz curricular foi apresentada pelo NDE após diversas reuniões com docentes, discentes e técnicos-administrativos da Faculdade de Odontologia. A revisão da matriz curricular, após ampla discussão, gerou o documento intitulado: *Parecer do Núcleo Docente Estruturante sobre a análise da matriz curricular do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Goiás* (ANEXO 1), encaminhado à direção da FO em 27/07/2016.

Neste mesmo ano, houve uma recomposição dos participantes do NDE, o qual dando continuidade ao processo de revisão do PPC, realizou sucessivas reuniões com docentes coordenadores das diversas disciplinas que compunham a matriz curricular do curso, com o objetivo de analisar a necessidade e importância dos pré-requisitos e co-requisitos de cada disciplina.

As propostas de mudanças na matriz curricular foram apresentadas pelo NDE durante as semanas pedagógicas dos anos 2016-2, 2017-1/2, 2018-1/2 e 2019 1/2 espaço onde os docentes tiveram a oportunidade de participar ativamente do processo de revisão, reformulando ementas, reconsiderando conteúdos e carga horária, verificando requisitos e pré-requisitos, e ainda, adequando o momento de oferta das disciplinas.

Em 2020, a comunidade acadêmica se depara com as condições adversas impostas pela pandemia da COVID-19 e concentra suas ações nas adequações do ensino para o inesperado cenário. Além da necessidade mobilização em torno da construção de um modelo de ensino na forma remota (Ensino Remoto Emergencial – ERE), o surgimento de novas diretrizes, leis e resoluções determinaram a realização de adequações na Matriz Curricular construída até 2019. Tais adequações foram orientadas pelo processo de Reestruturação Curricular, iniciado em 2019, que implementou a unificação de componentes curriculares entre os Cursos de Graduação da UFG; e pelos documentos: 1.

Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologias, de 21 de junho de 2021; 2. Regulamentação das Atividades Curriculares de Extensão (ACEEx), de 22 de outubro de 2021; 3. Diretrizes e procedimentos para elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), regulamentados pela Instrução Normativa Nº 01, de 21 de março de 2022.

O documento aqui apresentado foi construído coletivamente e continua alicerçado nos princípios que fundamentam a Universidade Federal de Goiás, a saber: o respeito à pluralidade de ideias; a qualidade do ensino; a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; o fomento à interdisciplinaridade; a responsabilidade com os mecanismos de flexibilidade curricular; o compromisso com a democracia, com a paz e com os direitos humanos.

2. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Curso de Odontologia da UFG foi fundado em 12 de outubro de 1945 e autorizado a funcionar em 12 de dezembro de 1947 vinculado à Faculdade de Farmácia. A Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás era mantida pela Sociedade São Vicente de Paula funcionando de forma considerada precária, mesmo para os padrões da época, nas dependências da Santa Casa de Misericórdia. Em 1956 foi transferida para o prédio onde atualmente funciona o Museu da UFG.

A Faculdade de Odontologia da UFG iniciou o curso com duração de três anos, instituído pelo Decreto nº 19.852 de 1931. Os objetivos estabelecidos para o Curso de Odontologia eram de adequar a formação dos profissionais às inovações técnico-científicas condicionadas pelo desenvolvimento das ciências biológicas, e de formar profissionais mais comprometidos com uma noção histórica ampliada de saúde. Concomitante às propostas de reformulação curricular, discutia-se a necessidade de formação de recursos humanos capazes de trabalhar na perspectiva da saúde pública. Nesse sentido, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) tornou-se parceira das iniciativas nacionais, principalmente do Ministério da Saúde e da Educação, na formulação de programas para reorientação da formação dos profissionais de saúde. Destaca-se o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde – PPREPS de 1976, elaborado pelo Ministério da Saúde, com apoio do Ministério da Educação e da OPAS, com o objetivo de “preparar a adequação da formação de pessoal de saúde,

quantitativa e qualitativamente, às necessidades e possibilidades dos serviços por meio de uma progressiva “integração” das atividades de formação na ‘realidade do Sistema de Serviços de Saúde’ (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1976, p.3). Este foi o primeiro de uma série de programas interministeriais instituídos no Brasil com o objetivo de (re)orientar a formação dos recursos humanos em saúde.

O processo de construção de uma nova matriz curricular dos cursos de graduação, no Brasil na década de 1990 teve início a partir da Lei 9.394/96, conhecida como LDB, que estipulou como competência do curso a elaboração do seu projeto pedagógico com a participação do corpo docente. No Curso de Odontologia, esta determinação foi especificada nas DCNO de 2002. Neste mesmo ano, a Universidade Federal de Goiás aprovou as alterações no Estatuto da UFG e atendendo às determinações da LDB, modificou o modelo curricular de seus cursos, tendo como princípios gerais a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a articulação entre teoria e prática, a atuação na realidade regional, uma maior autonomia e flexibilidade, a mudança de regime anual para semestral e um novo sistema de controle acadêmico (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003).

Assim, atendendo às regulamentações das DCNO (2002) e das determinações do Ministério da Saúde para os cursos da área da saúde, o processo de construção da matriz curricular foi finalizado em 2005. A proposta curricular teve como princípios gerais: integralidade da atenção, interdisciplinaridade, integração de conteúdos, aproximação da teoria e prática e do ciclo básico e clínico. A implementação dessa estrutura iniciou-se no primeiro semestre do ano de 2006, paralelamente à continuação do antigo currículo. Dentre os desafios para a elaboração da proposta curricular, foi ressaltado, a mudança de paradigmas estabelecidos, a implementação de uma formação docente que viabilizasse a adoção de práticas inovadoras, a superação de uma estrutura compartimentalizada, fragmentada e disciplinar e a participação do SUS no processo. Dentre os avanços alcançados, foram destacados a disponibilidade de disciplinas afins trabalharem de forma integrada, o fortalecimento das ações de saúde coletiva, e a criação de disciplinas que integravam o ciclo básico com o clínico (LELES *et al.*, 2007).

Neste contexto, o PPC (2009) do Curso de Odontologia foi concebido dentro de uma proposta de currículo integrado onde os conteúdos deveriam ser ministrados em graus crescentes de complexidade e de forma complementar a partir das necessidades do paciente. O Comitê de Pares Avaliadores do processo de acreditação do Sistema Arco-Sul, considerou o projeto muito bom, salientando a coerência da proposta formativa com

o perfil do egresso. Porém, no mesmo documento, apontaram a ausência de avaliação do egresso para aferir o alcance do perfil profissional anunciado pelo curso. Durante o tempo de vigência da Resolução CEPEC Nº 1008 (2011), esta foi a única avaliação externa a qual o Curso de Odontologia foi submetido.

Muitos desafios a implementação da reforma curricular foram reportados em pesquisas (MATIAS, 2013; SANTANA & QUEIROZ, 2015), as quais apontaram o incômodo dos docentes da área com as mudanças preconizadas pelas DCNO. Santana & Queiroz (2015) avaliaram a percepção dos docentes da FO-UFG acerca das competências necessárias dos seus egressos para atuar na Saúde da Família. A amostra da pesquisa constituiu-se 35 professores, sendo representativa de 76,1% do corpo docente. Os entrevistados mostraram conhecimento do perfil do egresso preconizado pelas DCNO e pelo PPC do curso, no entanto, tenderam a não concordar com o mesmo. Foi ressaltado pelos docentes a preocupação com o fato das DCNO serem muito amplas, dificultando sua implantação na prática e tendo consequências negativas na formação do estudante. Ainda, relataram insatisfação com conteúdos e distribuição da carga horária de diversas disciplinas. Consideraram um desafio formar para a realidade e necessidades de saúde da população.

Em estudo realizado com formandos de 2010, 2011 e 2012 da Faculdade de Odontologia da UFG, Barbosa *et al.* (2016) constataram percepção negativa de 63,9% dos entrevistados em relação às mudanças curriculares implantadas em 2006. Durante a análise dos resultados foram considerados fatores que contribuíram com esta percepção negativa a falta de leitura prévia das DCNO pelos estudantes, a convivência dos estudantes com os da matriz curricular anterior na mesma instituição e a resistência dos docentes às mudanças.

Com relação a estrutura curricular, na opinião dos estudantes, a integralização possibilitou uma formação humanista, com atuação multiprofissional na prevenção e promoção da saúde, porém, com menores oportunidades de realização de diversos procedimentos clínicos. Foram reportados a ausência de disciplinas com clínicas especializadas, déficit de carga horária em determinadas disciplinas e sobrecarga em outras, e não estabelecimento da interdisciplinaridade. Com relação aos processos de ensino-aprendizagem, os estudantes ressaltaram a deficiência de capacitação docente para utilização das metodologias ativas em sala de aula e para promover a interdisciplinaridade durante as aulas práticas. Ainda, com relação ao perfil do egresso, foi relatada a “incerteza de formação adequada para atuação profissional” (p.28) e que “[...] reflexo de desânimo

de professores que não concordaram com essas mudanças acabam nos prejudicando [...]”. (BARBOSA *et al.*; 2016).

Apesar desta insatisfação com o currículo vigente, nos Exames Nacionais de Desempenho dos Estudantes (ENADE) a avaliação dos estudantes do Curso de Odontologia da UFG, manteve-se na nota 4 e no último triênio alcançou a nota 5, sendo este um indicador de que o curso tem formado seus egressos a partir dos critérios estabelecidos pelo órgão regulador da educação superior no Brasil.

Não obstante os aspectos positivos observados pelos estudantes quanto ao atendimento integralizado do paciente, a maior carga horária prática, aos excelentes projetos de extensão e estágios, a facilidade de aprendizagem com as metodologias ativas, o desenvolvimento de autonomia e formação humanizada (BARBOSA *et al.*, 2016), foram as avaliações negativas que impulsionaram as mudanças ora propostas no PPC.

Em 21 de junho de 2021, o Ministério da Educação publicou as atuais Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Odontologia. Em seu Artigo 35, determina que “Os cursos de graduação em Odontologia em funcionamento terão o prazo de até 2 (dois) anos, a partir da data de publicação desta Resolução, para aplicação das suas determinações às novas turmas abertas após o início da sua vigência.”, corroborando com o sentimento da necessidade da atualização do PPC.

Frente a este cenário, uma revisão geral de todas as partes que compunham o PPC (2009) foi realizada com o objetivo de adequá-las às expectativas de docentes e discentes. Como expresso por Santos & Jesus (2018) “as decisões aqui tomadas refletem (...) escolhas tecnopolíticas conectadas a distintas composições de campos de força e interesse. Estas escolhas, por sua vez, abrem linhas de ação e análise, mediadas por poderes e sensibilidades de distintas dimensões”. Buscando contemplar os distintos campos de força e interesses que permeiam a FO-UFG, torna-se justificável a reformulação do PPC (2009) e implementação do presente projeto no sentido de refletir esta nova composição de forças e interesses que regem o processo formativo.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Formar um cirurgião-dentista generalista com sólida competência para promover e manter a saúde bucal da população, por meio de atividades clínicas, educativas, de

prevenção e de vigilância em saúde, a partir do conhecimento da realidade loco-regional pautado em princípios científicos e éticos.

3.2. Objetivos específicos

3.2.1. Orientar o processo formativo do profissional egresso desta instituição com vistas ao desenvolvimento das habilidades, conhecimento e atitudes sugeridas pelas DCNO;

3.2.2. Proporcionar ao educando a formação técnica, científica, ética e social que o torne capaz de planejar e executar ações de promoção da saúde, educação, prevenção, tratamento e reabilitação de doenças e agravos de indivíduos e coletividades;

3.2.3. Ofertar experiências educativas que capacite o educando a atuar juntamente com outras profissões de saúde, buscando a integralidade da atenção à saúde e a prática colaborativa;

3.2.4. Promover experiências formativas em distintos cenários de prática, visando diminuir o distanciamento entre a formação dos profissionais e as reais necessidades da população e do Sistema Único de Saúde (SUS);

3.2.5. Proporcionar atividades que envolvam a construção, aplicação e transmissão de conhecimentos, valorizando a estrutura básica da universidade, ensino-pesquisa-extensão, para que o educando possa compreender e enfrentar a dinâmica do processo saúde-doença da população;

3.2.6. Formar pela pesquisa estimulando o gosto pela produção do conhecimento crítico e rigorosa adequação à realidade loco-regional, a partir da participação em projetos de iniciação científica (PIBIC, PIVIC, entre outros) e extensão;

3.2.7. Implementar avaliação do processo de ensino-aprendizagem como estratégia de aprendizado, com a realização de *feedback* constantes e planejados;

3.2.8. Realizar avaliação do processo de implantação deste PPC, como estratégia para subsidiar o processo formativo dos docentes, de ajuste da matriz curricular, de avaliação do egresso e da integração entre ensino e serviço;

3.2.9. Proporcionar flexibilidade curricular, de modo a permitir que o estudante desempenhe o papel de sujeito de sua própria aprendizagem;

3.2.10. Incorporar metodologias de ensino com utilização de plataformas e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) que facilitem tanto a interação entre estudantes e docentes, quanto a organização de conteúdos e atividades.

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

Os princípios que orientam a formação profissional são: o ensino interdisciplinar, o educar pela pesquisa e aplicação do conhecimento para o benefício da sociedade. Este tripé se consolidará por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, e a observância dos aspectos socioeconômicos pertinentes à realidade loco-regional. A aproximação com o SUS será consolidada como forma de propiciar atuação profissional orientada nos princípios e diretrizes que regem o SUS, atual política de saúde do estado brasileiro.

O planejamento do processo de formação do estudante não pode ser visto como um ato burocrático, que visa meramente atender a uma formalidade legal prevista para a regulamentação do curso em questão. Assim, compreende-se esse capítulo dos Princípios Norteadores como a exposição dos valores, conceitos e interesses que deverão ser considerados na ação cotidiana de todos os envolvidos no processo de formação do cirurgião-dentista da FO-UFG.

Os princípios orientadores aqui apresentados foram sistematizados a partir do processo de mudança curricular em curso na FO-UFG; se assentam nos aspectos legais que formalmente subsidiam a formação dos profissionais da área da saúde. Partem, também, dos princípios e valores expressos no Regimento Geral da UFG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014), corroborado no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFG para o período de 2018 a 2022. Tais princípios contribuem para consolidar a missão da UFG, a saber: “produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e saberes, formando profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017c, p.9)

4.1. Prática profissional

Partindo do suposto de que a formação profissional está intrinsecamente relacionada com a prática profissional há que se considerar as mudanças pelas quais a prática profissional do cirurgião-dentista tem sofrido. A odontologia do século XX era considerada uma profissão liberal que era exercida, quase que exclusivamente no consultório individual e onde prevalecia a relação profissional-paciente na captação e remuneração dos serviços prestados. Destarte, a formação profissional predominante e sua prática, estavam centradas na atenção à doença, tratando o indivíduo como objeto da ação, com ênfase na prática curativa, com o saber e o poder muito centrado no profissional seja ele médico, cirurgião-dentista ou enfermeiro. Uma formação que não buscava vincular os profissionais aos serviços e à comunidade levando a uma baixa capacidade de

resolver problemas de saúde e uma relação custo-benefício questionável. As escolas se organizaram, por muito tempo, segundo estruturas curriculares tradicionais, métodos pedagógicos passivos, relações verticalizadas entre professores, alunos e pacientes (FEURWERKER 2002).

Para favorecer uma formação que contemple e prepare o profissional para diferentes inserções no mundo do trabalho requer pensar em processo formativo intersetorial, interprofissional, pautado em relações mais humanizadas e éticas e com qualidade técnica, respaldada cientificamente.

A FO-UFG tem uma trajetória formativa que busca proporcionar aos seus educandos uma aproximação com esses princípios norteadores acima citados. Desde 1987 tem convênio firmado com a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia. Antes mesmo dessa regulamentação constitucional da parceria ensino-serviço, os estudantes de odontologia faziam estágio extramuros de atenção em saúde bucal em equipamentos odontológicos simplificados. Os preceptores, desde então, eram partícipes do planejamento das atividades e havia, já nesta época, uma padronização dos procedimentos clínicos considerando os protocolos e disponibilidade dos serviços. Esta parceria foi construída a partir das recomendações dos projetos docente-assistências, idealizados pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, ficou estabelecido que cabe ao SUS a ordenação da formação dos recursos humanos para atuar na área da saúde. Em 2003, a adoção das políticas de reorientação da formação dos profissionais de saúde conduzidas pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGEST) a diversidade de cenários e práticas do SUS ampliam-se, incluindo gestão no âmbito central e distrital; controle social do SUS e ainda, ações intersetoriais envolvendo os setores da educação e assistência social (DIAS; LIMA; TEIXEIRA, 2013).

A proposição acima compreende o SUS como um interlocutor *nato* das instituições de ensino superior na formulação e implementação dos projetos pedagógicos de formação profissional e não mero campo de estágio ou aprendizagem prática. Com a aprovação da Portaria 478/2018 do Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, de 27/12/2018 foi regulamentada a Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), do município de Goiânia visando o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2018). A partir deste documento fica estabelecido as atribuições de cada ente participante deste contrato, bem como a atribuição das

instituições de ensino públicas a participar dos processos de educação permanente dos profissionais de saúde. Neste contexto, a Faculdade de Odontologia e respectivos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu e Lato Sensu* passam a integrar uma rede formativa para o SUS.

As DCN dos cursos da área da saúde aprovadas tem por objetivo: construir perfil acadêmico e profissional com competências, habilidades e conteúdos contemporâneos para atuarem com qualidade e resolutividade, inclusive no SUS (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2002).

Segundo o Artigo 4º das DCNO (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2021), a formação do cirurgião-dentista deve proporcionar o desenvolvimento de competências gerais nas seguintes categorias: Atenção à saúde, Tomada de decisões, Comunicação, Liderança, Gestão em saúde e Educação permanente. Estas competências irão nortear a formação dos egressos deste curso, que irão impactar em uma prática profissional mais integral, resolutiva e inclusiva.

Para proporcionar ao estudante de Odontologia da FO-UFG ter uma experiência formativa em diferentes cenários estão previstos a realização de estágios, visitas técnicas no SUS de Goiânia e em outras cidades do interior do estado. Além destes locais, o estudante terá a oportunidade de estagiar em serviços odontológicos privados e ligados aos órgãos de representação da categoria profissional.

A formação propiciada pelo curso tem permitido que os nossos egressos tenham uma inserção, para além do serviço privado (prática tradicional), também no serviço público, não somente na assistência, bem como na gestão do SUS e na vigilância em saúde.

4.2. Formação técnica

No ensino superior a formação profissional se dá mediante o desenvolvimento de atividades educativas de cunho prático e teórico, de forma articulada. Para algumas profissões a formação técnica, normalmente entendida com o saber fazer, é essencial. No ensino baseado em competência esta formação se dá no desenvolvimento de habilidades, no caso específico da odontologia no desenvolvimento de habilidades clínicas, gestoras e ligadas à educação permanente.

A Odontologia é uma profissão que se “exerce em benefício da saúde do ser humano, da coletividade e do meio ambiente, sem discriminação de qualquer forma ou pretexto” (CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA, 2012). Neste sentido, é

função dos formadores destes profissionais capacitar o cirurgião-dentista a desenvolver, entre outras competências, a de atenção em saúde. As DCNO, em seu artigo quinto, definem atenção à saúde como a capacidade de:

I - reconhecer a saúde como direito humano e condição digna de vida e atuar com base no direito ao acesso universal à saúde e aos demais princípios do SUS, tais como os de universalidade, integralidade e equidade, de forma contínua e articulada com todos os setores da sociedade;

II - atuar na integralidade do cuidado à saúde por meio do desenvolvimento de ações e serviços de promoção, proteção, recuperação e manutenção da saúde, individual e coletiva; exigidos para cada caso, em todos os pontos da rede de atenção do SUS, que possibilitem responder às necessidades sociais em saúde;

III - atuar interprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente na atenção à saúde, pautando seu pensamento crítico em valores éticos e em evidências científicas, e de forma que permitir a escuta qualificada e singular de cada indivíduo e das comunidades;

IV - exercer sua profissão de forma articulada com o contexto social, econômico, cultural e ambiental com ênfase na identificação das condições de vida dos indivíduos e das comunidades, como fatores de determinação da condição de saúde-doença da população, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição no respectivo contexto;

V - promover a humanização do cuidado à saúde de forma contínua e integrada, tendo em vista as demais ações e instâncias da saúde, de modo a desenvolver projetos terapêuticos compartilhados, estimulando o autocuidado e a autonomia das pessoas, famílias, grupos e comunidades, bem como reconhecer os usuários como protagonistas ativos da sua própria saúde, inclusive as pessoas com deficiência;

VI - realizar com segurança processos e procedimentos, referenciados nos padrões vigentes da prática profissional, de modo a evitar riscos, efeitos adversos e danos aos usuários, a si mesmo e aos demais profissionais, agindo com base no reconhecimento clínico-epidemiológico, nos riscos e vulnerabilidades dos indivíduos e grupos sociais;

VII - fundamentar a atenção à saúde nos princípios da ética e da bioética, bem como nas legislações regulatórias do exercício profissional, levando em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

O curso de graduação em odontologia, da Universidade Federal de Goiás, se estrutura na perspectiva de desenvolver estas competências por meio de atividades práticas e teóricas, em período integral. Todos os componentes curriculares que compõem a matriz curricular do curso se articulam para formar “um cirurgião-dentista generalista com sólida competência para promover e manter a saúde bucal da população, por meio

de atividades clínicas, educativas, de prevenção e de vigilância em saúde, a partir do conhecimento da realidade loco-regional pautado em princípios científicos e éticos.”

O desenvolvimento das habilidades clínicas se dá por meio de aulas práticas, subsidiadas pelo conhecimento científico e da realidade loco-regional ao longo do curso e ocorre de maneira contínua e gradual. Um dos deveres do cirurgião-dentista é executar os tratamentos que ele mesmo prescreve, portanto, precisa passar por um treinamento das técnicas utilizadas para a execução de muitos procedimentos clínicos, cuja finalidade é a “saúde do ser humano, da coletividade e do meio ambiente”. Esta formação se dá inicialmente, por meio de atividades de simulação em laboratórios para posteriormente ser inserido em clínicas intra e extramuro, com pacientes.

A formação técnica do estudante de odontologia deve permitir que ele desenvolva ações de “prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo”. Para cada uma destas ações ele precisa da formação técnica para promover atenção à saúde de pacientes infantis, adolescentes, adultos e idosos, saudáveis ou com doenças sistêmicas e/ou sindrômicas. Para que esta formação ocorra, os conteúdos são distribuídos de maneira a desenvolver no estudante a capacidade de inter-relação entre as diferentes áreas do conhecimento, profissões e serviços de saúde.

Outro aspecto que merece ser destacado é a necessidade da formação técnica sob o enfoque da clínica ampliada, onde o conhecimento é posto a serviço da resolução dos problemas de saúde da pessoa na sua singularidade, resultando em cuidado em saúde (BRASIL, 2009). As experiências formativas do estudante de odontologia da FO-UFG têm oportunizado que eles participem de ações, principalmente nos estágios junto ao SUS, aprimorando a percepção do processo saúde doença, a determinação social da saúde, o exercício de uma prática em saúde mais humanizada e a atuação em equipe multiprofissional.

4.3. Formação ética e função social do profissional

No contexto dos cursos voltados para a formação técnico-científica dos profissionais, como ocorre com os da área da saúde, uma adequada orientação sobre os aspectos éticos, legais e sociais, pertinentes à atividade profissional, é necessária e essencial, não só para a prática cotidiana em suas relações interpessoais, mas também para um exercício profissional lícito e responsável, digno e respeitoso, bem como para o reforço do compromisso social do estudante no desempenho futuro de suas atividades.

A formação profissional deve, em todos os domínios do conhecimento (cognitivo, psicomotor e atitudinal), contemplar leitura crítica da realidade em sua totalidade concreta. A abordagem de cuidados éticos e legais envolve participação e discussão, conduz à reflexão e alerta para a situação posta no dia a dia de uma determinada comunidade.

A Universidade precisa ser o espaço para formação de cidadãos mais críticos e cômicos de sua parcela de responsabilidade e capacidade de mudanças para o bem comum. Neste sentido, a UFG expressa em seu PDI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017c, p.9) que é missão desta instituição “produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e saberes, formando profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade.

Para tanto, o presente projeto pedagógico, contempla conteúdos apresentados de forma transversal na matriz curricular, que representam elaborações sobre saúde e sociedade, políticas públicas, demanda social em saúde bucal no contexto brasileiro, em níveis gradativos de elaboração do conhecimento, com aplicação prática de campo e exercícios de reconhecimento das necessidades e planejamento em Saúde Coletiva.

Ainda, são trabalhados conteúdos sobre: Bioética, como orientação para a construção de relação na assistência em saúde, com ênfase nos dilemas morais que se apresentam na atualidade; Ética Profissional, em seu enfoque deontológico, com as normas e princípios eleitos pela categoria e que compõem o Código de Ética aplicável à toda Equipe Odontológica; Noções de Direito, como parte da formação em Odontologia Legal, para um exercício lícito e de baixo risco, ressaltando-se as noções de responsabilização nas diferentes esferas de verificação; ainda como conteúdo da Odontologia Legal, tem-se formação em Documentação Odontológica e os temas do campo específico da Medicina/Odontologia Legal, como Tanatologia, Traumatologia, Infortunística, Perícias, Identidade e Identificação.

Há, também, momento para sistematização final das elaborações sobre a prática profissional a ser iniciada no mercado de trabalho, a Orientação Profissional, com informações e reforço sobre regulamentações relacionadas ao ambiente e licenciamento para o exercício da profissão (Vigilância Sanitária, Meio Ambiente, Impostos, Taxas, Contribuições), bem como aspectos de ergonomia, arquitetura e economia.

Cumprе salientar que o PPC em tela prima pela relevância da formação social, humanística, ética e legal, paralelamente à formação técnica-científico, que torne o

estudante ativo na construção permanente de seu conhecimento, ambas imprescindíveis, em igual nível de importância.

Os Códigos de Ética Profissional mostram os valores que a cultura de uma determinada sociedade considera importantes e necessários para que seu membro possa interagir e trabalhar com compromisso e dignidade, representam a consolidação dos princípios éticos que devem orientar a conduta dos profissionais.

A deontologia profissional representa, assim, um conjunto de normas baseadas em direitos e deveres, que estabelecem as formas de agir consideradas eticamente corretas, permitidas e proibidas, para as pessoas de uma categoria profissional específica. Está associada a uma lógica descritiva (formal), que propõe enunciados baseados nas relações entre afirmação e negação, o possível e o impossível, o contingente e o não contingente, o necessário e o desnecessário, envolvendo noções a respeito do dever e das obrigações.

As normas deontológicas estão na interface entre o direito e a moral. O argumento deontológico é a ordem, a disciplina, o controle, a convicção do dever, calcado em um modelo legalista que exige obediência. É importante ressaltar, entretanto, que a exigência normativa pura e simples não faz do indivíduo uma pessoa de conduta ética. Agirá de forma eticamente adequada aquele que puder interpretar e compreender o código de ética, e atuar de acordo com os princípios nele elencados e propostos.

A discussão ética é abrangente e não se limita ao ato em si, tem como centro da questão o conflito que se estabelece entre o sujeito que pratica a ação e o que a recebe. As atitudes morais não são, no sentido ético, identificadas como normas, mas sim como um modo de ser, um estilo de vida, voltado para atos justos e assumido voluntariamente.

O profissional não tem apenas deveres, tem também seus direitos assegurados constitucionalmente, como cidadão, com direito à liberdade, à vida, ao trabalho, à livre expressão, a sua integridade. Mas, é claro, tem obrigação moral e legal de manter sua atividade de forma responsável, digna e honesta, em atenção ao respeito mútuo, e de exercer a profissão como meio e não como um fim em si mesmo.

Há uma ligação, pois, entre a Bioética e os estudos ligados à Ética Profissional, embora sejam diferentes. Ambas tratam da ética, da moral, dos valores, das regras de conduta, ou seja, têm preocupação dirigida para o bem-estar da sociedade.

A discussão e aprofundamento nas questões bioéticas são uma necessidade premente para todos os que lidam com os problemas que atingem a sociedade e cada ser humano em particular. Considerando o direito à saúde como valor-mor do paradigma

bioético, ocupa-se a Bioética (e será objeto da abordagem) do debate sobre questões fundamentais como: escassez de recursos disponíveis, alocação dos mesmos, universalidade do acesso, a ética da responsabilidade individual e coletiva, e a relação profissional-paciente.

Pretende-se levar a discussão bioética ao campo da saúde bucal, à prática profissional diária, demonstrando a importância do conhecimento e utilização da mesma, a partir de seus principais fundamentos teóricos e práticos, para a construção de uma prática odontológica integral e equânime. É dado enfoque à relação profissional-paciente, à utilização do termo de consentimento livre e esclarecido e à apresentação de casos clínicos para análise, tendo como ferramenta metodológica a bioética.

4.4. Interdisciplinaridade

Tendo em vista a complexidade do conhecimento presente na sociedade contemporânea a interdisciplinaridade deve ser um princípio norteador do ensino superior e, em particular, do ensino odontológico. Guimarães & Magalhães (2016) justificam a necessidade deste princípio uma vez que o desenvolvimento de conhecimento complexo consiste na construção de uma visão integrada, com ligações efetivas, capaz de pensar criticamente sobre os fatos, contextualizar os saberes, articulando-os e questionando-os de modo a serem utilmente utilizados e disseminados (p.4).

Para tanto, nas experiências formativas dos estudantes devem estar previstas nas atividades que venham integrar as dimensões biológica, psicológica, social e ambiental dos componentes do processo de saúde doença que afetam as pessoas. De forma a permitir que o estudante atue de forma interdisciplinar, entendendo como o conhecimento específico da sua profissão colabora no cuidado integral das pessoas, famílias e comunidades.

Os programas de incentivo da reorientação da formação profissional em saúde estimulados pelo Ministério da Saúde desde o Promed em 2001, passando pelas várias versões do Pró-saúde e Pet saúde tiveram como um dos objetivos estimular a elaboração de práticas educativas em diferentes cenários de prática visando a interdisciplinaridade e a atuação em equipe multiprofissional. Estes programas visam também a formação do docente para a condução de práticas educativas com tais características, uma vez que a literatura aponta como um dos principais problemas para a consolidação destas práticas a formação docente. A FO participou desses programas desde o Pró-Saúde I de 2005 e atualmente participa do PET Interprofissionalidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018),

onde os objetivos de um profissional formado de forma interdisciplinar, assume também os princípios da Educação Interprofissional e a Prática Colaborativa como eixo de formação do egresso do curso de Odontologia.

O PPC da Faculdade de Odontologia buscará estimular a utilização de metodologias participativas e inovadoras privilegiando a construção do conhecimento crítico, criativo e comprometido socialmente, além de uma prática voltada para o cuidado integral das pessoas. Para tanto, há necessidade de articulação entre os conteúdos das disciplinas, além de estimular a interação entre ensino, pesquisa e extensão. As atividades teóricas e práticas permeiam toda a formação do estudante de forma integrada e interdisciplinar. Para que isto aconteça é necessária uma sinergia entre as metodologias de ensino e avaliação.

Algumas estratégias a serem implementadas e ou aperfeiçoadas visando um cenário educativo propício para a formação dos estudantes no princípio norteador da interdisciplinaridade:

- 1) Integração das especialidades de dentística e periodontia na Clínica de Atenção Básica I e II;
- 2) Integração das especialidades de dentística, periodontia, endodontia, prótese, diagnóstico e patologia bucal nas Clínicas Integradas I, II, III, IV e no Estágio em Urgência Odontológica;
- 3) Atuação em equipe profissional e prática colaborativa no Estágio Comunitário Interprofissional;
- 4) Integração das especialidades de ortodontia, odontopediatria nas Clínicas Infantil I e II;
- 5) Integração de todas as especialidades odontológicas, incluindo a saúde coletiva e disciplinas básicas na disciplina de Pacientes com Necessidades Odontológicas Especiais;
- 6) Atuação em ambiente hospitalar como parte de equipe multidisciplinar, na disciplina de Odontologia Hospitalar;
- 7) Articulação ensino-serviço-comunidade no Estágio Comunitário Interprofissional, na Atenção Primária, em Saúde Coletiva e em Serviços de Saúde;
- 8) Atuação nos projetos de pesquisa, de extensão e serviços ofertados à comunidade desenvolvidos na FO-UFG; no Centro Goiano de Doenças da Boca (CGDB),

Núcleo de Pesquisa em Prótese e Implante (NPPI), e no Centro Vocacional Tecnológico Saúde da Pessoa com Deficiência (CVT-FO).

4.5. Articulação entre teoria e prática

A formação do cirurgião-dentista remete a um ensino baseado na observação, por um aprendiz, de um profissional mais habilitado na execução de procedimentos, para que o primeiro pudesse reproduzir a técnica executada. Portanto, esta relação de ensino baseava-se na relação mestre aprendiz. Com a consolidação da Odontologia como profissão, o ensino odontológico passa a desenvolver recursos educativos para facultar o aprendizado do estudante. No entanto, a discussão da superação entre a dicotomia teoria prática ainda é presente no ensino da Odontologia. Ainda, o formato do ensino se baseia na apresentação ao aluno da teoria seguida da atividade prática.

Neste sentido, a articulação entre teoria e prática deve passar por discussão sobre estes conceitos, mediados pelo PPC da FO-UFG, buscando a indissociabilidade entre teoria e prática. A compreensão que a teoria e a prática se complementam, interagem e que se teoriza a prática e se pratica a teoria, simultaneamente. Ambas resultam em um processo de ensino aprendizagem dinâmico. Desta forma, práticas educativas, atividades integradoras e o próprio currículo do curso poderiam ter uma configuração diferente. Espera-se que com o processo de capacitação dos docentes do curso este princípio possa ser melhor articulado na formação do estudante de odontologia.

No PPC de 2009 havia a expectativa de que “mediante o contato com o problema de saúde em uma situação real, em que os diferentes conteúdos articulados subsidiam[riam] a compreensão e aplicação na resolução dos problemas”, e assim os conteúdos foram trabalhados de forma integrada desde o estágio inicial do fluxo curricular.

Neste PPC, propomos uma matriz curricular voltada para o desenvolvimento do conhecimento científico e das competências psicomotoras específicas das diferentes especialidades odontológicas, para em seguida estabelecer o processo de formação em diferentes cenários de prática, onde a teoria e a prática são apreendidas e ressignificadas. Tais como nos três estágios no SUS (obrigatórios) e nos estágios nas clínicas integradas e de urgência odontológica, dentro da Faculdade de Odontologia. Espaços de aprendizado que buscam que diferentes conhecimentos, apreendidos em diferentes especialidades, se articulem para resolver um problema do indivíduo, da família ou da comunidade em questão.

Para que estas estratégias consigam formar o egresso do curso de Odontologia nas competências gerais de atenção à saúde; tomada de decisões; comunicação; liderança; gestão em saúde; educação permanente há necessidade de adoção de estratégias de avaliação voltadas para aferição do conhecimento, habilidades e atitudes inerentes às mesmas (WASS; *et al* 2001).

5. EXPECTATIVAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Estado de Goiás possui uma população de 6.154.996 habitantes (IBGE, 2012), distribuídos em 246 municípios. 90,7% da sua população vive nas cidades. A esperança de vida ao nascer da sua população é de 73,5 anos. O Produto Interno Bruto per capita é de R\$16.100,00. Em relação às condições de saneamento básico, 84,4% da população é servida por água tratada, 51,1% por esgotamento sanitário e 93,5% por coleta de lixo. No entanto, é um estado marcado por diferenças sociais, como aponta o índice de Gini.

De acordo com os resultados da última pesquisa nacional de saúde bucal realizada no Brasil (Projeto SBBrazil 2010), a Região Centro-Oeste apresenta, de maneira geral, um quadro de saúde bucal semelhante ou um pouco mais favorável do que aquele encontrado nas Regiões Norte e Nordeste. Isto varia de acordo com o agravo analisado. Em relação à cárie, as prevalências dos principais agravos foram mais elevadas nestas regiões em comparação com as regiões mais desenvolvidas economicamente (Sul e Sudeste). Para a condição periodontal e necessidade de próteses, o Centro-Oeste ficou entre as regiões com a melhor situação. Além disso, se compararmos a situação em 2010 com a que foi relatada no primeiro levantamento de saúde bucal realizado em 1986, fica claro que houve uma grande melhora na situação da Região Centro-Oeste, especialmente no que se refere à cárie dentária na população de 12 anos de idade. Em 1986 esta região apresentou a média mais elevada de CPOD nesta idade (8,5), sendo mais alta do que a média nacional (6,7). Já em 2010, o CPOD foi 2,6, sendo considerada baixa prevalência de cárie, de acordo com a classificação da Organização Mundial de Saúde. A redução neste período foi, portanto, de 69,4%, e segue a tendência de declínio da cárie na dentição permanente em crianças brasileiras. Há que se considerar, contudo, que as desigualdades na distribuição da doença existem também dentro de cada região. Na Região Centro-Oeste, houve diferenças entre as capitais, bem como entre estas e os municípios do interior, com as situações menos favoráveis em Cuiabá (MT) e no interior.

O Estado de Goiás ainda não realizou levantamento epidemiológico da condição de saúde bucal da população representativa da sua população.

Em 1994 foi realizado um levantamento de cárie dentária em alguns municípios do interior, pela parceria da FO-UFG e Secretaria Estadual de Saúde. Os resultados foram publicados em artigo, orientado pela Prof^a Maria do Carmo Matias Freire da área da Odontologia Coletiva (FREIRE *et al.*, 1999). O estudo foi realizado em escolas públicas de 9 municípios do interior de Goiás, localizadas nas regiões geográficas do Estado (Norte, Sul, Leste e Oeste). A amostra foi de alunos de 6 a 12 anos, incluindo somente cárie nas dentições permanente e decídua (prevalência, Índices CPO-D e ceo-d e necessidades de tratamento). A pesquisa constatou que a prevalência de cárie em escolares do interior de Goiás foi alta. O índice CPO-D variou de 0,41 aos 6 anos a 5,19 aos 12 anos. O índice ceo-d nesta faixa etária variou de 4,93 a 0,29. As necessidades de tratamento superaram as necessidades atendidas, tanto na dentição decídua quanto na permanente.

Alguns municípios do Estado de Goiás têm realizado levantamentos esporádicos e não são sistematizados pela Secretaria Estadual de Saúde, nestes casos, não há registro dos resultados. Nos municípios de Firminópolis e São Luís de Montes Belos, onde é desenvolvido o Estágio Comunitário nos últimos períodos do curso, também não há informações sobre prevalência dos agravos em saúde bucal da população. Uma ação que pode ser implantada com o protagonismo da FO-UFG e a da Regional de Saúde Oeste II da Secretaria Estadual de Saúde, responsável pelas ações de saúde nestes municípios.

Existem dados acerca das condições de saúde bucal na população goianiense. Em relação a ocorrência de cárie em pré-escolares, foram realizados estudos em 1993, 2001 e 2015, pela parceria FO-UFG e Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia. Um artigo publicado em 2019 relata a tendência da cárie na dentição decídua com base nestes levantamentos. Neste estudo realizado por Freire *et al.* (2019) houve um declínio da prevalência cárie de 45,1% em 1993 para 29% em 2015, porém foi constatada altas proporções de cáries não tratadas em todas as idades e anos pesquisados. Normalmente a cárie na dentição decídua promove dor e desconforto rompendo o equilíbrio físico e emocional tanto a criança, quanto a família. E é uma situação que a Odontologia, como prática social, dispõe de recursos para a prevenção.

Apesar do conhecimento e disponibilidade de tecnologias para o controle da cárie dental, a mesma continua “sendo um problema mundial de saúde pública devido à sua magnitude e impacto na qualidade de vida das pessoas afetadas” (FRAZÃO & NARVAI, 2017, p.15). A fluoretação das águas de abastecimento pública é a estratégia de prevenção mais importante devido ao seu alcance populacional, baixo custo e relativa aceitação. A

adição de flúor na água de abastecimento público foi regulamentada pela Lei Federal n. 6.050 de 1974, tornando esta medida obrigatória. Em 1985, Goiânia passou a ter flúor na água de abastecimento. A Faculdade de Odontologia da FO-UFG teve participação nas instâncias de heterocontrole da fluoretação da água de abastecimento de Goiânia. A partir de 2008 a Universidade Federal de Goiás passou a integrar uma rede de oito Centros Colaboradores do Ministério da Saúde em Vigilância da Saúde Bucal (CECOL), por meio da atuação da professora Maria do Carmo Matias Freire, como representante deste grupo na região centro-oeste.

O SUS Goiânia está estruturado em 13 unidades destinadas para atendimento secundário, 4 delas possuem Centros de Especialidades Odontológicas; duas Unidades de Pronto Atendimento; 22 Centros de Saúde destinados às ações de atenção básica tradicional; 62 Centros de Saúde da Família com 174 equipes de saúde. O acesso dos estudantes de odontologia ao serviço de saúde municipal é regulamentado pela Portaria N° 478/2018, que estabelece o Contrato Organizativo da Parceria Ensino Serviço (COAPES) (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2018). Os estudantes realizam visitas técnicas e estágios nas unidades de saúde da família, e atenção básica tradicional, bem como, nas maternidades da rede.

Em 2010, a Comissão Independente sobre Educação dos Profissionais de Saúde para o século XXI liderada pelos médicos professores Julio Frenk e Lincoln Chen publicaram o relatório *Health Professionals for a New Century: Transforming Education to Strengthen Health Systems in an Interdependent World*. Neste Relatório, os autores advogam que há uma interdependência entre os sistemas educacionais (formadores dos profissionais de saúde) e dos sistemas de saúde (promotores de atenção à saúde da população). Neste sentido, argumentam que para termos sistemas de saúde e de educação fortalecidos e comprometidos com a saúde da população estes devem atuar de forma sistêmica, para lidar melhor com os desafios atuais e futuros visando a Promoção da Saúde. Consideram que “os serviços educacionais têm a responsabilidade de prover os serviços de saúde com uma força de trabalho bem formada pelo desenvolvimento de novas estratégias pedagógicas e institucionais”. Apresentam algumas propostas, entre as quais destaca-se: adoção de currículos baseados em competências; promoção de educação interprofissional; uso de tecnologias da informação para aprendizagem; fortalecimento dos recursos educacionais (docentes, conteúdos, material didático e infraestrutura) (HORA, *et al.*, 2013, p. 476).

Algumas das propostas acima descritas como estratégias para a construção de processos educativos comprometidos com a transformação da realidade local, apoio institucional e de políticas públicas vêm sendo executadas no presente curso. As clínicas do curso de Odontologia integram a rede de atendimento especializado do Sistema Único de Saúde (SUS) de Goiânia, sendo regulado pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Goiânia. Há vários projetos de extensão e componentes curriculares optativos que atendem casos mais complexos sendo espaço de ensino e assistência, tais como nas especialidades: periodontia, dentística, endodontia, cirurgia, prótese, odontopediatria e odontologia para pacientes com necessidades especiais. Nestes projetos, são também espaços de pesquisa que geram, na graduação, projetos de iniciação científica e TCC. Além de pesquisas na pós-graduação da FO-UFG.

Complementando a estrutura destinada ao ensino de graduação e pós-graduação na FO-UFG destacam-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no Centro Goiano de Doenças da Boca (CGDB), Centro Vocacional Tecnológico (CVT) e Núcleo de Pesquisa em Prótese e Implante (NPPI). Destaque também para os serviços de Urgência em Odontologia e Setor de Radiologia que prestam atendimento à população goianiense em fluxo contínuo, independente do período letivo.

A FO abriga um importante laboratório de Patologia Bucal, de grande referência para a região Centro Oeste. Recebe espécimes cirúrgicos de várias partes da região Centro-Oeste. Este laboratório é conduzido por uma equipe de professores altamente qualificados e destinado para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito da FO.

A partir do cenário no qual está inserido o Curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia da UFG este PPC se propõe a atuar no processo formativo a partir do perfil do curso e do egresso de forma articulada com as políticas de saúde e de educação vigentes no país. Buscando mudanças no processo de formação do profissional de saúde, nesse caso o cirurgião-dentista numa “visão integral de saúde e de ensino, na qual o aluno se torna ator fundamental do processo ensino-aprendizagem e o foco é a integração com a complexa realidade” (GONZALES & ALMEIDA, 2010, p.561).

O curso de Odontologia incentiva a mobilidade estudantil, tanto nacional, como internacional. No PDI da UFG a Política de Internacionalização está prevista, envolvendo a mobilidade de professores e estudantes. O intercâmbio internacional tem sido uma experiência crescente dentro da Faculdade de Odontologia, iniciado com um programa (Linnaeus-Palme) financiado pelo governo sueco. A experiência dos alunos que participaram desse intercâmbio, indo e recebendo intercambistas, associada ao estímulo

recebido por professores que acreditam na importância dessas iniciativas e a convivência com um comitê estudantil da Universidade de Malmö, Suécia, extremamente atuante, foram as fontes inspiradoras para essa iniciativa transformada em um projeto de extensão: o Comitê Internacional da FO-UFG. O projeto é formado por discentes, docentes e egressos da FO-UFG, que promove e favorece a mobilidade (nacional e internacional) e o processo de internacionalização da FO-UFG como parte da formação profissional e do cidadão crítico e reflexivo.

Os principais objetivos do Comitê Internacional da FO-UFG são:

- Apoiar de forma direta os intercambistas da nossa instituição e das instituições parceiras (informação, planejamento, documentação, acomodação, interação social e processos de avaliação)
- Estimular o entendimento e o respeito das diferentes culturas e as preferências individuais para minimizar os estereótipos
- Buscar e divulgar informações sobre programas e auxílios de mobilidade
- Atuar como um grupo de apoio para as ações da Secretaria de Relações Internacionais (SRI) da UFG
- Promover a integração da FO-UFG com outras unidades acadêmicas pela troca de experiências no contexto da mobilidade estudantil

Com a continuidade do projeto, é esperado um fortalecimento contínuo e progressivo da mobilidade discente e docente, uma ampliação da formação de profissionais e cidadãos ativos na comunidade acadêmica da FO-UFG e um reflexo das ações da FO, articuladas com outras unidades, na internacionalização da UFG enquanto instituição.

No ano de 2016, a FO passou a integrar o *Programa de Movilidad Académica* (MARCA) para instituições acreditadas pelo *Sistema de Acreditación Regional del MERCOSUR* (ARCUSUR); junto com outras faculdades de Odontologia da Universidad de la República (Uruguay), Universidad de Asunción (Paraguay), Universidad San Francisco Xavier de Chuquisaca (Bolivia), Universidad Privada del Valle (Bolivia) e da Universidad Nacional de Rosario (Argentina). No ano de 2018 recebemos três estudantes e uma estudante do nosso curso foi para a Universidad de la República (Uruguay), reforçando o processo de internacionalização da FO. No ano de 2019, recebemos um estudante da Universidad Nacional de Rosario (Argentina) e um estudante do nosso curso foi, novamente, para a Universidad de la República (Uruguay). Em 2021, durante o

período de pandemia, os cursos de Odontologia do Programa MARCA desenvolveram um formato de intercâmbio virtual, envolvendo de dois a cinco estudantes de cada instituição. E em 2022, o Programa de Mobilidade retornou às propostas em formato presencial.

5.1. Perfil do curso

O curso de graduação em Odontologia da FO-UFG busca a adequação às políticas de educação e de saúde vigentes no país, a incorporação de metodologias inovadoras e participativas no processo de aprendizagem; a adoção de um processo avaliativo do desempenho discente compatível com seus objetivos educacionais, além de observar a responsabilidade social da universidade pública. Para tanto o PPC do curso busca assegurar um processo educativo articulando o ensino, a pesquisa e a extensão na busca de uma formação crítica, criativa e socialmente referenciada na formação de um profissional com postura ética, domínio técnico e visão humanística.

A estrutura do curso permite ao estudante ter a oportunidade de formação em diferentes cenários de prática tendo acesso a laboratórios para o desenvolvimento de habilidades clínicas, ambulatorios com equipamentos adequados para a prática odontológica e serviços especializados dentro da FO-UFG. Esta estrutura garante o desenvolvimento das habilidades necessárias para o exercício da profissão. O curso também garante espaço para realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para a formação do egresso, tendo como eixos norteadores os princípios que regem o curso.

5.2. Perfil e habilidades do egresso

Frente aos desafios da formação dos profissionais de saúde apresentados por FRENK & CHEN (2010, p.42) destacam-se a “capacidade de discriminar grandes quantidades de informações e extrair e sintetizar o conhecimento necessário para a tomada de decisão clínica baseada na população”, um novo profissionalismo que implica em ser “agentes de mudança responsáveis, de gestores competentes de recursos e promotores de políticas baseadas em evidências”. Aliado a estes desafios é proposto que o profissional possa “compreender, interpretar e preservar as culturas e práticas nacionais e regionais, respeitando o pluralismo de concepções e a diversidade étnico-cultural”. Nesta perspectiva o estudante precisa ser formado para atuar como profissional de saúde integrante de equipes, ou seja, a partir das competências gerais previstas nas DCNO:

Atenção à Saúde, Tomada de decisão, Comunicação, Liderança, Gestão em Saúde, Educação Permanente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Além das competências gerais buscar-se-á do desenvolvimento das seguintes competências específicas, de acordo com as novas DCNO propostas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021):

I - exercer a Odontologia de forma articulada com o contexto social, econômico, cultural e ambiental, entendendo-a como uma forma de participação comunitária;

II - conhecer e respeitar o Código de Ética Odontológica, as normas dos trabalhadores da área da saúde bucal na sociedade e no desenvolvimento da profissão, assim como as leis, as portarias e as regulamentações sobre saúde bucal;

III - desenvolver ações de promoção, prevenção, reabilitação, manutenção e vigilância da saúde, em nível individual e coletivo, reconhecendo a relação da saúde bucal com as condições sistêmicas do indivíduo;

IV - coletar, registrar, organizar, analisar e interpretar dados e informações clínicas e epidemiológicas relevantes para a identificação da normalidade e para a construção do diagnóstico, da terapêutica e do controle referentes às doenças e agravos bucais e suas relações com as condições sistêmicas do indivíduo;

V - aplicar os princípios de biossegurança na prática odontológica, de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes, promovendo o autocuidado e a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais relacionadas à prática odontológica;

VI - executar procedimentos odontológicos com vistas à prevenção, à interceptação e ao tratamento das doenças e aos agravos bucais, assim como à reabilitação e à manutenção do equilíbrio do sistema estomatognático e da saúde bucal, compreendendo suas relações com as condições sistêmicas e com a integralidade do indivíduo nas diferentes fases do ciclo de vida, tendo como base as evidências científicas e a incorporação de inovações tecnológicas no exercício da profissão;

VII - participar de investigações científicas, respeitando o rigor científico e os princípios de ética em pesquisa, além de desenvolver o pensamento crítico, reflexivo e criativo e a capacidade de buscar e produzir conhecimento;

VIII - aplicar os fundamentos da epidemiologia e do conhecimento da comunidade, como fatores fundamentais à gestão, ao planejamento e à avaliação das ações profissionais para fundamentar a tomada de decisão em saúde;

IX - trabalhar em equipe interprofissional e de saúde bucal, informando e educando a equipe e a população a respeito da saúde bucal;

X - planejar e desenvolver a atenção odontológica individual e coletiva, considerando a família como unidade de cuidado, e respeitando os ciclos de vida;

XI - supervisionar as atividades do técnico em saúde bucal e auxiliar em saúde bucal.

O acompanhamento do egresso e sua inserção no mercado de trabalho será realizado pela **Sempre UFG**, disponível em: <https://sempreufg.ufg.br/p/30775-apresentacao>; que é um portal especialmente criado para acompanhar a trajetória de vida dos egressos da UFG e oferecer serviços exclusivos, gratuitos, como cursos de educação continuada e acesso a biblioteca digital, além de relembrar os momentos vividos na instituição, com o objetivo de manter uma relação de proximidade com aqueles que levam a UFG em seus currículos.

6. ESTRUTURA CURRICULAR

As disciplinas optativas, as atividades complementares, de extensão e de pesquisa tem como objetivo permitir que o estudante construa um percurso formativo a partir dos interesses que forem surgindo durante o curso. São elementos que facultam a flexibilidade na formação do estudante.

O curso de Odontologia da FO-UFG tem uma carga horária mínima de 4.252 horas, incluindo atividades complementares (carga horária mínima de 100h), disciplinas optativas (carga horária mínima de 32h) e núcleos livres (carga horária mínima de 128h) conforme descrito no Quadro abaixo:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	PERCENTUAL
Núcleo Comum (NC)	800	18,81%
Núcleo Específico Obrigatório (NEOb)	3.192	75,07%
<i>Estágios Curriculares Obrigatórios</i>	<i>984</i>	<i>23,14%</i>
<i>Atividades Curriculares de Extensão (ACEx)</i>	<i>512</i>	<i>12,04%</i>
Núcleo Específico Optativo (NEOp)	32	0,75%
Núcleo Livre (NL)	128	3,02%
Atividades Complementares (AC)	100	2,35%
Carga Horária Mínima Total	4.252	100%

Em sequência segue o Ementário dos componentes curriculares do Núcleo Comum e Específico:

1º PERÍODO DO CURSO	
ANATOMIA HUMANA SISTÊMICA E SEGMENTAR - (96h) CCU	
Ementa	Introdução à Anatomia Humana; Estudo anatômico humano dos sistemas: esquelético, articular, muscular, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital feminino, genital masculino, endócrino, tegumentar, sensorial e nervoso.
Bibliografia Básica:	DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia humana sistêmica e segmentar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006. MACHADO, A. B. M. Neuroanatomia funcional. 2ª Ed. São Paulo: Atheneu. 2006. SOBOTA, J.: Sobotta - Atlas de Anatomia Humana. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 3v.
Bibliografia Complementar:	MOORE, K. L.; DALLEY, A. F. Anatomia orientada para a clínica. 6ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro – RJ. 2011. 1136p. TORTORA, G. J. Princípios de Anatomia e Fisiologia. 12ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U.; VOLL, M.; WESKER, K. PROMETHEUS. Atlas de Anatomia Humana. Anatomia Geral e Aparelho Locomotor, Cabeça e Neuroanatomia, Pescoço e Órgãos Internos. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2006-2007. 3v. NETTER, F. H. Netter, atlas de anatomia humana. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. WOLF-HEIDEGGER, G. Atlas de Anatomia Humana. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
BIOQUÍMICA A - (64h) CCU	
Ementa	Água, pH e tampões, biomoléculas: carboidratos, lipídeos, aminoácidos, proteínas, nucleotídeos e ácidos nucleicos; vitaminas e coenzimas. Cinética e regulação enzimática. Noções de metabolismo celular. Compostos ricos em energia. Metabolismo de carboidratos, lipídeos, proteínas e ácidos nucleicos. Transporte de lipídeos (lipoproteínas). Regulação e integração do metabolismo de carboidratos, lipídeos e proteínas.
Bibliografia Básica:	NELSON & COX. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 6a. Artmed. 2014. CAMPBELL & FARRELL. Bioquímica. 8a. Cengage. 2015. SALWAY. Metabolismo passo a passo. 3a. Artmed. 2009.
Bibliografia Complementar:	VOET & VOET. Bioquímica. 4a. Artmed. 2013. TYMOCZKO, BERG & STRYER. Bioquímica Fundamental. 1a. Guanabara Koogan. 2011. MARZZOCO & TORRES. Bioquímica Básica. 4a. Guanabara Koogan. 2015. RODWELL, BENDER, BOTHAM, KENNELLY & WEIL. Bioquímica Ilustrada de Harper. 30a. Lange. 2016. DURAN.. Biofísica - Fundamentos e Aplicações. 2ª. Pearson. 2011.
GENÉTICA A - (64h) CCU	
Ementa	Introdução à Genética. Bases citológicas da herança. Padrões de herança: monogênica, poligênica e extra nuclear. Extensões da genética mendeliana. Mapeamento cromossômico. Mutação gênica e cromossômica. Estrutura e replicação do DNA. Expressão gênica. Genética de Populações. Aplicações da genética.
Bibliografia Básica:	GRIFFITHS, A.J.F; GELBART, W.M.; MILLER, J.H.; LEWONTIN, R.C. Uma Introdução à Genética. Editora Guanabara koogan, Rio de janeiro, 2009. PIERCE, B.A. Genética: Um Enfoque Conceitual. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2011. BORGES-OSÓRIO, M.R.; ROBINSON, W.M. Genética Humana. Editora Artmed. Porto Alegre, 2001. JORDE, B.L.; CAREY, J.C.; BAMSHAD, M.J; WHITE, R.L. Genética Médica. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2004.
Bibliografia Complementar:	JORDE, B.L.; CAREY, J.C.; BAMSHAD, M.J. Genética Médica. 5ed. Editora Elsevier, 2017. NUSSBAUM, R.L.; McINNES, R.R.; WILLARD, H.F. Genética Médica. 8ed. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2016. STRACHAM, T.; Read, A.P. Genética Molecular Humana. 4ed. Editora Artmed. Porto Alegre, 2013.
HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA GERAL A – (96h) CCU	
Ementa	Primeira semana de desenvolvimento embrionário, Segunda semana de desenvolvimento embrionário, Terceira semana de desenvolvimento embrionário, Quarta a Oitava semana de desenvolvimento embrionário, Da nona semana de desenvolvimento ao nascimento, Placenta e Anexos embrionários, Introdução ao estudo da Histologia, Tecido epitelial, Tecido conjuntivo, Tecido cartilaginoso, Tecido ósseo, Tecido muscular, Tecido nervoso, Sistema cardiovascular, Sistema

respiratório, Tubo digestório, Glândulas anexas ao tubo digestório, Sistema reprodutor feminino, Sistema reprodutor masculino.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, José; JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa. Histologia básica. 12. l. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
HIATT, James; GARTNER, Leslie P. Atlas colorido de histologia. 6. l. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
MOORE, Keith L. Embriologia Básica. 8 ed. Rio de Janeiro: Saunders : Elsevier, 2012.

Bibliografia Complementar:

CORMACK, David H. Fundamentos de histologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
GARTNER, Leslie P. Atlas colorido de histologia. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
LANGMAN, Jan; SADLER, T. W. Langman. Embriologia Médica. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2013.
LOWE, James S; STEVENS, Alan. Histologia humana. 2. l. São Paulo: Manole, 2001.
MOORE, Keith L. Embriologia clínica. 9 ed. Rio de Janeiro: Saunders : Elsevier, 2013.
ZHANG, Shu-Xin. Atlas de histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

INTRODUÇÃO À CLÍNICA ODONTOLÓGICA I - (16h)

Ementa

Apresentação geral sobre o curso de odontologia e as habilidades necessárias ao exercício da profissão. Estabelecimento de relações entre os conhecimentos da área básica e os da clínica odontológica. Introdução aos problemas mais prevalentes que se relacionam à saúde bucal. Conhecendo sobre as especialidades odontológicas.

Bibliografia Básica:

PINTO, V.G. Saúde bucal coletiva, Santos, 2008.
Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia, MEC, 2002.
FACULDADE DE ODONTOLOGIA - UFG. Projeto Pedagógico do Curso de Odontologia da FO/UFG, FO/UFG, 2023.

Bibliografia Complementar:

BUISCHI, Y.P. Promoção de saúde bucal na clínica odontológica, Artes Médicas, 2000.
RING, M.E. História ilustrada da odontologia, Manole, 1998.
Conselho Federal de odontologia. Resolução do CFO 63/2005, CFO, 2005.
Conselho Federal de odontologia. Resoluções do CFO 160/2015 e 161/2015, CFO, 2015.
SILVERMAN, S.; EVERSOLE, L. R.; TRUELOVE, E. L. Fundamentos de medicina oral, Guanabara Koogan, 2004.

SOCIOLOGIA E SAÚDE - (32h) CCU

Ementa

A construção social da realidade: percepções da saúde e da doença nas sociedades contemporâneas. Socialização, interação e identidade. Estratificação social e categorias sociais da desigualdade (classe, gênero, raça/etnia, geração, sexualidade). Contribuições da Sociologia para a formulação de políticas de saúde.

Bibliografia Básica:

BERGER, Peter L. Perspectivas Sociológicas, uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2007.
GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.
PIMENTA, Melissa Mattos. Diferença e desigualdade. In: Sociologia, ensino médio. BRASIL: MEC, 2010. p 139-162.

Bibliografia Complementar:

CANESQUI, Ana Maria (Org.) Dilemas e desafios das Ciências Sociais na saúde coletiva. SP: Hucitec. Abrasco. SP/RJ, 1995.
LE BRETON, D. A sociologia do corpo. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
LOYOLA, Maria Andrea. O lugar das ciências sociais na saúde coletiva. Saúde Soc. São Paulo, v.21, n.1, p.9-14, 2012.
NUNES, Everardo Duarte. Sobre a Sociologia da Saúde. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
SILVA, Tomás Tadeu da (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

2º PERÍODO DO CURSO

HISTOLOGIA E DESENVOLVIMENTO BUCO-DENTAL – (80h)

Ementa

Desenvolvimento da face e arcos branquiais. Desenvolvimento do elemento dental. Esmalte dental. Dentina. Polpa dental. Periodonto de inserção (cimento dental e ligamento periodontal). Maxila e mandíbula. Membrana mucosa bucal. Erupção e esfoliação dental (erupção dentária e queda dos dentes decíduos). Aulas práticas em laboratório com microscópios individuais, referentes aos tópicos das aulas teóricas.

Bibliografia Básica:

MJOR, I. A; FEJERSKOV, O. Embriologia e histologia oral humana, Panamericana, 1990.
MOORE, K. L.; PERSAUD, T.V.N. Embriologia básica. 4a. Edição. Elsevier, 2008. Atlas Digital de Histologia Buco Dental da UFG: <https://sites.google.com/labtime.ufg.br/histologiaoral/p%C3%A1gina-inicial>

Bibliografia Complementar:

BHASKAR, S. N. Histologia e embriologia oral de orban, Artes Médicas, 1978.
GARTNER, LP; HIATT, J. Atlas colorido de histologia, Guanabara Koogan, 2018.

KATCHBURIAN, E.; CHAVEZ, V. E. A. Histologia e embriologia oral: texto - atlas - correlações clínicas., 4a edição. Guanabara Koogan, 2017.
 MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. Embriologia clínica, Guanabara Koogan, 2020.
 NINCI, A. TEN CATE, histologia oral: desenvolvimento, estrutura e função, Elsevier, 2013.

ANATOMIA DE CABEÇA E PESCOÇO – (96h)

Ementa

Estudo anatômico segmentar da cabeça e pescoço: ossos, articulações, músculos, glândulas, vascularização e sistema nervoso central e periférico.

Bibliografia Básica:

MADEIRA, M.C. Anatomia da Face: bases anatomo-funcionais para a prática odontológica, Sarvier, 2012
 MACHADO, A. B. M. Neuroanatomia funcional, Atheneu, 2014
 SOBOTTA, J. Sobotta - Atlas de Anatomia Humana, Guanabara Koogan, 2013

Bibliografia Complementar:

MOORE, K. L.; DALLEY, A. F. Anatomia orientada para a clínica, Guanabara Koogan, 2011.
 TORTORA, G. J. Princípios de Anatomia e Fisiologia., Guanabara Koogan, 2010.
 SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U.; VOLL, M.; WESKER, K.
 PROMETHEUS. Atlas de Anatomia Humana. Anatomia Geral e Aparelho Locomotor, Cabeça e Neuroanatomia, Pescoço e Órgãos Internos., Guanabara Koogan, 2006.
 NETTER, F. H. Netter, atlas de anatomia humana, Elsevier, 2011.
 WOLF-HEIDEGGER, G. Atlas de Anatomia Humana, Guanabara Koogan, 1981.

ANATOMIA E ESCULTURA DENTAL - (64h)

Ementa

Conhecimento básico da anatomia dental. Estudo da anatomia dos dentes permanentes superiores e inferiores e equilíbrio morfofuncional do sistema estomatognático. Execução de ceroplastias unitárias de dentes permanentes pelo inter-relacionamento do desenho da anatomia e da escultura dental.

Bibliografia Básica:

MADEIRA, MC; RIZZOLO, RJC. Anatomia do dente, Sarvier, 2016.
 VIERA, GF. Atlas de anatomia de dentes permanentes – Coroa dental, GEN/SANTOS, 2018.
 LIBERTI, EA; PICOSSE, LR. Anatomia Dentária de Milton Picosse, Quintessense, 2018.

Bibliografia Complementar:

PÉCORA, JD; SILVA, RG. Anatomia Dental – Dentes Permanentes, Santos, 1998.
 MADEIRA, MC. Anatomia da face: bases anatomofuncionais para a prática odontológica, Sarvier, 2012.
 SANTOS-JR J, FICHMAN, DM. Escultura e modelagem dental, Santos, 2000.
 GOMES, T. Pérolas - O Colar Artístico da Morfologia, Quintessence, 2017.
 WOELFEL, JB; SCHEID, RC. Anatomia Dental – Sua Relevância para a Odontologia, Guanabara Koogan, 2000.

MICROBIOLOGIA - (64h)

Ementa

Microorganismos. Microbiota humana. Interação parasita hospedeiro. Morfologia, citologia, metabolismo e genética das bactérias. Patogenia bacteriana. Microbiota bucal. Biofilme dentário. Linhas de água em Odontologia: qualidade da água. Bactérias relacionadas às patologias bucais. Microbiologia da cárie, da doença periodontal e das lesões pulpares e periapicais. Alterações microbianas nas próteses e implantes. Diagnóstico microbiológico das infecções da boca. Coleta, esfregaço, colorações, cultura e contagem de bactérias. Análise do fluxo salivar, PH e capacidade tampão da saliva. Atividade de substâncias anti-sépticas e desinfetantes. Inativação de microrganismos. Microbiota das mãos. Higiene das mãos e contagem de bactérias. Antibiógrama. Antimicrobianos. Morfologia e biologia dos fungos. Micose superficiais, profundas e oportunistas. Fungos de interesse odontológico. Candidíase bucal. Paracoccidioidomicose. Histoplasmose. Morfologia, constituição, estrutura e replicação dos vírus. Infecções virais de interesse odontológico. Herpes vírus. Hepatites virais. AIDS (HIV). Diagnóstico laboratorial das infecções virais.

Bibliografia Básica:

TORTORA, G.J. FUNKE, B.R.; CASE, C.L. Microbiologia., Artmed, 2005.
 MURRAY, P.R.; ROSENTHAL, K.S.; KOBAYASHI, G.S.; PFALLER, M.A. Microbiologia Médica., Elsevier, 2006.
 BROOKS, G.; BUTEL, J.S.; MORSE, S.A. JAWETZ, MELNICK & ADELBURG. Microbiologia Médica., Guanabara-Koogan, 2000.

Bibliografia Complementar:

TRABULSI, L.R.; ALTHERTUM. Microbiologia., Atheneu, 2008.
 CARDOSO, JORGE A.O. Microbiologia Bucal., Santos, 1995.
 EMMONS et al. Medical Micology. Lippincott, 1992.
 NEWMANS, et al. Immunology and oral microbiology, Saunders, 1995.
 OLIVEIRA, L.H.S. Virologia Humana. Cultura Medica, 1994.

BIOSSEGURANÇA EM ODONTOLOGIA – (16h)
Ementa Identificação dos riscos associados à Odontologia. Riscos biológicos. Introdução às precauções padrão. Higienização das mãos em serviços de saúde. Uso e manuseio de equipamentos de proteção individual na prática odontológica. Imunização para profissionais da saúde. Risco ergonômico. Princípios básicos de ergonomia na Odontologia. Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos, Ministério da Saúde, 2006. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do Paciente em Serviços de Saúde: Higienização das Mãos, Anvisa, 2009. BRASIL. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Higienização das mãos em serviços de saúde. Guia técnico., Anvisa, 2015. Bibliografia Complementar: SILVERMAN, S.; EVERSOLE, L. R.; TRUELOVE, E. L. Fundamentos de medicina oral, Guanabara Koogan, 2004 NARESSI, WG; ORENHA, ES; NARESSI SCM. Ergonomia e Biossegurança em Odontologia: Série Abeno: Odontologia Essencial - Parte Clínica, Artes Médicas, 2012. CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Summary of Infection Prevention Practices in Dental Settings: Basic Expectations for Safe Care, CDC and Prevention, US Dept of Health and Human Services, 2016. SILVA, AS; RIBEIRO, MC; RISSO, M. Biossegurança em Odontologia e Ambientes de Saúde, ICONÉ, 2009. Locks L, Lacerda JT, Gomes E, Serratine ACP. Qualidade da higienização das mãos de profissionais atuantes em unidades básicas de saúde., Rev Gaúcha Enferm, 2011.
SAÚDE BUCAL COLETIVA – (32h)
Ementa Introdução à saúde coletiva. Compreensão do conceito de saúde e dos modelos explicativos do processo saúde-doença. Estudo da determinação social da saúde. Introdução ao conhecimento da promoção da saúde. Observação da realidade dos serviços públicos de saúde no Sistema Único de Saúde. Bibliografia Básica: CHAVES, S.C.L. (Org.). Política de saúde bucal no Brasil: teoria e prática, Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21648/1/PoliticaSaudeBucal-RI.pdf>. COTTA, R.M.M. Políticas de saúde: desenhos, modelos e paradigmas., UFV, 2013. PEREIRA AC. Tratado de saúde coletiva em odontologia - Seção 1- Caps. 1 e 2, Napoleão, 2009. Bibliografia Complementar: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A saúde bucal no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico]., Ministério da Saúde, 2018. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. O trabalho do agente comunitário de saúde, Ministério da Saúde, (Série F. Comunicação e Educação em Saúde), 2009. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes da política nacional de saúde bucal, Ministério da Saúde, 2004. GUTIERREZ, P.R.; OBERDIEK, H.I. Concepções sobre a saúde e a doença. In: ANDRADE SM, SOARES, D.A; CORDONI-Jr, L.(org). Bases da saúde coletiva., UEL, 2001. SILVA, A. N.; SENNA, M.A.A. Fundamentos em Saúde Bucal Coletiva, MedBook, 2013.
METODOLOGIA CIENTÍFICA – (32h)
Ementa Compreensão das normas e fundamentos para redação científica e elaboração de Projetos de Pesquisa. Diferenciação dos métodos de Pesquisa Qualitativa e Quantitativa. Conhecimento das formas de comunicação e registro da produção científica. Bibliografia Básica: ESTRELA, C. Metodologia científica: Ciência, ensino e pesquisa, Artes Médicas, 2018. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos de metodologia científica, Atlas, 2017. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Metodologia do trabalho científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos, Atlas, 2017. Bibliografia Complementar: MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados, Atlas, 2008. HULLEY, S.B. et al. Delineando a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica, Artmed, 2015. GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa, Atlas, 2017. MEDEIROS, J.B. Redação Científica: A Prática De Fichamentos, Resumos, Resenhas, Atlas, 2014. POPPER, K. A lógica da pesquisa científica; tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota, Cultrix, 2012.
3º PERÍODO DO CURSO
FISIOLOGIA HUMANA A - (80h) CCU
Ementa

Fisiologia e biofísica da membrana celular, nervo e músculo. Fisiologia do sistema nervoso, sistema cardiovascular, sistema respiratório, sistema renal, sistema digestivo, sistema endócrino, sistema reprodutor masculino e feminino.

Bibliografia Básica:

BERNE, L. Fisiologia. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GUYTON; HALL. Tratado de Fisiologia Médica. 12.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AIRES, M. M. Fisiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia Complementar:

WINMAIER, E. P.; RAFF, H.; STRANG, K. T. VANDER, SHERMAN & LUCIANO. Fisiologia Humana: Os Mecanismos das Funções Corporais. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006

HANSEN, J.T.; KOEPPEN, B.M. Atlas de Fisiologia Humana de Netter. 3a.ed. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

TORTORA, G.J.; DERRICKSON, B. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 8a.ed. Porto Alegre ARTMED, 2012.

GANONG, W.F. Fisiologia Médica. 17 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

RHOADES, R. & TANNER, G.A. Fisiologia médica. 2a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

IMUNOLOGIA - (64h)

Ementa

Propriedades gerais da imunidade inata e adaptativa. Órgãos, tecidos, células e moléculas do sistema imune. Tecidos linfóides orais. Respostas imunes humorais e celulares. Linfócitos B e imunoglobulinas. Linfócitos T e receptores para antígenos. Complexo de histocompatibilidade principal. Processamento e apresentação de antígenos. Indução e ativação da resposta imune celular. Indução e ativação da resposta imune humoral. Mecanismos efetores da resposta imune. Sistema complemento. Hipersensibilidades tipos 1, 2, 3 e 4. Resposta imune à placa dentária e na doença periodontal. Imunologia nos implantes, transplantes e drogas imunossupressoras. Noções de sorologia. Reações de aglutinação. Imunofluorescência e imunohistoquímica. Teste imunoenzimático - ELISA.

Bibliografia Básica:

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. Imunologia celular e molecular - Elsevier, 2019.

JANEWAY & TRAVERS, Imunobiologia, Artes Médicas, 2010.

ROITT, I. M.; DELVES, P. J.; BURTON, D. R.; MARTIN, S. J. Fundamentos de imunologia, Guanabara Koogan, 2018.

Bibliografia Complementar:

SPOLIDORIO, D; DUQUE, C. Microbiologia e imunologia geral e odontológica, Artes Médicas, 2013.

HOFLING, J. F.; GONÇALVES R. B. et al. Imunologia para odontologia, Artmed, 2006.

CALICH, V. L. G.; VAZ, C. A. Imunologia, Revinter, 2008.

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. Imunologia básica, Elsevier, 2017.

JORGE, A. O. C. Microbiologia e imunologia oral, Arte e Ideia, 2012.

PATOLOGIA GERAL – (64h)

Ementa

Introdução à Patologia. Estudo dos princípios biológicos entendendo o processo de formação de enfermidades sistêmicas. Reações celulares às agressões: letais e subletais. Distúrbios circulatórios: edema, hiperemia, hemorragia, trombose, embolia e infartos. Distúrbios do crescimento e da diferenciação celular. Inflamação aguda. Inflamação crônica. Processo de reparo. Imunopatologia. Doenças virais. Doenças mucocutâneas. Doenças granulomatosas. Doenças fúngicas e bacterianas não granulomatosas. Distúrbios do desenvolvimento. Lesões pigmentadas melanocíticas e não melanocíticas. Apresentação do laboratório e suas atividades. Estudo dos eventos microscópicos relacionados aos conteúdos teóricos: reações celulares às agressões letais e subletais, distúrbios circulatórios, distúrbios do crescimento celular, inflamação aguda, inflamação crônica, processo de reparo, imunopatologia, doenças virais, doenças mucocutâneas, doenças granulomatosas, doenças fúngicas e bacterianas, distúrbios do desenvolvimento e Lesões pigmentadas melanocíticas e não melanocíticas.

Bibliografia Básica:

ABBAS, A.K.; FAUSTO, N.; KUMAR, V. Robbins & Cotran - Patologia - Bases Patológicas das Doenças, Elsevier, 2010.

RUBIN, E. COLABORADORES. Patologia - Bases clinicopatológicas da Medicina, Guanabara Koogan, 2006.

BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo Patologia Geral, Guanabara Koogan, 2009.

Bibliografia Complementar:

ABBAS, AK; LICHTMAN, AH; POBER, JS. Imunologia Celular e Molecular, Elsevier/ Medicina Nacionais, 2012.

NEVILLE, B.; BOUQUOT, J.E.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M. Patologia Oral e

Maxilofacial, Elsevier/Medicina Nancional, 2009.

REGEZI, J.A.; SCIUBBA, J.J.; JORDAN, R.C.K. Patologia Oral, Elsevier/Medicina Nacionais, 2008.

SAPP, J.P.; WYSOCKI, G.P.; EVERSOLE, L.R. Patologia Bucomaxilofacial

Contemporânea, Santos, 2012.

CAWSON, R.A.; ODELL, E.W. Cawsons. Fundamentos Básicos de Patologia e Medicina Oral, Santos, 2013.

DENTÍSTICA I – (96h)

Ementa

Introdução aos gessos odontológicos. Análise das relações interproximais e intermaxilares por meio do enceramento progressivo e noções básicas de oclusão. Introdução à cariologia, bioquímica da cárie. Detalhamento da nomenclatura,

classificação das cavidades e instrumentos rotatórios e manuais em Dentística. Conhecimento e aplicação do controle de umidade do campo operatório. Estudo dos princípios mecânicos e biológicos que regem os preparos cavitários. Estudo das propriedades físico-químico-mecânicas dos materiais utilizados na proteção do complexo dentinho-pulpar e restauradores. Orientações sobre a utilização dos equipamentos odontológicos necessários à execução das tarefas laboratoriais/ clínicas simuladas e ergonomia aplicada. Fundamentação e execução de técnicas de preparo e restauração de cavidades com amálgama. Introdução ao estudo da adesão à estrutura dentária e resinas compostas

Bibliografia Básica:

ANUSAVICE, K.J. PHILLIPS. Materiais Dentários. Elsevier, 2013.

BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades., Santos, 2015.

MONDELLI, J. et al. Fundamentos de dentística operatória. Santos, 2017.

Bibliografia Complementar:

BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e técnicas. Santos, 2010.

OKESON, J. P. et al. Tratamento das desordens temporomandibulares e oclusão., Elsevier, 2008.

BORGES, R.N. Estudo da relação intermaxilar e interproximal através do enceramento progressivo, FO/UFG, 2007.

BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades., Santos, 2015.

CONCEIÇÃO, E.N. et al. Dentística: Saúde e estética. Quintessence Nacional, 2018.

CONTROLE DE INFECÇÃO - (32h)

Ementa

Estudo da transmissibilidade das doenças infecciosas de importância epidemiológica para a odontologia. Aprofundamento no estudo das precauções padrão. Compreensão sobre imunização para profissionais de saúde e profilaxia pós-exposição para AIDS e Hepatite B. Condutas frente a acidente com material biológico. Processamento de produtos para a saúde. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Compreensão das precauções baseadas na transmissão. Conhecimento sobre área de processamento de produtos para a saúde em Central de Material e Esterilização.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. Controle de infecções e a prática odontológica em tempo de aids, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Serviços Odontológicos. Prevenção e Controle de Riscos, Ministério da Saúde, 2006

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n.358 de 29/04/2005.

Bibliografia Complementar:

SOBECC. Práticas Recomendadas da Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização - SOBECC, 2009.

CUNHA, AF et al. Recomendações práticas em processos de esterilização em estabelecimentos de saúde, parte I : esterilização a calor, Komedi, 2000

GOIÁS, Secretaria de Estado de Saúde, Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar. Programa de Prevenção e Assistência ao Acidente Profissional com Material Biológico., Secretaria de Estado de Saúde, 2003

GUIMARÃES JR, J. Biossegurança e Controle de Infecção Cruzada em Consultórios Odontológico, Santos, 2001.

Brasil. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução n.306 de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, Ministério da Saúde, 2004.

PREVENÇÃO EM SAÚDE BUCAL – (32h)

Ementa

Conhecimento da prevenção em saúde na perspectiva da promoção da saúde. Principais agravos à saúde bucal. Aplicação da prevenção em saúde bucal. Métodos preventivos nos diferentes ciclos de vida.

Bibliografia Básica:

MALTZ, M; TENUTA, L.M.A; GROISMAN, S.; CURY, J.A. Cariologia: conceitos básicos, diagnóstico e tratamento não restaurador. Artes Médicas (Série ABENO: Odontologia Essencial: parte clínica)., 2016.

BONECKER, M; SHEIHAM A. Promovendo saúde bucal na infância e adolescência: conhecimentos e práticas. Cap. 1 a 4, 6 a 8., Santos, 2004.

PINTO VG. Saúde bucal coletiva. 7ª ed. São Paulo: Santos, 2019. Cap. 9 a 16, 18.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A saúde bucal no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 350 p. Disponível em:

http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/saude_bucal_sistema_unico_saude

Bibliografia Complementar:

PEREIRA AC. Tratado de saúde coletiva em odontologia. Cap. 25 a 32., Napoleão, 2009.

SILVA, N.A; SENNA, M.A.A. Fundamentos em saúde bucal coletiva. Cap. 10 e 11., Medbok, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil., Ministério da Saúde (Série A. Normas e Manuais Técnicos). 2009.

DIAS AA. Saúde bucal coletiva: metodologia de trabalho e práticas. Cap.7 a 9, 11 e 12., Santos, 2006.

FEJERSKOV O, NYVAD B, KIDD E. Cárie dentária: fisiopatologia e tratamento. Cap.1 a 4 e 6., Grupo GEN/Santos, 2017.

BIOÉTICA - (32h)

Ementa

Introdução ao estudo da bioética. Estudo dos fundamentos da bioética. Estudo do modelo principialista e visão crítica de outras correntes de pensamento. Compreensão da relação entre bioética, ciências da saúde e saúde pública. Reflexão sobre a ética da responsabilidade pública e individual. Exame de questões sobre o paciente individual e coletivamente considerado. Análise da relação profissional- paciente a partir do referencial da bioética. Detalhamento e construção do consentimento livre e esclarecido para a prática profissional e pesquisa científica. Fundamentação da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos e animais.

Bibliografia Básica:

COSTA, S. I. F., OSELKA, G. & GARRAFA, V. Iniciação à Bioética, Conselho Federal de Medicina, 1998.

RAMOS, D. L. P. Fundamentos de Odontologia. Bioética & Ética Profissional., Guanabara Koogan, 2007.

URBAN, Cícero de Andrade. Bioética Clínica, Revinter, 2003.

Bibliografia Complementar:

BEAUCHAMP, T. L. & CHILDRESS, J. F. Principles of Biomedical Ethics., Oxford University Press, 2013.

FORTES, P. A. C. & ZOBOLI, E. L. C. P. Bioética e Saúde Pública, Loyola, 2003.

GARRAFA, V; PRADO, M. M. & BUGARIN-Jr, J. G. Bioética e Odontologia. In VIEIRA, T. R. Bioética nas Profissões. Vozes, 2005.

PESSINI, L. & BARCHIFONTAINE, C. P. Problemas atuais de bioética., Loyola, 2000.

PESSINI, L. & BARCHIFONTAINE, C. P. Fundamentos da Bioética., Paulus, 1996.

DIAGNÓSTICO BUCAL I - (64h)

Ementa

Estudo da normalidade biológica, entendendo as possíveis agressões ao sistema estomatognático. Compreensão do processo diagnóstico e da complexidade da manifestação da doença. Desenvolvimento de habilidades para a execução do exame clínico e introdução ao estudo dos exames complementares. Desenvolvimento e estabelecimento de uma postura ética e visão humanística para com o paciente e sua família e comunidade bem como com os demais membros de equipes multidisciplinares.

Bibliografia Básica:

COLEMAN, G.C; NELSON, J.F. Princípios de Diagnóstico Oral, Mosby, 1993.

GOAZ, P.W; PHAROAH, M.J. Radiologia Oral. Fundamentos e interpretação, Mosby, 2007.

MARCUCCI, G. Fundamentos de Odontologia: Estomatologia, Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar:

PORTO, C.C. Semiologia Médica, Guanabara Koogan, 2005.

SONIS S.T; FAZIO, R.C; FANG, L. Princípios e prática de medicina oral, Guanabara Koogan, 1996.

TOMMASI, A.F. Diagnóstico em Patologia Bucal, Pancast, 2002.

CASTRO, A.L. Estomatologia, Santos, 1992.

SILVERMAN, S; EVERSOLE, L.R; TRUELOVE, E.L. Fundamentos de medicina oral, Guanabara Koogan, 2004.

4º PERÍODO DO CURSO

FARMACOLOGIA APLICADA A ODONTOLOGIA - (64h) CCU

Ementa

Farmacocinética Vias de administração. Biotransformação. Influência do pH na absorção. Interações farmacológicas. Farmacodinâmica. Transmissão química. Simpatomiméticos. Bloqueadores adrenérgicos. Colinomiméticos e anticolinesterásicos. Anticolinérgicos. Inflamação. Avaliação da atividade anti-edematogênica Dor. Avaliação da atividade analgésica central e/ou periférica. Ansiedade. Avaliação da atividade ansiolítica. Antimicrobianos. Antisséptico e desinfetante.

Bibliografia Básica:

GOODMANN & GILMAN – As bases farmacológicas da terapêutica, 13ª edição, 2018.

GOLAN, D.E; TASHJIAN-Jr, A.H; ARMSTRONG, E.J. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacologia. 3ª edição, 2014.

RANG & DALE – Farmacologia – 8ª edição 2016.

Bibliografia Complementar:

KATZUNG, B.G. & TREVOR, A.J. Farmacologia básica e clínica. 13ª edição, 2017.

CRAIG & STITZEL – Farmacologia moderna e suas aplicações terapêuticas, 6ª edição, 2003.

SILVA, P. Farmacologia – 8ª edição 2010.

PSICOLOGIA APLICADA À ODONTOLOGIA - (32h)

Ementa

Introdução ao estudo da Psicologia. A relação entre o senso comum e a ciência. A Psicologia como ciência. A evolução da Psicologia científica. A multideterminação do ser humano: uma visão em Psicologia. Socialização e Identidade. Teoria da Personalidade: a Psicanálise. Conceitos de personalidade, temperamento e caráter. Estrutura e funcionamento da personalidade: aparelho psíquico, energia mental e o estado de consciência. Fases do desenvolvimento da personalidade. Abordagem psicodinâmica na prática profissional. Relação dentista- paciente. Conceitos de saúde e doença. Contribuição da Psicologia com relação aos primeiros contatos com o paciente.

Bibliografia Básica:

BOCK, A. M. B., FURTADO, O., & TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia., Saraiva, 2005.

SEGER, L. Psicologia e Odontologia., Santos, 2002.

POSSOBON, R. F., CARRASCOZA, K. C., MORAES, A. B. A., & COSTA JUNIOR, A. L. O tratamento odontológico como gerador de ansiedade., Psicologia em Estudo, 2007.

Bibliografia Complementar:

BEE, H. A Criança em Desenvolvimento, Artmed, 2003.

D'ANDREA, F.F. Desenvolvimento da personalidade., Difel., 1984.

ROLIM, G. S., MORAES, A. B. A., CÉSAR, J., & COSTA JUNIOR, A. L. Análise de comportamentos do odontólogo no contexto de atendimento infantil., Estudos de Psicologia, 9 (3), 533-541., 2004.

Klatchoian, D. A. Psicologia Aplicada à Odontologia, Sarvier., 2002.

MORAES, A. B. A., SANCHEZ, K. A. S., POSSOBON, R. F., COSTA JUNIOR, A. L. Psicologia e odontopediatria: a contribuição da análise funcional do comportamento., Psicologia: Reflexão e Crítica, 17 (1), 75-82., 2004.

PATOLOGIA BUCAL – (64h)

Ementa

Estudo de enfermidades que podem acometer o complexo bucomaxilofacial correlacionando-as com as suas alterações clínicas, microscópicas e tratamento. Anomalias dentárias. Patologia da cárie. Patologia pulpar. Patologia do periápice. Patologia periodontal e peri-implantar. Cistos odontogênicos e não odontogênicos. Processos proliferativos não neoplásicos. Tumores odontogênicos. Desordens potencialmente malignas. Câncer bucal: carcinogênese, tumores benignos e malignos. Patologia das glândulas salivares. Prática laboratorial e diagnóstico microscópico relacionados aos conteúdos teóricos: anomalias dentárias, patologia da cárie, patologia pulpar, patologia do periápice, patologia periodontal, cistos odontogênicos e não odontogênicos, processos proliferativos não neoplásicos, tumores odontogênicos, desordens potencialmente malignas, lesões relacionadas ao osso, neoplasias benignas, patologia das glândulas salivares, câncer bucal.

Bibliografia Básica:

NEVILLE, B.; BOUQUOT, J.E.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M. Patologia Oral e Maxilofacial, Elsevier/Medicina Nancional, 2009.

REGEZI, J.A.; SCIUBBA, J.J.; JORDAN, R.C.K. Patologia Oral, Elsevier/Medicina Nacionais, 2008.

SAPP, J.P.; WYSOCKI, G.P.; EVERSOLE, L.R. Patologia Bucomaxilofacial Contemporânea, Santos Editora, 2012.

Bibliografia Complementar:

WHO. Classification of Head and Neck Tumours. Adel K El-Naggar, John K C Chan, Jennifer R Grandis, Takashi Takata, Pieter J Slootweg., WHO, 2017.

CAWSON, R.A.; ODELL, E.W. Cawsons. Fundamentos Básicos de Patologia e Medicina Oral, Santos, 2013.

ABBAS, A.K.; FAUSTO, N.; KUMAR, V. Robbins & Cotran -. Patologia – Bases Patológicas das Doenças, Elsevier/Medicina Nacionais, 2010.

RUBIN, E. COLABORADORES. Patologia - Bases clinicopatológicas da Medicina, Guanabara Koogan, 2006.

BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo. Patologia Geral, Guanabara Koogan, 2009.

DENTÍSTICA II – (96h)

Ementa

Estudo da composição e das propriedades das resinas compostas, sistemas adesivos, cimentos odontológicos e cinética de polimerização. Técnicas de preparo e restauração de cavidades para materiais restauradores estéticos diretos, observando os princípios de oclusão aplicados a dentística. Clareamento dental. Microabrasão. Orientações sobre técnicas de prevenção, diagnóstico, planejamento e plano de tratamento.

Bibliografia Básica:

ANUSAVICE, K.J. PHILLIPS. Materiais Dentários., Elsevier, 2013.

BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades, Santos, 2015.

SOARES, P.V & GRIPPO, O.J. Lesões cervicais não cariosas e hipersensibilidade dentinária cervical: etiologia, diagnóstico e tratamento., Quintessence nacional, 2018.

Bibliografia Complementar:

OKESON, J. P. et al. Tratamento das desordens temporomandibulares e oclusão., Elsevier, 2008.

CONCEIÇÃO, E.N. et al. Dentística: Saúde e estética., Quintessence nacional, 2018.

Grupo Brasileiro de Professores de Dentística (GBPD). Dentística., Artes Médicas, 2005.

MONDELLI, J. et al. Fundamentos de dentística operatória., Santos, 2017.

CONCEIÇÃO, E.N. et al. Dentística: Saúde e estética, Quintessence nacional, 2018.

PERIODONTIA – (64h)
Ementa Conhecimento da anatomia e histologia periodontal e da etiopatogênese das doenças periodontais. Estudo das DP agudas. Estudo da epidemiologia e da classificação das condições e DP. Relação da DP com condições sistêmicas. Diagnóstico periodontal e clínico e por imagem. Tratamento periodontal. Instrumentação em manequins, manual e ultrassônica. Conhecimento das terapias adjuntas à raspagem corono-radicular. Bibliografia Básica: LINDHE, J.; LANG, N. P. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral., Guanabara Koogan, 2018. NEWMAN, M. G. et al. Carranza Periodontia Clínica, Elsevier, 2016. ROSE, L. E.; GENCO, R. J.; MEALEY, B. L.; COHEN, W. Medicina periodontal, Santos, 2022. Bibliografia Complementar: BORGHETTI, A.; MONNET-CORTI, V. Cirurgia Plástica Periodontal, ArtMed, 2011. LASKARIS, G.; SCULLY, C. Manifestações periodontais das doenças locais e sistêmicas, Santos, 2005. OPPERMANN, R. V.; RÖSING, C. K. Periodontia Laboratorial e Clínica, Artes Médicas, 2013. PATTISON, G. L.; PATTISON, A. M. Instrumentação em Periodontia: orientação clínica. Panamericana, 1988. WOLF, H. F.; HASSELL, T. M. Manual de periodontia: fundamentos, diagnóstico, prevenção e tratamento, Artmed, 2008.
PROMOÇÃO DA SAÚDE – (32h) *ACEEx
Ementa Estudo da Promoção da Saúde no Brasil. Estudo da educação em saúde. Reflexão acerca da determinação social de Saúde no contexto da Promoção da Saúde. Compreensão das implicações da promoção da saúde para a saúde bucal da população. Elaboração de ações para a Promoção da Saúde. Conteúdos trabalhados na forma de Atividades Curriculares de Extensão - ACEEx; com a elaboração de ações para a Promoção da Saúde junto a comunidade. Bibliografia Básica: BONECKER M, SHEIHAM A. Promovendo saúde bucal na infância e adolescência: conhecimentos e práticas, Santos, 2004. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Promoção da Saúde - PNaPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006, Ministério da Saúde, 2014. BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação. Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, 2018. BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de Promoção da Saúde. In: D. CZERESNIA, C.M. FREITAS (orgs), Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências., Fiocruz, 2003. PELOCINI, M.C.F; MIALHE, F.L. Educação e Promoção da Saúde. 2ed. Rio de Janeiro: Santos, 2019.632p. Bibliografia Complementar: PEREIRA AC. Tratado de saúde coletiva em odontologia, Napoleão, 2009. PEREIRA AC. Odontologia em saúde coletiva: planejando ações e promovendo saúde, Artmed, 2003. SILVA NA, SENNA MAA. Fundamentos em saúde bucal coletiva, Medbook, 2013. MOYSÉS ST, KRIGER L, MOYSÉS SJ. Saúde bucal das famílias: trabalhando com evidências, Artes Médicas, 2008. BRASIL. Caderno de educação popular em saúde, Ministério da Saúde, 2007. BRASIL. Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde, Ministério da Saúde, 2007.
DIAGNÓSTICO BUCAL II - (64h)
Ementa Introdução ao estudo do diagnóstico por imagem no processo diagnóstico. Estudo da anatomia e alterações radiográficas do complexo bucomaxilofacial. Conhecimento e análise crítica dos critérios para indicação de exame por imagem. Técnica e interpretação de tomografia computadorizada. Bibliografia Básica: WHITE S.C., PHAROAH, M.J. Radiologia Oral: princípios e interpretação, Elsevier, 2015. FENYO-PEREIRA M. Fundamentos de Radiologia: Radiologia Odontológica e Imaginologia., Santos, 2013. FREITAS, A.; ROSA, E.; FARIA E SOUZA, I. Radiologia Odontológica, Artes Médicas, 2004. Bibliografia Complementar: NEVILLE B., ALLEN C. M., Damm D.D. Patologia oral e maxillofacial, Elsevier, 2009. SILVERMAN, S.; EVERSOLE, L.R.; TRUELOVE, E.L. Fundamentos de medicina oral, Koogan, 2004. SONIS S.T.; FAZIO, R.C.; FANG, L. Princípios e prática de medicina oral, Guanabara Koogan, 1996. IANNUCCI J.M.; HOWERTON L.J. Radiologia Odontológica: Princípios e Técnicas, Santos, 2010. CAVALCANTI M. Tomografia computadorizada por feixe cônico - Interpretação e diagnóstico para o cirurgião-dentista, Santos, 2014.

5º PERÍODO DO CURSO

ENDODONTIA – (48h)

Ementa

Introdução aos conceitos de endodontia. Material e instrumental endodôntico. Anatomia interna dos canais radiculares. Execução de exame radiográfico sob isolamento absoluto. Preparo e obturação dos canais radiculares. Atividades laboratoriais em dentes uni, bi e multi-radiculares seguindo os princípios de controle de infecção e ergonomia.

Bibliografia Básica:

ESTRELA C. Ciência Endodôntica., Artes Médicas, 2004.
ESTRELA C. Endodontia laboratorial e clínica. Série ABENO. Artes Médicas, 2013.
COHEN S. Caminhos da polpa, Elsevier, 2017.

Bibliografia Complementar:

LOPES HP, SIQUEIRA-JR JF. Endodontia: biologia e técnica, Elsevier, 2015.
ESTRELA C. Dor Odontogênica, Artes Médicas, 2001.
ANDRADE, E.D. Terapêutica medicamentosa em Odontologia, Artes Médicas, 2014.
ESTRELA, C. Controle de Infecção em Odontologia, Artes Médicas, 2003.
LEONARDO MR, LEONARDO RT. Tratamento de Canais Radiculares: Avanços Tecnológicos e Biológicos de uma Endodontia Minimamente Invasiva em Nível Apical e Periapical, Artes Médicas, 2017.

CLÍNICA DE ATENÇÃO BÁSICA IA – (144h)**Ementa**

Recomendações sobre normas para o atendimento clínico. Orientação de diagnóstico, plano de tratamento e atendimento clínico em periodontia e dentística. Técnicas anestésicas em Odontologia. Realização de exames radiográficos intrabucais.

Bibliografia Básica:

Soares, P.V & Grippo, O.J. Lesões cervicais não cariosas e hipersensibilidade dentinária cervical: etiologia, diagnóstico e tratamento., Quintessence nacional, 2018.
NEWMAN, M. G. et al. Carranza. Periodontia Clínica, Elsevier, 2007.
GOAZ, P. W.; PHAROAH, M. J. Radiologia Oral: fundamentos e interpretação., Elsevier, 2007.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, E. D. Terapêutica medicamentosa em Odontologia., Artes Médicas, 2006.
CASTRO, A. L. Estomatologia, Santos, 1992.
PORTO, C.C. Semiologia Médica., Guanabara Koogan, 2005.
ANUSAVICE, K.J. Phillips. Materiais Dentários, Elsevier, 2013.
NEVILLE, B. W.; DAMM, D. D.; ALLEN, C. M.; BOUQUOT, J. E. Patologia Oral e Maxilofacial, Guanabara Koogan, 2004.

PRÓTESE DENTÁRIA I - (192h)**Ementa**

Estudo do paciente desdentado. Apresentação das principais modalidades de tratamento protético e conhecimento dos conceitos e terminologia. Fundamentos do tratamento com prótese total, parcial fixa e removível. Conhecimento dos procedimentos clínicos, técnicos e laboratoriais para confecção de próteses. Execução das etapas para confecção de prótese total, parcial fixa e removível por meio da simulação em laboratório. Desenvolvimento da capacidade de planejamento em prótese dentária. Aplicação prática de materiais dentários de uso em prótese. Aplicação da oclusão em diversos tratamentos protéticos. Utilização dos articuladores para diagnóstico e tratamento em prótese dentária.

Bibliografia Básica:

KLIEMANN, C.; OLIVEIRA, W. Manual de prótese parcial removível, Santos, 1999.
PEGORARO, L.F. et al. Prótese fixa – bases para o planejamento em reabilitação oral, Artes Médicas, 2013.
TURANO, J.C.; TURANO, L.M. Fundamentos de prótese total, Santos, 2011.

Bibliografia Complementar:

ANUSAVICE, K.J. et al. Phillips materiais dentários, Elsevier, 2013.
DAWSON, P.E. Oclusão funcional – da ATM ao desenho do sorriso. Santos, 2008.
FRADEANI, M.; BARDUCCI, G. Reabilitação estética em prótese fixa – tratamento protético, Artes Médicas, 2013.
TAMAKI, T. Dentaduras completas, Sarvier, 1979.
LAGANÁ, D.C. ZANETTI, A.L. Planejamento: prótese parcial removível, Sarvier, 1996.

CIRURGIA – (48h)**Ementa**

Aplicação da anatomofisiologia e farmacologia dos anestésicos locais à Odontologia. Técnicas anestésicas em odontologia. Introdução aos princípios de técnica cirúrgica, laboratório de exodontia e condutas no pré, trans e pós-operatório. Aplicação da terapêutica medicamentosa à clínica odontológica. Prevenção e tratamento dos acidentes e complicações em cirurgia bucal. Prevenção, controle e tratamento das infecções maxilofaciais.

Bibliografia Básica:

ANDRADE E.D. Terapêutica medicamentosa em odontologia, Artes Médicas, 2014.
HUPP, J.R.; ELLIS E., TUCKER, M. Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea, Elsevier, 2009.
MALAMED, S. Manual de Anestesia local, Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar:

MILORO, M, et al. Princípios de cirurgia maxilofacial de Peterson, Santos, 2013.
 KRUGER, G. O. Cirurgia bucal e maxilo-facial, Guanabara Koogan, 1984.
 LIMA JRS. Atlas colorido de anestesia em odontologia: fundamentos e técnicas, Santos, 2004.
 MADEIRA, M.C. Anatomia da Face, Sarvier, 2012.
 MEDEIROS P.J.et. al. Cirurgia dos dentes inclusos: extração e aproveitamento, Santos, 2002.
 MOREIRA. R.W.F. et al. 9 Tratado de cirurgia buco-maxilo-facial., Napoleao, 2017.

DIAGNÓSTICO BUCAL III - (64h)

Ementa

Estudo e realização de biópsias e citologia esfoliativa. Estudo do diagnóstico e tratamento das lesões brancas, vesicobolhosas, ulceradas, pigmentadas, infecciosas e autoimunes da mucosa oral. Diagnóstico das doenças das glândulas salivares. Manifestações orais da AIDS.

Bibliografia Básica:

NEVILLE, B.W.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M.; BOUQUOT, J.E. Patologia Oral e Maxilofacial., Guanabara Koogan, 2004.
 MARCUCCI, G. Fundamentos de Odontologia: Estomatologia., Guanabara Koogan, 2005.
 WHITE, P.W.; PHAROAH, M.J. Radiologia Oral: fundamentos e interpretação., Elsevier, 2007.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, A.L. Estomatologia, Santos, 1992.
 LANGLAND, O.E.; LANGLAIS, R.P. Princípios do Diagnóstico por Imagem em Odontologia., Santos, 2003.
 PORTO, C.C. Semiologia Médica., Guanabara Koogan, 2005.
 SILVERMAN, S.; EVERSOLE, L.R.; TRUELOVE, E.L. Fundamentos de medicina oral, Guanabara Koogan, 2004.
 CAVALCANTI, M. Tomografia computadorizada por feixe cônico - Interpretação e diagnóstico para o cirurgião-dentista., Santos, 2014.

6º PERÍODO DO CURSO

ENDODONTIA CLÍNICA – (48h) *ACEx

Ementa

Diagnóstico das alterações pulpares e periapicais. Tratamento da polpa inflamada. Tratamento das infecções de origem endodôntica. Soluções irrigadoras e medicações intracanaís. Selamento coronário. Critérios de sucesso do tratamento endodôntico. Conteúdos trabalhados na forma de Atividades Curriculares de Extensão - ACEx; com a elaboração de ações para atendimento clínico de pacientes do SUS com necessidades de tratamento endodôntico em dentes uni e bi-radulares.

Bibliografia Básica:

ESTRELA, C. Ciência Endodôntica, Artes Médicas, 2004.
 ESTRELA, C. Endodontia laboratorial e clínica. Série ABENO, Artes Médicas, 2013.
 COHEN, S. Caminhos da polpa., Elsevier, 2017.
 BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação. Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, 2018.

Bibliografia Complementar:

LOPES, H.P; SIQUEIRA-JR, J.F. Endodontia: biologia e técnica., Elsevier, 2015.
 ESTRELA, C. Dor Odontogênica., Artes Médicas, 2001.
 ANDRADE, E.D. Terapêutica medicamentosa em Odontologia., Artes Médicas, 2014.
 ESTRELA, C. Controle de Infecção em Odontologia., Artes Médicas, 2003.
 LEONARDO, M.R; LEONARDO, R.T. Tratamento de Canais Radiculares: Avanços Tecnológicos e Biológicos de uma Endodontia Minimamente Invasiva em Nível Apical e Periapical., Artes Médicas, 2017.

ODONTOPEDIATRIA – (64h)

Ementa

Estudo do crescimento e desenvolvimento infantil. Estudo do comportamento infantil. Compreensão do atendimento odontológico ao paciente infantil. Capacitação nos aspectos teóricos voltados à prevenção, diagnóstico e tratamento na odontologia infantil.

Bibliografia Básica:

ASSED, S. Odontopediatria: bases científicas para a prática clínica., Artes Médicas, 2005.
 CAMPOS, C.C; MACHADO, G.C.M; GONÇALVES, I.M.F; AMORIM, L.F.G; VIEIRA, L.A.C; COSTA, LRRS. Clínica Odontológica Infantil - Isso a Passo., UFG/FO: FUNAPE, 2010.
 CORRÊA, M.S.N.P. Odontopediatria na primeira infância - uma visão multidisciplinar. Quintessence, 2017.

Bibliografia Complementar:

CORRÊA, M.S.N.P. Conduta clínica e psicológica na odontopediatria, Santos, 2013.
 GUEDES-PINTO, A.C. Odontopediatria., Santos, 2016.
 MARSILLAC, M.W.S. Controle da dor, medo e ansiedade em odontopediatria., Santos, 2013.
 SHEIHAM, Aubrey (coautor). Promovendo saúde bucal na infância e adolescência: conhecimentos e práticas., Santos, 2004.

TOLEDO, O.A. Odontopediatria: fundamentos para a prática clínica. Premier, 2012.
ORTODONTIA INFANTIL – (64h)
Ementa Estudo do crescimento e desenvolvimento da criança; identificação das más oclusões; estudo do diagnóstico ortodôntico; caracterização do tratamento ortodôntico infantil; orientação laboratorial voltada à dentição decídua e mista. Bibliografia Básica: MOYERS, R. Ortodontia. 3 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1979. PROFFIT, W. Ortodontia Contemporânea, 2012. DA SILVA FILHO, O.G; GARIB, D.G; LARA, T.S. Ortodontia Interceptiva: Protocolo de Tratamento em Duas Fases. 1. ed. São Paulo, Artes Médicas, 2015. Bibliografia Complementar: DE ALMEIDA, R.R. Ortodontia preventiva e interceptora: mito ou realidade? 1. ed. Maringá, Dental Press, 2013. MATSUMOTO, M.A.N; STUANI, M.B.S; ROMANO, F.L. Ortodontia: abordagens clínicas da dentição mista. 1. Ed. Manole, 2021. ABRÃO, J; MORO, A; HORLIANA, R.F; SHIMIZU, R.H. Ortodontia Preventiva: diagnóstico e tratamento. 1 Ed. Artes Médicas, 2014. ENLOW, D.H Crescimento Facial. São Paulo, Santos, 1993. VAN DER LINDEN, F.P.G.M. Desenvolvimento da Dentição. São Paulo, Quintessence, 1986. CAPELOZZA FILHO, L. Diagnóstico em Ortodontia. 2. ed., Dental Press, 2012.
CLÍNICA DE ATENÇÃO BÁSICA IIA – (112h) *ACEx
Ementa Conteúdos trabalhados na forma de Atividades Curriculares de Extensão - ACEx; com a planejamento de ações de: Diagnóstico, plano de tratamento e atendimento clínico em periodontia e dentística aos pacientes da comunidade regulamentados pelo SUS (com realização de procedimentos mais complexos em relação à CAB IA). Bibliografia Básica: SOARES, P.V & GRIPPO, O.J. Lesões cervicais não cariosas e hipersensibilidade dentinária cervical: etiologia, diagnóstico e tratamento., Quintessence nacional, 2018. ESTRELA, C. Ciência Endodôntica. Artes Médicas, 2004. LINDHE, J. Tratado de periodontia clínica e implantodontia oral, Guanabara Koogan, 2005. BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação. Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, 2018. Bibliografia Complementar: CONCEIÇÃO, E.N. et al. Dentística: Saúde e estética, Quintessence nacional, 2018. PETERSON, et al. Cirurgia oral e Maxilofacial Contemporânea, Guanabara Koogan, 2000. ANDRADE, E. D. Terapêutica medicamentosa em Odontologia, Artes Médicas, 2006. GOAZ, P. W.; PHAROAH, M. J. Radiologia Oral: fundamentos e interpretação, Elsevier, 2007. NEVILLE, B. W.; DAMM, D. D.; ALLEN, C. M.; BOUQUOT, J. E. Patologia Oral e Maxilofacial, Guanabara Koogan, 2004.
PRÓTESE DENTÁRIA II – (128h) *ACEx
Ementa Conteúdos trabalhados na forma de Atividades Curriculares de Extensão - ACEx; com a planejamento de ações de: Estudo, planejamento, exames, diagnósticos, elaboração e execução de plano de tratamento e preservação de pacientes desdentados totais e parciais, direcionados à resolução clínica de necessidades protéticas dos pacientes de nossa comunidade. Bibliografia Básica: KLIEMANN, C; OLIVEIRA, W. Manual de prótese parcial removível, Santos, 1999. PEGORARO, L.F. et al. Prótese fixa – bases para o planejamento em reabilitação oral, Artes Médicas, 2013. TURANO, J.C; TURANO, L.M. Fundamentos de prótese total, Santos, 2011. BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação. Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, 2018. Bibliografia Complementar: ANUSAVICE, K.J. et al. Phillips materiais dentários, Elsevier, 2013. DAWSON, P.E. Oclusão funcional – da ATM ao desenho do sorriso, Santos, 2008. FRADEANI, M; BARDUCCI, G. Reabilitação estética em prótese fixa – tratamento protético, Artes Médicas, 2013. TAMAKI, T. Dentaduras completas., Sarvier, 1979. ZANETTI, A.L; LAGANÁ, D.C. Planejamento: prótese parcial removível, Sarvier, 1996.
CIRURGIA CLÍNICA – (48h)

Ementa

Estudo dos tratamentos cirúrgicos aplicados à prótese, implantodontia e ortodontia. Desenvolvimento teórico e prática clínica da terapêutica cirúrgica das alterações e patologias do complexo bucomaxilofacial.

Bibliografia Básica:

ANDRADE E.D. Terapêutica medicamentosa em odontologia, Artes Médicas, 2014.

HUPP, J.R.; ELLIS, E.; TUCKER, M. Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea, Elsevier, 2009.

MALAMED, S. Manual de Anestesia local, Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar:

MILORO, M; *et al.* Princípios de cirurgia maxilofacial de Peterson, Santos, 2013.

KRUGER, G.O. Cirurgia bucal e maxilo-facial, Guanabara Koogan, 1984.

LIMA, J.R.S. Atlas colorido de anestesia em odontologia: fundamentos e técnicas, Santos, 2004.

MEDEIROS, P.J; *et al.* Cirurgia dos dentes inclusos: extração e aproveitamento, Santos, 2002.

MOREIRA, R.W.F. *et al.* Tratado de cirurgia buco-maxilo-facial, Napoleao, 2017.

DIAGNÓSTICO BUCAL IV - (64h) *ACEx**Ementa**

Estudo de imagens: ressonância magnética, ultrassonografia e medicina nuclear. Abordagem do diagnóstico e tratamento de: cistos odontogênicos e não odontogênicos, tumores odontogênicos, manifestações orais das hemopatias, desordens potencialmente malignas e carcinomas da mucosa bucal. Conteúdos trabalhados na forma de Atividades Curriculares de Extensão - ACEx; com a elaboração de ações de práticas integrativas aplicadas à odontologia, no atendimento a pacientes de nossa comunidade.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, E. D. Terapêutica medicamentosa em Odontologia, Artes Médicas, 2006.

MARCUCCI, G.; SILVA, S. S. Fundamentos de Odontologia – Estomatologia, Guanabara Koogan, 2005.

NEVILLE, B. W.; DAMM, D. D.; ALLEN, C. M.; BOUQUOT, J. E. Patologia Oral e Maxilofacial, Elsevier / Medicina Nacional, 2009.

REGEZZI JA, SCIUBBA JJ, JORDAN RCK. Patologia Oral, Elsevier, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação. Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, 2018.

Bibliografia Complementar:

WHITE, S.; PHAROAH, M. J. Radiologia Oral: fundamentos e interpretação, Elsevier, 2007.

PORTO CC; PORTO AL. Clínica Médica na Prática Diária, Guanabara Koogan, 2016.

CASTRO, A. L. Estomatologia, Santos, 1992.

PORTO, C.C. Semiologia Médica, Guanabara Koogan, 2005.

PORTO, C.C. Exame Clínico, Guanabara Koogan, 2011.

OKESON, JP. Dores orofaciais de Bell – tratamento clínico da dor bucofacial, Quintessence, 2006.

7º PERÍODO DO CURSO**CLÍNICA INFANTIL I - (64h)****Ementa**

Análise dos aspectos de crescimento e desenvolvimento infantil. Gerenciamento do comportamento infantil. Atendimento odontológico integral de crianças. Desenvolvimento de competências na prevenção, diagnóstico e plano de tratamento infantil.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, C. C; MACHADO, G. C. M; GONÇALVES, I. M. F; AMORIM, L. F. G; VIEIRA, L. A. C; COSTA, L. R. R. S. Clínica Odontológica Infantil - Passo a Passo, UFG/FO: FUNAPE, 2010.

CORRÊA, M. S. N. P. Odontopediatria na primeira infância - uma visão multidisciplinar, Quintessence, 2017.

PROFFIT, W. R.; FIELDS, H. W.; SARVER, D. M. Ortodontia Contemporânea, Mosby Elsevier, 2012.

Bibliografia Complementar:

COSTA, L. R. R. S. *et al.* SEDAÇÃO em odontologia: desmitificando sua prática, Artes Médicas, 2007

MARSILLAC, M. W. S. Controle da dor, medo e ansiedade em odontopediatria, Santos, 2013.

MOYERS, R. Ortodontia, Guanabara Koogan, 1979.

OLIVEIRA, Rynaldo. G. Blackbook: pediatria, Black Book, 2014.

VAN DER LINDEN, F.P.G.M. Desenvolvimento da Dentição, Quintessence, 1986.

ESTÁGIO EM CLÍNICA INTEGRADA IA - (192h)**Ementa**

Trabalhar as diferentes áreas odontológicas de maneira integrada por meio da construção de casos clínicos que abordem os conhecimentos já adquiridos anteriormente. Os casos clínicos serão definidos seguindo um geral crescente de complexidade,

cujos conteúdos de caráter variável, podem ser selecionados pelo corpo docente de acordo com a demanda vigente/observada.

Bibliografia Básica:

ESTRELA C. Ciência Endodôntica, Artes Médicas, 2004.

LINDHE, J.; LANG, N. P. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral, Guanabara Koogan, 2018.

PEGORARO, L.F. et al. Prótese fixa – bases para o planejamento em reabilitação oral, Artes Médicas, 2013.

Bibliografia Complementar:

BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades, Santos, 2015.

DAWSON, P. E. Oclusão funcional – da ATM ao desenho do sorriso, Santos, 2008.

KLIEMANN, C.; OLIVEIRA, W. Manual de prótese parcial removível, Santos, 1999.

TURANO, J.C; TURANO, L. M. Fundamentos de prótese total, Santos, 2011.

WHITE, P. W; PHAROAH, M. J. Radiologia Oral: fundamentos e interpretação, Elsevier, 2007.

CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAL I – (64h) *ACEx

Ementa

Conteúdos trabalhados na forma de Atividades Curriculares de Extensão - ACEx; com a elaboração de ações práticas de atendimento interdisciplinar do paciente politraumatizado, do portador de deformidades dentofaciais e do paciente cirúrgico de ATM. Propósito e limites da cirurgia e traumatologia buço- maxilo-facial e sua interação com demais áreas correlacionadas à saúde.

Bibliografia Básica:

ANDRADE E.D. Terapêutica medicamentosa em odontologia, Artes Médicas, 2014.

HUPP, J.R; ELLIS E; TUCKER, M. Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea, Elsevier, 2009.

MALAMED, S. Manual de Anestesia local., Elsevier, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação. Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, 2018.

Bibliografia Complementar:

MILORO, M, et al. Princípios de cirurgia maxilofacial de Peterson, Santos, 2013.

LIMA, J.R.S. Atlas colorido de anestesia em odontologia: fundamentos e técnicas, Santos, 2004.

MEDEIROS, P.J.et. al. Cirurgia dos dentes inclusos: extração e aproveitamento, Santos, 2002.

MOREIRA, R.W.F. et al. Tratado de cirurgia buco-maxilo-facial, Napoleao, 2017.

NEVILLE, B.W. Patologia oral e maxilofacial, Elsevier, 2009.

ESTÁGIO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE – (64h)

Ementa

Aproximação a Atenção Primária em Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). Estudo das políticas que orientam a Atenção Básica no Brasil. Compreensão das Redes de Atenção em Saúde do SUS. Estudo do planejamento em Saúde. Aplicação do planejamento em saúde no cenário de prática.

Bibliografia Básica:

MOYSÉS, S.T; KRIGER, L; MOYSÉS, S.J (Org). Saúde bucal das famílias: trabalhando com evidências, Artes Médicas, 2008.

STARFIELD, B. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia, UNESCO/Ministério da Saúde, 2002.

GOES, P.S.A; MOYSÉS SJ (Org). Planejamento, gestão e avaliação em saúde Bucal, Artes Médicas, 2012.

Bibliografia Complementar:

TRAD, L.A.B (Org.). Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas, Fiocruz, 2010.

MENDES, E.V. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família, Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)., Ministério da Saúde, 2017.

CONIL, E.M. Ensaio histórico-conceitual sobre a Atenção Primária à Saúde: desafios para a organização de serviços básicos e da Estratégia Saúde da Família em centros urbanos no Brasil, Cad. Saúde Pública, 2008.

PEREIRA, A.C e al. Tratado de saúde coletiva em odontologia, Napoleão, 2009.

ODONTOLOGIA LEGAL - (64h)

Ementa

Apresentação da área de atuação e competências da odontologia legal. Estudo da regulamentação do exercício profissional de cada membro da equipe odontológica. Compreensão da relação entre Odontologia e Direito. Estudo da natureza jurídica da relação profissional- paciente. Fundamentação da responsabilidade profissional nas diferentes esferas de julgamento. Caracterização e análise do erro odontológico. Detalhamento e construção de documentação odontológica. Análise dos códigos deontológicos em Odontologia. Estudo da interface entre Medicina Legal e Odontologia Legal. Estudo da identidade e dos métodos de identificação humana. Estudo das noções de criminalística aplicáveis à Odontologia Forense.

Bibliografia Básica:

SILVA, M; ZIMMERMANN, R.D. & DE PAULA, F.J. Deontologia Odontológica: ética e legislação, Santos, 2011.
SILVA, R. H. A., et al. Orientação Profissional para o Cirurgião-dentista: ética e legislação, Santos, 2010.
VANRELL, J. P. Odontologia Legal e Antropologia Forense, Guanabara Koogan, 2009.

Bibliografia Complementar:

FARAH, E. E. & FERRARO, L. (QUEST Consultoria e Treinamento). Como Prevenir Problemas com os Pacientes - Responsabilidade Civil: para dentistas, médicos e profissionais de saúde, Quest, 2000.
FRANÇA, G. V. Medicina Legal, Guanabara Koogan, 2011.
NIGRE, A. L. O Atuar do Cirurgião-dentista: direitos e obrigações, Rubio, 2009.
NIGRE, A. L. A odontologia à luz do direito, Rubio, 2012.
SANTOS, R B & CIUFFI, F. Aspectos Éticos e Legais da Prática Odontológica: comentários de profissionais de áreas distintas – Direito e Odontologia, Santos, 2009.

8º PERÍODO DO CURSO**CLÍNICA INFANTIL II - (64h) *ACEx****Ementa**

Análise dos aspectos de crescimento e desenvolvimento infantil. Gerenciamento do comportamento infantil. Conteúdos trabalhados na forma de Atividades Curriculares de Extensão - ACEx; com o planejamento de ações de atendimento odontológico integral de crianças. Desenvolvimento de competências na prevenção, diagnóstico e plano de tratamento.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, C.C; MACHADO, G.C.M; GONÇALVES, I.M.F; AMORIM, L.F.G; VIEIRA, L.A.C; COSTA, LRRS. Clínica Odontológica Infantil - Passo a Passo., UFG/FO: FUNAPE, 2010.
CORRÊA, M.S.N.P. Odontopediatria na primeira infância - uma visão multidisciplinar. Quintessence, 2017.
PROFFIT, W. R; FIELDS, H. W; SARVER, D. M. Ortodontia Contemporânea, Mosby Elsevier, 2012.
BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação. Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, 2018.

Bibliografia Complementar:

COSTA, L. R. R. S. et al. SEDAÇÃO em odontologia: desmitificando sua prática, Artes Médicas, 2007
MARSILLAC, M. W. S. Controle da dor, medo e ansiedade em odontopediatria, Santos, 2013.
MOYERS, R. Ortodontia, Guanabara Koogan, 1979.
OLIVEIRA, Rynaldo. G. Blackbook: pediatria, Black Book, 2014.
VAN DER LINDEN, F.P.G.M. Desenvolvimento da Dentição, Quintessence, 1986.

ESTÁGIO EM CLÍNICA INTEGRADA II - (192h)**Ementa**

Trabalhar as diferentes áreas odontológicas de maneira integrada por meio da construção de casos clínicos que abordem os conhecimentos já adquiridos anteriormente. Os casos clínicos serão definidos seguindo um geral crescente de complexidade, cujos conteúdos de caráter variável, podem ser selecionados pelo corpo docente de acordo com a demanda vigente/observada.

Bibliografia Básica:

ESTRELA C. Ciência Endodôntica, Artes Médicas, 2004.
LINDHE, J.; LANG, N. P. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral, Guanabara Koogan, 2018.
PEGORARO, L.F. et al. Prótese fixa – bases para o planejamento em reabilitação oral, Artes Médicas, 2013.

Bibliografia Complementar:

BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades, Santos, 2015.
DAWSON, P. E. Oclusão funcional – da ATM ao desenho do sorriso, Santos, 2008.
KLIEMANN, C.; OLIVEIRA, W. Manual de prótese parcial removível, Santos, 1999.
TURANO, J.C; TURANO, L. M. Fundamentos de prótese total, Santos, 2011.
WHITE, P. W; PHAROAH, M. J. Radiologia Oral: fundamentos e interpretação, Elsevier, 2007.

EPIDEMIOLOGIA EM SAÚDE BUCAL – (32h)**Ementa**

Introdução das bases da epidemiologia. Aplicação da epidemiologia à saúde bucal. Estudo dos sistemas de informação em saúde e estratégias de vigilância em saúde no SUS.

Bibliografia Básica:

ROUQUAYROL, M.Z; GURGEL, M. Epidemiologia & Saúde. 8a ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2017. 736p.
ANTUNES, J.L.F; PERES, M.A (org.). Epidemiologia da saúde bucal., Santos, 2018.
GORDIS, L. Epidemiologia. 5ª ed. Rio de Janeiro, Thieme Revinter, 2017. p. 404.
BREILH, J. Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 317p.

Bibliografia Complementar:

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Oral health surveys: basic methods. 5th ed. Geneva: WHO Library Cataloguing, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: resultados principais. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_nacional_saude_bucal.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. SB Brasil 2010: pesquisa nacional de saúde bucal: manual da equipe de campo. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Condições de saúde bucal da população brasileira 2002-2003: resultados principais. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/condicoes_saude_bucal.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde Bucal. Projeto SB2000: condições de saúde bucal da população brasileira no ano 2000: manual do examinador. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/condSB_man_exam.pdf.

Organização Mundial da Saúde. Levantamentos em saúde bucal: métodos básicos. 5^a ed. São Paulo: Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (FOUSP), 2017. Disponível em: http://www.fo.usp.br/wpcontent/uploads/2011/06/Levantamentos-Saude-Bucal_5ed_Nov2017.pdf.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL – (32h)

Ementa

Orientação sobre aspectos comerciais e administrativos do exercício da atividade profissional nos âmbitos público e privado. Estudo da legislação ambiental, sanitária e trabalhista. Conhecimento do padrão estrutural e arquitetônico de estabelecimentos de assistência odontológica.

Bibliografia Básica:

SAQUY, P.C; PÉCORA, J.D. Orientação Profissional em Odontologia, Santos, 1996.

SATO, F.R.L. Orientação Profissional em Odontologia: aspectos de administração, marketing e legislação para o cirurgião-dentista, Revinter, 2007.

SILVA, R.H.A. Orientação Profissional para o Cirurgião-dentista: ética e legislação, Grupo Gen/Santos, 2010.

Bibliografia Complementar:

CAMPIOLO, M.R.F. Gestão do consultório médico: desenvolvendo e administrando sistemas com elevada qualidade no atendimento ao cliente, Cultura Médica: Guanabara Koogan, 2010.

MODAFFORE, P.M & FIGUEIREDO FILHO, B.M. Capacitação em Administração e Marketing na Odontologia, Ícone, 200

NIGRE, A.L. O Atuar do Cirurgião-dentista: direitos e obrigações, Rubio, 2009.

SANTOS, R.B & CIUFFI, F. Aspectos Éticos e Legais da Prática Odontológica: comentários de profissionais de áreas distintas – Direito e Odontologia, Santos, 2009.

SILVA, M; ZIMMERMANN, R.D; DE PAULA, F.J. Deontologia odontológica: ética e legislação., Santos, 2011.

9º PERÍODO DO CURSO

ESTÁGIO EM CLÍNICA INTEGRADA IIIA - (96H)

Ementa

Trabalhar as diferentes áreas odontológicas de maneira integrada por meio da construção de casos clínicos que abordem os conhecimentos já adquiridos anteriormente. Atendimento clínico odontológico de PcD e GE adultos e infantis, executando planejamentos direcionados às debilidades dos pacientes. Atendimento clínico odontológico de pacientes com distúrbios sistêmicos com repercussão no cuidado odontológico. Os casos clínicos serão definidos seguindo um geral crescente de complexidade, cujos conteúdos de caráter variável, podem ser selecionados pelo corpo docente de acordo com a demanda vigente/observada.

Bibliografia Básica:

ESTRELA C. Ciência Endodôntica, Artes Médicas, 2004.

LINDHE, J.; LANG, N. P. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral, Guanabara Koogan, 2018.

PEGORARO, L.F. et al. Prótese fixa – bases para o planejamento em reabilitação oral, Artes Médicas, 2013.

Bibliografia Complementar:

BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades, Santos, 2015.

DAWSON, P. E. Oclusão funcional – da ATM ao desenho do sorriso, Santos, 2008.

KLIEMANN, C.; OLIVEIRA, W. Manual de prótese parcial removível, Santos, 1999.

TURANO, J.C; TURANO, L. M. Fundamentos de prótese total, Santos, 2011.

WHITE, P. W; PHAROAH, M. J. Radiologia Oral: fundamentos e interpretação, Elsevier, 2007.

ESTÁGIO EM CLÍNICA INTEGRADA IVA – (192H)

Ementa

Trabalhar as diferentes áreas odontológicas de maneira integrada por meio da construção de casos clínicos que abordem os conhecimentos já adquiridos anteriormente. Os casos clínicos serão definidos seguindo um geral crescente de complexidade, cujos conteúdos de caráter variável, podem ser selecionados pelo corpo docente de acordo com a demanda vigente/observada.

Bibliografia Básica:

ESTRELA C. Ciência Endodôntica, Artes Médicas, 2004.

LINDHE, J.; LANG, N. P. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral, Guanabara Koogan, 2018.

PEGORARO, L.F. et al. Prótese fixa – bases para o planejamento em reabilitação oral, Artes Médicas, 2013.

Bibliografia Complementar:

BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades, Santos, 2015.

DAWSON, P. E. Oclusão funcional – da ATM ao desenho do sorriso, Santos, 2008.

KLIEMANN, C.; OLIVEIRA, W. Manual de prótese parcial removível, Santos, 1999.

TURANO, J.C; TURANO, L. M. Fundamentos de prótese total, Santos, 2011.

WHITE, P. W; PHAROAH, M. J. Radiologia Oral: fundamentos e interpretação, Elsevier, 2007.

ESTÁGIO COMUNITÁRIO INTERPROFISSIONAL - (120H)

Ementa

Desenvolvimento de competências colaborativas. Cuidado integral centrado no usuário, família e comunidade na Atenção Primária à Saúde. Tomada de decisões compartilhadas. Gestão em saúde. Clareza dos papéis profissionais. Comunicação Interprofissional. Dinâmica de equipe. Liderança colaborativa. Resolução de conflitos. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Educação Permanente.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A saúde bucal no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 342 p.

MOYSÉS, S. T. et al. Saúde Bucal das Famílias: Trabalhando com Evidências, Artes Médicas, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa., OMS, 2010. Disponível: http://www.paho.org/bra/images/stories/documentos/marco_para_acao.pdf%20

PEREIRA, A. C. Tratado de saúde coletiva em odontologia. Nova Odessa: Napoleão, 2009. 704p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde., Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica., Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Formação e intervenção / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização., Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Portaria Nº 2.446, de 11 de novembro de 2014 Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete-do-ministro/1049-2446>.

CAMPOS, C.C. et al. Manual Prático para o Atendimento Odontológico de Pacientes com Necessidades Especiais. 2 ed. Goiânia: GEPETO/FO/UFG. 2010. Disponível: www.odonto.ufg.br

ESTÁGIO EM URGÊNCIAS ODONTOLÓGICAS - (80H)

Ementa

Trabalhar as diferentes situações de urgência em odontologia por meio do atendimento de casos clínicos que abordem os conhecimentos já adquiridos anteriormente. Os casos clínicos serão selecionados pelo corpo docente e tutores do estágio de acordo com a demanda vigente/observada.

Bibliografia Básica:

ESTRELA, C. Ciência Endodôntica, Artes Médicas, 2004.

MILORO, M; LARSEN, P.E; WAITE, P.D; GHALI, G.E. Princípios de Cirurgia Bucomaxilofacial de Peterson., Guanabara Koogan, 2016.

MALAMED, S. F. Emergências Médicas em Odontologia., Elsevier Medicina Brasil., 2016.

Bibliografia Complementar:

ESTRELA, C. Endodontia Laboratorial e Clínica - Série Abeno: Odontologia Essencial- Parte Clínica., Artes Médicas, 2013.

LOPES, H.P.; SIQUEIRA Jr, J.F. Endodontia: Biologia e Técnica, Guanabara Elsevier, 2015.

CARRANZA, F.A. Periodontia Clínica., Elsevier, 2016.

NEVILLE, B.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M.; CHI, A.C. Patologia Oral E Maxilofacial, Elsevier, 2016.

ESTRELA, C. Dor odontogênica, Artes Médicas, 2001.
ESTÁGIO EM ODONTOLOGIA COLETIVA - (48H)
Ementa Aproximação com as políticas de saúde no nível municipal. Conhecimento dos modelos de atenção em saúde bucal. Compreensão das redes de atenção em saúde do SUS. Vivência de aspectos da gestão e gerência de serviços públicos de saúde do SUS. Bibliografia Básica: CHAVES, S.C.L. (Org). Política de saúde bucal no Brasil: teoria e prática, Salvador: EDUFBA, 2016. 377p. GOES, O.S.A; MOYSÉS, S.J (Org). Planejamento, gestão e avaliação em saúde bucal, Artes Médicas, 2012. CARRER, F C A. SUS e Saúde Bucal no Brasil: por um futuro com motivos para sorrir, Faculdade de Odontologia da USP, 2019. 167p. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A saúde bucal no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 350 p. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/saude_bucal_sistema_unico_saude. Bibliografia Complementar: PEREIRA, A.C. Tratado de saúde coletiva em odontologia, Nova Odessa: Napoleão, 2009. 704p. MOYSÉS, S.T. et al. Saúde Bucal das Famílias: Trabalhando com Evidências, Artes Médicas, 2008. SILVA, N.A; SENNA M.A.A. Fundamentos em saúde bucal coletiva, Medbook, 2013. ROCHA, R.G. Clínica integrada em odontologia (Série ABENO: Odontologia Essencial: parte clínica)., Artes Médicas, 2016. GOES, P.S.A. Gestão da Prática em Saúde Bucal. (Série Abeno: Odontologia Essencial - Temas Interdisciplinares), Artes Médicas, 2014.
10º PERÍODO DO CURSO
ESTÁGIO EM CLÍNICA INTEGRADA IVA – (192H)
Ementa Trabalhar as diferentes áreas odontológicas de maneira integrada por meio da construção de casos clínicos que abordem os conhecimentos já adquiridos anteriormente. Os casos clínicos serão definidos seguindo um geral crescente de complexidade, cujos conteúdos de caráter variável, podem ser selecionados pelo corpo docente de acordo com a demanda vigente/observada. Bibliografia Básica: ESTRELA C. Ciência Endodôntica, Artes Médicas, 2004. LINDHE, J.; LANG, N. P. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral, Guanabara Koogan, 2018. PEGORARO, L.F. et al. Prótese fixa – bases para o planejamento em reabilitação oral, Artes Médicas, 2013. Bibliografia Complementar: BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades, Santos, 2015. DAWSON, P. E. Oclusão funcional – da ATM ao desenho do sorriso, Santos, 2008. KLIEMANN, C.; OLIVEIRA, W. Manual de prótese parcial removível, Santos, 1999. TURANO, J.C; TURANO, L. M. Fundamentos de prótese total, Santos, 2011. WHITE, P. W; PHAROAH, M. J. Radiologia Oral: fundamentos e interpretação, Elsevier, 2007.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – (32h)
Ementa Aplicação prática dos conteúdos de metodologia científica à elaboração do trabalho de conclusão de curso. Bibliografia Básica: ESTRELA, C. Metodologia científica: Ciência, ensino e pesquisa, Artes Médicas, 2018. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos de metodologia científica, Atlas, 2017. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Metodologia do trabalho científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos, Atlas, 2017. Bibliografia Complementar: MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados, Atlas, 2008. HULLEY, S.B. et al. Delineando a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica, Artmed, 2015. GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa., Atlas, 2017. MEDEIROS, J.B. Redação Científica: A Prática De Fichamentos, Resumos, Resenhas, Atlas, 2014. POPPER, K. A logica da pesquisa científica, Cultrix, 2012.

Em sequência segue o Ementário dos componentes curriculares de Natureza Optativa:

OPTATIVAS

TÓPICOS MULTIDISCIPLINARES I - (32h)

Ementa

Temáticas variáveis, de acordo com os tópicos ofertados em cada semestre. Atividades de perfil clínico, de atendimento a pacientes nas diversas especialidades da Odontologia. Ofertada para um número reduzido de alunos (entre 06 a 24 alunos).

Bibliografia Básica:

ESTRELA, C. Ciência Endodôntica, Artes Médicas, 2004.

ESTRELA, C. Endodontia laboratorial e clínica. Série ABENO, Artes Médicas, 2013.

COHEN, S. Caminhos da polpa., Elsevier, 2017.

Bibliografia Complementar:

LOPES, H.P; SIQUEIRA-JR, J.F. Endodontia: biologia e técnica., Elsevier, 2015.

ESTRELA, C. Dor Odontogênica., Artes Médicas, 2001.

ANDRADE, E.D. Terapêutica medicamentosa em Odontologia., Artes Médicas, 2014.

ESTRELA, C. Controle de Infecção em Odontologia., Artes Médicas, 2003.

LEONARDO, M.R; LEONARDO, R.T. Tratamento de Canais Radiculares: Avanços Tecnológicos e Biológicos de uma Endodontia Minimamente Invasiva em Nível Apical e Periapical., Artes Médicas, 2017.

TÓPICOS MULTIDISCIPLINARES II - (64h)

Ementa

Temáticas variáveis, de acordo com os tópicos ofertados em cada semestre. Atividades de perfil clínico, de atendimento a pacientes nas diversas especialidades da Odontologia. Ofertada para um número reduzido de alunos (entre 06 a 24 alunos).

Bibliografia Básica:

SABBAGH-HADDAD, A; *et al.* Odontologia para Pacientes Portadores de Necessidades Especiais. São Paulo, Santos. 2007.

BRUNETTI, F. Odontogeriatrica: Noções de Interesse Clínico. São Paulo, Artes Médicas. 2002.

COSTA, L; *et al.* Sedação em Odontologia. São Paulo, Artes Médicas. 2007.

CAMPOS, C.C; *et al.* Manual prático para o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. Goiânia, GEPETO/FO/UFG. 2009.

CVT-FO. E-book - Saúde da pessoa com necessidades odontológicas especiais. Goiânia: CIAR-UFG, 2017.

MAREGA, T; GONÇALVES, A.R; ROMAGNOLO, F.U. Odontologia Especial. 1ª. Ed. 416p. Quintessence. 2018.

PICCIANI, B.L.S.; SANTOS, P.S.S.; SOARES JR, L.A.V; SANTOS, B.M. Diretrizes para atendimento odontológico de pacientes sistemicamente comprometidos. 1ª. Ed. 301p. Quintessence. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de atenção à saúde bucal da pessoa com deficiência. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

Bibliografia Complementar:

MUSTACCHI, Z; PIRES, S. Genética Baseada em Evidências: Síndromes e Heranças. São Paulo, CID Editora. 2000.

SMITH, D.W. Síndromes e Malformações Congênitas. 3. ed. São Paulo, Manole. 1995.

WIEDEMAN, H.R. Atlas de Síndromes Clínicas Dismórficas. 3. ed. São Paulo, Manole. 1992.

MELLO, H.S.A. Odontogeriatrica. 2005.

SOUZA, R.C.C. Odontologia especial pediátrica – Correlação prática e evidências. 1ª. Ed. 400p. Quintessence. 2019

ANTROPOLOGIA DA SAÚDE - (32h) CCU

Ementa

Cultura, relativismo e etnocentrismo. Conceitos de etnia, raça, gênero, sexualidade, identidade, diversidade, diferença. Debates sobre saúde no campo antropológico. Concepções de saúde em diferentes contextos socioculturais (brasileiros, africanos, indígenas, asiáticos, europeus). Abordagens antropológicas sobre valores, religiosidades, preconceitos, tabus, crenças em suas relações com o campo da saúde.

Bibliografia Básica:

LARAIA, R.B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

DAMATTA, R. Relativizando, uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

LANGDON, Esther. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura na área de ciências da saúde. In: Revista Latino Americana de Enfermagem 18(3), maio/junho, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRAZ, C.; HENNING, C.E. Orgs. 2017. Gênero, Sexualidade e Saúde. Diálogos latino-americanos. Coleção Diferenças. Editora da Imprensa Universitária da UFG: Goiânia.

COSTA, Jurandir Freire. 1979. Ordem Médica, norma familiar. Rio de Janeiro, Graal.

HARAWAY, Donna. 2009. Manifesto Ciborgue. São Paulo: Autêntica.

LANGDON, Esther; FOLLÉR, M.; MALUF, Sonia. 2012. Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais. Anuário Antropológico. Vol.1: 51-89.

MONTEIRO, P. Da Doença à Desordem: a magia na Umbanda, Rio de Janeiro: Graal. 1985.

INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (64h) CCU

Ementa

Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS através do uso de estruturas e funções comunicativas elementares. Concepções sobre a Língua de Sinais. O surdo e a sociedade.

Bibliografia Básica:

FELIPE, T; MONTEIRO, M.S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

PIMENTA, N; QUADROS, R.M. Curso de LIBRAS 1 – Iniciante. 3 ed. rev. e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. v 1. Brasília – DF: MEC/SEESP; 2002.

BRITO, L.F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

CAPOVILLA, F.C; RAPHAEL, W.D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, v 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CAPOVILLA, F.C; RAPHAEL, W.D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004

GÓES, M.C.R. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP: Editora: Autores Associados, 1999.

GOMES, E.F. Dicionário Língua Brasileira de Sinais LIBRAS. Goiânia, 2005

QUADROS, R.M. & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

QUADROS, R.M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Editora: Artes Médicas, 1997.

SACKS, O. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Motta. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1999.

SASSAKI, R.K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAÚDE DIGITAL - (32h) CCU

Ementa

Histórico e fundamentos da Informação e Informática em Saúde. Saúde digital: estado da arte. Políticas, diretrizes e padrões adotados em nível nacional e internacional. Sistemas e bases de dados na área de saúde. Registro Eletrônico da informação em saúde. Iniciativas brasileiras. Ética e segurança no uso da informação eletrônica em saúde. Ações educativas em saúde utilizando tecnologias digitais.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Ministério da Saúde. Estratégia e-Saúde para o Brasil. Comitê Gestor da Estratégia e-Saúde. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/estrategiaesaude>.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde. Brasília, 2016. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/politica_nacional_informatica_saude_2016.pdf.

SBIS, Sociedade Brasileira de Informática em Saúde. Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde. 2016. Disponível em: http://www.sbis.org.br/certificacao/Manual_Certificacao_SBIS-CFM_2016_v4-2.pdf.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 2.073. Brasília. Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2011/prt2073_31_08_2011.html

WHO. World Health Organization. National eHealth strategy toolkit: overview. Disponível em: https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/str/D-STR-E_HEALTH.05-2012-PDF-E.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.546, de 27 de outubro de 2011. Redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes). 2011. Disponível em: <https://goo.gl/nJFefm>

ODONTOLOGIA HOSPITALAR A– (64h)

Ementa

Conceituação de odontologia hospitalar. Fluxo de pacientes internos e externos no ambiente hospitalar. Exames complementares laboratoriais. Condutas em centro cirúrgico. Anestesia geral em Odontologia. Atendimento domiciliar. Evolução do paciente internado. Estudos de casos sobre distúrbios sistêmicos com repercussão no cuidado odontológico. Estágio hospitalar.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, C.C; *et al.* Manual prático para o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. 2.ed. Goiânia: UFG, 2010. Goiânia: GEPETO/FO/UFG. 2010.

COSTA, L.R.R.S; COSTA, P.S.S; LIMA, A.R.A; REZENDE, G.P.S.R. Sedação em Odontologia. São Paulo: Artes Médicas, 2007.

WOOD, N.K. Revisão de conhecimento em diagnóstico, medicina oral, radiologia e plano de tratamento. 4 ed. Santos, 2000.

SANTOS, P.S.S. Medicina Bucal. São Paulo: Santos. 2013.

CVT-FO. E-book - Saúde da pessoa com necessidades odontológicas especiais. Goiânia: CIAR-UFG, 2017.

PICCIANI, B.L.S; SANTOS, P.S.S; SOARES-JR, L.A.V; SANTOS, B.M. Diretrizes para atendimento odontológico de pacientes sistemicamente comprometidos. 1ª. Ed. 301p. Quintessence. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de atenção à saúde bucal da pessoa com deficiência. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

Bibliografia Complementar:

PORTO, C.C; PORTO, A.L. Vademecum de clínica médica. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

LITTLE, J.A; FALLACE, J.A. Dental management of the medically compromised patient. 9 ed. St. Louis, Missouri: Elsevier, 2018.

SANTOS, P.S.S. Medicina Bucal. São Paulo: Santos, 2013. 336 p.

NEVILLE, B.W; DAMM, D.D; ALLEN, C.M; BOUQUOT, J.E. Patologia Oral e Maxilofacial. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PASQUALOTTO, A.C; SCHWARZBOLD, A. V. Doenças Infecciosas: consulta rápida. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ESTÁGIO EM SERVIÇOS DE SAÚDE I - (64h)

Ementa:

Estabelecimento de relações entre os conhecimentos da clínica odontológica e os da realidade dos serviços de saúde e das necessidades da população. Complementação do conhecimento em cenários reais nos serviços odontológicos. Prestação de serviços odontológicos orientados e supervisionados.

Bibliografia Básica

CORRÊA, M.S.N.P. Odontopediatria na primeira infância. 3. ed. São Paulo: Santos, 2010.

ESTRELA, C. Ciência endodôntica. São Paulo: Artes Médicas, 2004. 1010 p.

LINDHE, J. Tratado de periodontia clínica e implantodontia oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. 720 p.

PROFFIT, W.R.; FIELDS, H.W. Ortodontia Contemporânea. São Paulo: Pancast, 1991.

Bibliografia Complementar:

ASSED, S. Odontopediatria – bases científicas para prática clínica. São Paulo: Artes Médicas, 2005.

BARATIERI, L.N. et al. Caderno de dentística. Restaurações adesivas diretas com resina composta em dentes anteriores. São Paulo, Santos.2002.

BUISCHI, Y.P. Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo: Artes Médicas, 2000.

CASTRO, A.L. Estomatologia. São Paulo. Santos.1992.

KRAMER, P.F.; FELDENS, C.A. Traumatismos na dentição decídua: prevenção, diagnóstico e tratamento. São Paulo: Santos, 2005.

TOLEDO, O.A. Odontopediatria: fundamentos para prática clínica. 4. ed. São Paulo: Premier, 2012.

ESTÁGIO EM SERVIÇOS DE SAÚDE II- (64h)

Ementa:

Estabelecimento de relações entre os conhecimentos da clínica odontológica e os da realidade dos serviços de saúde e das necessidades da população. Complementação do conhecimento em cenários reais nos serviços odontológicos. Prestação de serviços odontológicos orientados e supervisionados.

Bibliografia Básica

CORRÊA, M.S.N.P. Odontopediatria na primeira infância. 3. ed. São Paulo: Santos, 2010.

ESTRELA, C. Ciência endodôntica. São Paulo: Artes Médicas, 2004. 1010 p.

LINDHE, J. Tratado de periodontia clínica e implantodontia oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. 720 p.

PROFFIT, W.R.; FIELDS, H.W. Ortodontia Contemporânea. São Paulo: Pancast, 1991.

Bibliografia Complementar:

ASSED, S. Odontopediatria – bases científicas para prática clínica. São Paulo: Artes Médicas, 2005.

BARATIERI, L.N. et al. Caderno de dentística. Restaurações adesivas diretas com resina composta em dentes anteriores. São Paulo, Santos.2002.

BUISCHI, Y.P. Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo: Artes Médicas, 2000.

CASTRO, A.L. Estomatologia. São Paulo. Santos.1992.

KRAMER, P.F.; FELDENS, C.A. Traumatismos na dentição decídua: prevenção, diagnóstico e tratamento. São Paulo: Santos, 2005.

TOLEDO, O.A. Odontopediatria: fundamentos para prática clínica. 4. ed. São Paulo: Premier, 2012.

IMPLANTODONTIA - (32h)

Ementa

Conhecimento dos princípios biológicos da osseointegração. Aplicação dos exames por imagem aos diagnósticos e planejamento cirúrgico- protético em Implantodontia. Detalhamento das técnicas cirúrgicas e protéticas para reabilitação das perdas dentárias por meio de implantes osseointegráveis.

Bibliografia Básica:

LINDHE, J. Tratado de periodontia clínica e implantodontia oral, Guanabara Koogan, 2018.

MISCH, C. E. Implantes dentais contemporâneos, Elsevier, 2009.

ROCHA, S.S. Reabilitação oral: prótese sobre implante – fluxos analógico e digital, Santos Publicações, 2021.

Bibliografia Complementar:

CARRANZA. Periodontia Clínica, Elsevier, 2016

CARVALHO, P.S.P. Fundamentos em implantodontia - uma visão contemporânea, Quintessence, 2015.

DINATO, J. C. Noções de prótese sobre implante. Série Abeno-Odontologia, Artes Médicas, 2014.
MAGINI, R. S. Noções de Implantodontia Cirúrgica. Série Abeno- Odontologia, Artes Médicas, 2016.
MAZZONETTO, R. et al. Enxertos ósseos em implantodontia, Napoleão, 2012.
MISCH, C. E. Prótese Sobre Implantes Dentais, Elsevier, 2015.

DTM E DOR OROFACIAL - (32h)

Ementa

Sistema Estomatognático; Etiologia e Classificação das Dores Orofaciais; Conhecimento básico para diagnosticar as Dores Orofaciais, e diagnosticar e tratar as Disfunções Temporomandibulares.

Bibliografia Básica:

OKESON, J. P. Tratamento das desordens temporomandibulares e oclusão, Elsevier, 2008.
OKESON, J. P. Fundamentos de oclusão e desordens temporo- mandibulares, Artes Médicas, 1992.
ISBERG, A. Disfunção da articulação temporomandibular: um guia para o clínico., Artes Médicas, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALENCAR JR, F. A; FRICTON, J; HATHAWAY, K; DECKER, K. Oclusão, Dores Orofaciais e Cefaleia., Santos, 2005.
GREENE, C. S; LASKIN, D. M. Controle das DTM: Unindo os Avanços em Pesquisa ao Tratamento Clínico., Quintessence, 2015.
LEEuw, R. Dor orofacial: guia de avaliação, diagnóstico e tratamento. Quintessence, 2010.
OKESON, J. P; BELL, W. E. Dores bucofaciais de Bell: Tratamento clínico da dor bucofacial., Quintessence, 2006.
SESSLE, B. J; LAVINE, J; LUND, J.P; DUBNER, R. Dor Orofacial: da Ciência à Conduta Clínica. Quintessence, 2010.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA – UFG

Período	Disciplinas de Natureza OBRIGATÓRIA	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH ACEx	Unidade Acadêmica	Pré-requisito (PR) e/ou correquisito (CO)	Núcleo
1	Anatomia humana sistêmica e segmentar	96	32	64	-	ICB		Comum
1	Bioquímica A	64	64	-	-	ICB		Comum
1	Histologia e Embriologia Geral A	96	32	64	-	ICB		Comum
1	Genética A	64	64	-	-	ICB		Comum
1	Introdução à Clínica Odontológica I	16	16	-	-	FO		Específico
1	Sociologia e Saúde	32	32	-	-	FCS		Específico
1	06 disciplinas no Período 1	368						
2	Histologia e desenvolvimento buco-dental	80	32	48	-	ICB		Comum
2	Anatomia de cabeça e pescoço	96	16	80	-	ICB	(PR): Anatomia humana sistêmica e segmentar	Comum
2	Anatomia e escultura dental	64	16	48	-	FO	(PR): Anatomia humana sistêmica e segmentar	Específico
2	Microbiologia	64	32	32	-	IPSTP		Comum
2	Biossegurança em odontologia	16	14	02	-	FO		Específico
2	Saúde bucal coletiva	32	24	8	-	FO	(PR): Sociologia e Saúde	Específico
2	Metodologia científica	32	28	04	-	FO		Específico
2	07 disciplinas no Período 2	384						
3	Fisiologia Humana A	80	68	12	-	ICB		Comum
3	Imunologia	64	32	32	-	IPSTP		Comum
3	Patologia Geral	64	32	32	-	FO	(PR): Histologia e desenvolvimento buco-dental	Específico
3	Dentística I	96	32	64	-	FO	(PR): Anatomia e escultura dental	Específico
3	Controle de Infecção	32	16	16	-	FO	(PR): Biossegurança em odontologia	Específico
3	Prevenção em Saúde Bucal	32	32	-	-	FO	(PR): Saúde bucal coletiva	Específico
3	Bioética	32	24	8	-	FO	(CO): Sociologia e Saúde	Específico
3	Diagnóstico Bucal I	64	32	32	-	FO	(PR): Anatomia humana sistêmica e segmentar	Específico
3	08 disciplinas no Período 3	464						
4	Farmacologia Aplicada a Odontologia	64	36	28	-	ICB	(PR): Fisiologia Humana A	Comum
4	Psicologia aplicada à odontologia	32	32	-	-	FE		Comum
4	Patologia Bucal	64	32	32	-	FO	(PR): Patologia Geral	Específico
4	Dentística II	96	32	64	-	FO	(PR): Dentística I	Específico
4	Periodontia	64	32	32	-	FO	(PR): Microbiologia, Anatomia e escultura dental, Imunologia, Patologia geral, Histologia e desenvolvimento Buco-dental	Específico
4	Promoção da Saúde	32	16	16	32	FO		Específico
4	Diagnóstico Bucal II	64	32	32	-	FO	(PR): Diagnóstico Bucal I	Específico
4	07 disciplinas no Período 4	416						

Período	Disciplinas de Natureza OBRIGATÓRIA		CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH ACEx	Unidade Acadêmica	Pré-requisito (PR) e/ou correquisito (CO)	Núcleo
5	Endodontia		48	16	32	-	FO		Específico
5	Clínica de atenção básica IA		144	48	96	-	FO	(PR): Dentística II, Periodontia	Específico
5	Prótese Dentária I		192	48	144	-	FO	(PR): Dentística II	Específico
5	Cirurgia		48	30	18	-	FO	(PR): Anatomia de Cabeça e Pescoço, Farmacologia Aplicada a Odontologia, Controle de Infecção	Específico
5	Diagnóstico bucal III		64	32	32	-	FO	(PR): Diagnóstico Bucal II	Específico
5	05 disciplinas no Período 5		496						
6	Endodontia Clínica		48	16	32	48	FO	(PR): Patologia bucal, Endodontia, Farmacologia Aplicada a Odontologia	Específico
6	Odontopediatria		64	48	16	-	FO	(PR): Endodontia, Cirurgia, Psicologia aplicada à odontologia; (CO): Ortodontia	Específico
6	Ortodontia infantil		64	20	44	-	FO	(PR): Clínica de atenção básica IA, Prótese dentária I, Diagnóstico Bucal III	Específico
6	Clínica de atenção básica IIA		112	16	96	112	FO	(PR): Clínica de atenção básica IA	Específico
6	Prótese dentária II		128	32	96	128	FO	(PR): Prótese dentária I, Clínica de atenção básica IA	Específico
6	Cirurgia clínica		48	12	36	-	FO	(PR): Patologia bucal, Cirurgia, Diagnóstico bucal II	Específico
6	Diagnóstico bucal IV		64	32	32	64	FO	(PR): Diagnóstico Bucal III	Específico
6	07 disciplinas no Período 6		528						
7	Clínica infantil I		64	-	64	-	FO	(PR): Odontopediatria, Ortodontia Infantil, Endodontia Clínica, Cirurgia Clínica	Específico
7	Estágio em clínica integrada IA		192	16	176	-	FO	(PR): Clínica de atenção básica IIA, Prótese dentária II	Específico
7	Cirurgia e traumatologia buco-maxilo- facial I		64	16	48	64	FO	(PR): Cirurgia clínica	Específico
7	Estágio na atenção primária em saúde		64	16	48	-	FO	(PR): Promoção da Saúde, Prevenção em Saúde bucal	Específico
7	Odontologia Legal		64	48	16	-	FO	(PR): Clínica de atenção básica IIA, Bioética	Específico
7	05 disciplinas no Período 7		448						
8	Clínica infantil II		64	-	64	64	FO	(PR): Clínica infantil I	Específico
8	Estágio em clínica integrada II		192	16	176	-	FO	(PR): Estágio em clínica integrada IA	Específico
8	Orientação Profissional		32	24	8	-	FO	(PR): Estágio em clínica integrada IA, Odontologia Legal	Específico
8	Epidemiologia em saúde bucal		32	24	8	-	FO	(PR): Estágio em atenção primária em saúde	Específico
8	04 disciplinas no Período 8		320						
9	Estágio Clínico Modular	Estágio em clínica integrada IIIA	96	-	96	-	FO	(PR): Estágio em clínica integrada II	Específico
		Estágio comunitário interprofissional	120	-	120	-	FO	(PR): Estágio em clínica integrada II, Clínica infantil II, Estágio na atenção primária em saúde	Específico
		Estágio em Urgências Odontológicas	80	-	80	-	FO	(PR): Estágio em clínica integrada II, Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial I	Específico

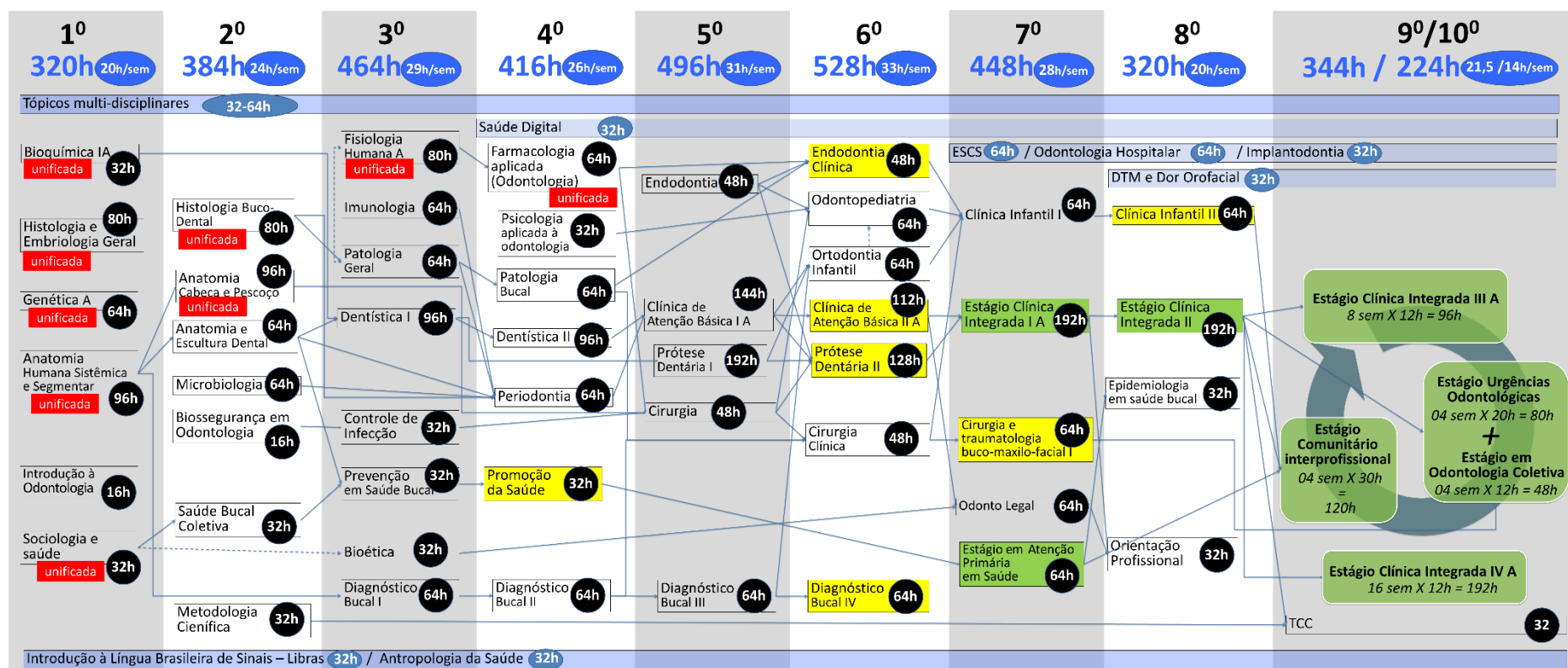
		Estágio em Odontologia Coletiva	48	-	48	-	FO	(PR): Estágio em clínica integrada II, Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial I	Específico
9	01 disciplina no Período 9		344						
10	Estágio em clínica integrada IVA		192	-	192	-	FO	(PR): Estágio em clínica integrada II	Específico
10	Trabalho de conclusão de curso		32	32	-	-	FO	(PR): Metodologia Científica	Específico
10	02 disciplinas no Período 10		224						
TOTAL de 55 disciplinas OBRIGATÓRIAS			3992						

Período	Disciplinas de Natureza OPTATIVA	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH ACEx	Unidade Acadêmica	Pré-requisito (PR) e/ou correquisito (CO)	Núcleo
1 a 10	Tópicos Multidisciplinares I*	32	8	24	-	FO	-	Específico
1 a 10	Tópicos Multidisciplinares II*	64	16	48	-	FO	-	Específico
1 a 10	Introdução à Língua Brasileira de Sinais - Libras	64	-	64	-	FL	-	Específico
1 a 10	Antropologia da Saúde	32	32	-	-	FCS	-	Específico
4 a 10	Saúde Digital	32	16	16	-	INF	-	Específico
7 a 10	Odontologia Hospitalar A	64	-	64	-	FO	(PR): Cirurgia Clínica	Específico
7 a 10	Estágio em serviços de saúde I	64	-	64	-	FO	(CO): Estágio em clínica integrada IA	Específico
7 a 10	Estágio em serviços de saúde II	64	-	64	-	FO	(PR): Estágio em serviços de saúde I	Específico
8 a 10	DTM e Dor Orofacial	32	28	04	-	FO	(PR): Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial I; (CO): Clínica Infantil II	Específico
7 a 10	Implantodontia	32	20	12	-	FO	(PR): Clínica de atenção básica IIA, Cirurgia clínica, Prótese dentária II	Específico
13 disciplinas Optativas		480						

*As disciplinas de Tópicos Multi-disciplinares e Estágio em Serviços de Saúde podem ser cursadas mais de uma vez, em períodos diferentes pelo mesmo aluno.

FLUXO CURRICULAR SUGERIDO

- unificada** - Componentes Curriculares Unificados na Proposta de Reestruturação Curricular UFG.
- xxxxxxx - Componentes Curriculares na forma de ACEX.
- xxxxxxx - Componentes Curriculares na forma de Estágio Curricular Obrigatório.
- xxxxxxx - Componentes Curriculares de Natureza Optativa.



Componentes Curriculares de natureza Optativa

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º/10º
320h (20h/sem)	384h (24h/sem)	464h (29h/sem)	416h (26h/sem)	496h (31h/sem)	528h (33h/sem)	448h (28h/sem)	320h (20h/sem)	344h / 224h (23,5 / 12h/sem)
Tópicos multi-disciplinares I (32h)						Recursos Tecnológicos aplicados em Endodontia (32h)		
						Periodontia II (32h)		
Tópicos multi-disciplinares II (64h)						Odontogeriatría (64h)		
						Odontologia para PNEs (64h)		
						Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial II (64h)		
						Práticas Integradas em Diagnóstico Bucal (64h)		
						Odontologia Hospitalar A (64h)		
						Estágio em Serviços de Saúde I e II (64h)		
						Implantodontia (32h)		
						DTM e Dor Orofacial (32h)		
			Saúde Digital (32h)					
Introdução à Língua Brasileira de Sinais – Libras (32h) / Antropologia da Saúde (32h)								

6.1. Tabela Reversa de Equivalência de Componentes Curriculares

A tabela apresenta os componentes curriculares da matriz presente neste PPC e em seguida os componentes curriculares equivalentes da matriz curricular presente no PPC anterior de 2009 (Código ODON-BI-1 - Resolução - CEPEC Nº 1008R), devendo ser considerada tanto da matriz de 2023 para a de 2009, quanto no sentido contrário.

Componentes Curriculares Matriz 2023	Equivalência	Componentes Curriculares Matriz 2009 - CEPEC Nº 1008R
1º Período		
Anatomia humana sistêmica e segmentar- ICB0831 CCU -96h	Equivale a	Anatomia Humana I -96h
Bioquímica A -64h	Equivale a	Bioquímica I -48h
		Bioquímica II -32h
Histologia e Embriologia Geral A -96h	Equivale a	Histologia e Embriologia Geral -80h
Genética A -64h	Equivale a	Genética e Evolução -64h
Introdução à Clínica Odontológica I -16h	Equivale a	Introdução à Clínica Odontológica I -16h
Sociologia e Saúde -32h	Equivale a	Introdução à Antropologia e Sociologia -32h
2º Período		
Histologia e desenvolvimento buco-dental - 80h	Equivale a	Histologia e desenvolvimento buco-dental - 80h
Anatomia de cabeça e pescoço -96h	Equivale a	Anatomia Humana II -96h
Anatomia e escultura dental -64h	Equivale a	Anatomia e escultura dental -64h
Microbiologia -64h	Equivale a	Microbiologia -64h
Biossegurança em odontologia -16h	Equivale a	Introdução à Clínica Odontológica II -16h

Saúde bucal coletiva -32h	Equivale a	Odontologia Coletiva I -32h
Metodologia científica - 32h	Equivale a	Metodologia Científica I -16h
		Metodologia Científica II -16h
		Metodologia Científica III -16h
3º Período		
Fisiologia Humana A -80h	Equivale a	Fisiologia Humana -80h
Imunologia -64h	Equivale a	Imunologia -64h
Patologia Geral -64h	Equivale a	Patologia Geral -64h
Dentística I -96h	Equivale a	Pré-Clínica I -128h
Controle de Infecção -32h	Equivale a	Controle de Infecção -32h
Prevenção em Saúde Bucal -32h	Equivale a	Odontologia Coletiva II -32h
Bioética -32h	Equivale a	Bioética -32h
Diagnóstico Bucal I -64h	Equivale a	Diagnóstico Bucal I -64h
4º Período		
Farmacologia Aplicada a Odontologia -64h	Equivale a	Farmacologia -64h
Psicologia aplicada à odontologia -32h	Equivale a	Psicologia aplicada à odontologia -32h
Patologia Bucal -64h	Equivale a	Patologia Bucal -64h
Dentística II -96h	Equivale a	Pré-Clínica II -96h
Periodontia - 64h	Equivale a	Pré-Clínica III -64h
Promoção da Saúde -32h	Equivale a	Estágio Em Odontologia Coletiva I -64h

Diagnóstico Bucal II -64h	Equivale a	Diagnóstico Bucal II -64h
5º Período		
Endodontia - 48h	Equivale a	Pré-Clínica IV -96h
Cirurgia - 48h		
Clínica de atenção básica IA -112h	Equivale a	Clínica de Atenção Básica I -128h
Prótese Dentária I -192h	Equivale a	Prótese Dentária I -192h
Diagnóstico bucal III -64h	Equivale a	Diagnóstico bucal III -64h
6º Período		
Endodontia Clínica - 48h	Equivale a	Clínica de Atenção Básica II -128h
Clínica de atenção básica IIA - 112h		
Odontopediatria - 64h	Equivale a	Pré-Clínica Infantil -128h
Ortodontia infantil - 64h		
Prótese dentária II -128h	Equivale a	Prótese dentária II -128h
Cirurgia clínica - 48h	--	--
Diagnóstico bucal IV -64h	Equivale a	Diagnóstico Bucal IV -64h
7º Período		
Clínica infantil I – 64h	Equivale a	Clínica infantil I – 64h
Estágio em clínica integrada IA -192h	Equivale a	Estágio em Clínica Integrada I -128h
Cirurgia e traumatologia buco-maxilo- facial I - 64h	--	--
Epidemiologia em saúde bucal - 32h	Equivale a	Estágio em Odontologia Coletiva III -64h

Estágio na atenção primária em saúde - 64h	Equivale a	Estágio em Odontologia Coletiva II -64h
Odontologia Legal -64h	Equivale a	Odontologia Legal -64h
8º Período		
Clínica infantil II -64h	Equivale a	Clínica infantil II -64h
Estágio em clínica integrada II -192h	Equivale a	Estágio em clínica integrada II -192h
Orientação Profissional -32h	Equivale a	Orientação Profissional -32h
9º Período		
Estágio em clínica integrada IIIA -96h	Equivale a	Estágio em Clínica Integrada III -176h
Estágio comunitário interprofissional -120h	Equivale a	Estágio Comunitário -128h
Estágio em Urgências Odontológicas -80h	Equivale a	Estágio em Urgência em Odontologia -128h
Estágio em Odontologia Coletiva -48h	Equivale a	Estágio em Odontologia Coletiva IV -64h
10º Período		
Estágio em clínica integrada IVA -192h	Equivale a	Estágio em Clínica Integrada IV -176h
Trabalho de conclusão de curso -32h	Equivale a	Trabalho de Conclusão de Curso I -16h
		Trabalho de Conclusão de Curso II -16h
Natureza Optativa		
Tópicos Multi-disciplinares I* -32h	--	--
Tópicos Multi-disciplinares II* -64h	--	--
Introdução à Língua Brasileira de Sinais - Libras -64h	Equivale a	LIBRAS - 32h

Antropologia da Saúde -32h	--	--
Saúde Digital -32h	Equivale a	Saúde Digital -32h
Odontologia Hospitalar A -64h	Equivale a	Odontologia Hospitalar -48h
Estágio em serviços de saúde I -64h	Equivale a	Estágio em serviços de saúde I -64h
Estágio em serviços de saúde II -64h	Equivale a	Estágio em serviços de saúde II -64h
DTM e Dor Orofacial -32h	--	--
Implantodontia -32h	--	--

Com relação às atividades complementares, O RGCG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2022) define, em seu artigo 14 que “atividades complementares (AC) são atividades acadêmicas, escolhidas e desenvolvidas pelo estudante durante o período em que esteja vinculado a seu curso, excetuando-se componentes curriculares”. No parágrafo primeiro deste artigo dispõe que “Atividades complementares compreendem a participação em monitorias, tutorias, pesquisas, ações e/ou projetos de extensão e cultura, estágio curricular não obrigatório, conferências, seminários, palestras, congressos, debates e outras atividades científicas, artísticas, culturais, de saúde e qualidade de vida”. Para efeito de integralização curricular a carga horária mínima das atividades complementares será de 100 (cem) horas.

Para regulamentar as atividades complementares, como prevê o RGCG, o Conselho Diretor da FO-UFG aprovou a Resolução 02/2018 (FACULDADE DE ODONTOLOGIA, 2018) - (ANEXO 2). Nesta resolução, a participação dos estudantes nas diferentes instâncias administrativas e pedagógicas da FO, bem como a representação estudantil é considerada atividade complementar. Estas atividades devem ter pertinência com a matriz curricular, cabendo ao estudante o seu registro e comprovação no SIGAA. Caberá a Coordenadoria do Curso a aprovação das atividades a partir de critérios aprovados pelo Conselho Diretor (FACULDADE DE ODONTOLOGIA, 2018).

Uma questão a ser ressaltada na matriz curricular do curso de Odontologia é a existência de uma série de componentes curriculares focados no desenvolvimento de competências psicomotoras e atitudinais voltadas ao atendimento de pacientes em ambiente ambulatorial. O desenvolvimento dessas competências exige um acompanhamento particularizado docente-discente, o que demanda a presença simultânea de mais de um professor no mesmo espaço de aprendizagem; em especial nas atividades práticas em laboratórios e ambulatórios especializados. Assim, conforme previsão no § 1º, Art. 44, da Resolução CEPEC/UFG Nº 1791, de 07 de Outubro de 2022, enumeramos os componentes curriculares cujas somas das cargas horárias atribuídas a cada um dos docentes vinculados às turmas poderão ultrapassar a carga horária total do componente curricular:

1. Anatomia e escultura dental
2. Patologia Geral
3. Dentística I
4. Controle de Infecção
5. Diagnóstico Bucal I
6. Patologia Bucal
7. Dentística II
8. Periodontia
9. Promoção da Saúde
10. Diagnóstico Bucal II
11. Endodontia
12. Clínica de Atenção Básica IA
13. Prótese Dentária I
14. Prótese Dentária II
15. Cirurgia
16. Estágio na atenção primária em saúde
17. Diagnóstico Bucal III
18. Endodontia Clínica
19. Odontopediatria
20. Ortodontia Infantil
21. Clínica de Atenção Básica II
22. Cirurgia Clínica
23. Diagnóstico Bucal IV
24. Clínica Infantil I
25. Estágio em clínica integrada IA
26. Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial I
27. Clínica Infantil II
28. Estágio em clínica integrada II
29. Estágio em clínica integrada III A
30. Estágio Comunitário Interprofissional
31. Estágio em Urgências Odontológicas
32. Estágio em Odontologia Coletiva
33. Estágio em clínica integrada IVA
34. Tópicos Multi-disciplinares I
35. Tópicos Multi-disciplinares II
36. Odontologia Hospitalar A
37. Estágio em serviços de saúde I

- 38. Estágio em serviços de saúde II
- 39. Implantodontia
- 40. Biossegurança em Odontologia
- 41. Saúde bucal coletiva
- 42. Epidemiologia em saúde bucal

7. POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio é um período de prática em que o educando se habilita a exercer proficientemente sua profissão. A permanência em um sítio extraclasse onde o exercício profissional se dá sob supervisão tem efeito benéfico na aprendizagem, pois esta se faz por meio da vivência e aprimoramento dos conteúdos previstos na matriz curricular.

Para a Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO (2003):

O estágio supervisionado é o instrumento de integração e conhecimento do aluno com a realidade social e econômica de sua região e do trabalho de sua área. Ele deve, também, ser entendido como o atendimento integral ao paciente que o aluno de Odontologia presta à comunidade, intra e extramuros. O aluno pode cumpri-lo em atendimentos multidisciplinares e em serviços públicos e privados.

O Estágio Curricular Supervisionado tem como objetivo, segundo Carvalho (2006), o fomento da relação ensino e serviços, ampliação das relações da universidade com a sociedade e aproximação do educando com as diversas realidades sociais.

Esta etapa do ensino deve ser entendida como uma experiência integradora dos conhecimentos adquiridos, contemplando os preceitos da ética e a construção da cidadania. Além disso, Werner (2006) considera que “o estágio como momento de reflexão sobre as práticas e políticas de saúde pública, a realidade do mercado de trabalho e sobre a própria formação do educando como agente transformador dessas realidades.”

Nesse sentido, a valorização da experiência extramuros deve ser vista como uma oportunidade de implementar a vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, uma vez que a vivência de situações diversas amplia a visão do educando, capacitando-o a lidar com diferentes demandas da profissão. Além disso, a diversificação dos cenários de prática é compreendida como uma estratégia que aproxima os estudantes da vida cotidiana da população e possibilita o desenvolvimento de um olhar crítico e o cuidado dos reais problemas da sociedade (PIMENTEL *et al.*, 2015).

Adicionalmente, o estabelecimento de novos cenários de prática, que extrapolam o ambiente acadêmico, otimiza o estreitamento das relações entre as instituições envolvidas neste processo de ensino-aprendizagem. Ademais, o educando tem a oportunidade de atuar no SUS, e preferencialmente em todos os níveis de atenção, e integrando-se com outras profissões da área da saúde, o que potencializa a educação interprofissional. Esta é definida como a oportunidade educacional em que membros de duas ou mais profissões aprendem em conjunto, de forma interativa, com o propósito explícito de melhorar a colaboração e qualidade da atenção aos usuários, famílias e comunidades” (REEVES, 2016).

Tem-se ainda que a atuação clínica nos estágios possibilita o desenvolvimento da competência “tomada de decisões”, pois a diversificação do ambiente de ensino-aprendizagem, o conhecimento da realidade social e de saúde da população são indispensáveis para o desenvolvimento de atitudes resolutivas no exercício profissional. Desse modo, o estágio no curso de graduação em odontologia tem como objetivo aproximar o aluno da realidade dos serviços de saúde e das necessidades da população, aprofundando seu conhecimento em determinada área e/ou complementando o conhecimento em outros cenários.

Neste sentido, o Artigo 28 das DCNO orienta que:

A carga horária do estágio curricular deve corresponder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, e não se confundirá com a carga horária das atividades práticas, exigida para o desenvolvimento das competências e habilidades clínicas específicas de cada componente curricular, mesmo que esta envolva o atendimento de pacientes.

A proposta de Estágio do presente curso observou as normas contidas na Instrução Normativa nº 01/2022 publicada pela PROGRAD/UFG, que dispõe sobre as orientações para elaboração de projetos pedagógicos de curso (PPC), que está em consonância com a legislação pertinente (Resoluções CEPEC/UFG nº 1557/2017, nº1538/2017, nº 1539/2017 e à Lei 11.788 de 2008).

As disciplinas de estágio supervisionado obrigatório são realizadas em Unidades de Saúde do SUS do município de Goiânia, nas clínicas-escola da FO-UFG, também conveniadas ao SUS, e no Campus da UFG em Firminópolis com atuação em unidades de saúde e/ou educação das Secretarias Municipais de Firminópolis e São Luís dos Montes Belos – Goiás, além de atuação junto às famílias e comunidades. A jornada de atividades de cada aluno é de 6 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais, podendo

ser de 8 horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais caso os estudantes não estejam cursando outros componentes curriculares de forma concomitante.

Assim, o Estágio da FO-UFG compreende as seguintes disciplinas, (com atividades intra e extramuros), todas do Núcleo Específico, com suas respectivas cargas horárias:

- 1) Estágio em Atenção Primária em Saúde – 64 horas;
- 2) Estágio em Odontologia Coletiva – 48 horas;
- 3) Estágio em Clínica Integrada IA – 192 horas;
- 4) Estágio em Clínica Integrada II – 192 horas;
- 5) Estágio em Clínica Integrada IIIA – 96 horas;
- 6) Estágio em Clínica Integrada IVA – 192 horas;
- 7) Estágio em Urgência – 80 horas;
- 8) Estágio Comunitário Interprofissional – 120 horas
- 9) Estágio em Serviços de Saúde I e II – 64 horas (optativo)

O total da carga horária de estágio obrigatório é de 984 horas, o que corresponde a 23,14% da carga horária do curso. As disciplinas acima descritas correspondem a estágios curriculares obrigatórios, com exceção do Estágio em Serviços de Saúde, que faculta ao estudante a participação em estágios curriculares não obrigatórios, estabelecidos e desenvolvidos em parcerias diversas.

Da coordenação, orientação e supervisão dos estágios

Os estágios curriculares obrigatórios do curso de Odontologia da UFG poderão ser cursados pelos estudantes a partir do quinto período. Já os estágios não obrigatórios poderão ser pleiteados pelos estudantes do curso de Odontologia a partir do segundo período.

Os estágios supervisionados são monitorados pelo coordenador e vice-coordenador de estágios do Curso de Odontologia (designado pelo seu colegiado), um docente orientador em parceria com um cirurgião-dentista/supervisor ou preceptor do campo de prática.

O coordenador de estágio representa o Curso de Graduação em Odontologia, junto à Coordenação Geral de Estágios da PROGRAD/UFG. Este coordenador deve contribuir com o planejamento, desenvolvimento e avaliação dos estágios, promovendo a integração com a coordenação do curso de Graduação, professores responsáveis por disciplinas de estágios, preceptores e alunos, assim como articular com os responsáveis pelos locais de práticas de estágio.

O docente orientador é o responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades de cada estagiário, sob sua responsabilidade.

O profissional cirurgião-dentista é supervisor do estagiário e responsável pelo acompanhamento direto e continuado e avaliação de suas atividades nos locais de estágio.

Os acadêmicos estagiários devem desenvolver atividades relacionadas àquelas desempenhadas pelo cirurgião-dentista preferencialmente nos cenários do SUS, conhecendo e vivenciando a realidade da comunidade. A supervisão exercida por profissionais cirurgiões-dentistas, deve ter acompanhamento presencial diário/permanente de docente da FO-UFG, conforme posto na legislação vigente sobre o estágio, contribuindo, assim, com o processo de Educação Permanente, tanto do profissional do serviço, quanto do docente.

Orientações para o estágio curricular obrigatório e não obrigatório

Os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para os estudantes do curso de Odontologia da UFG deverão:

- ser realizados apenas em instituições/ou empresas devidamente conveniadas com a UFG;
- ter um supervisor no local de estágio;
- ter como orientador um professor do curso.

Documentação obrigatória que garantirá a legalidade dos estágios obrigatórios

Previamente ao início das atividades, o estudante deve estar devidamente matriculado no componente curricular de estágio, celebrar termos de compromisso e plano de atividades (definido em conjunto com orientador e supervisor). Durante a sua

execução, deve haver controle de frequência com obrigatoriedade de cumprimento de 100% e, ao final, apresentação de Relatório Final. O seguro contra acidentes pessoais deverá ser garantido pela UFG.

Estágio não obrigatório

O contratante devidamente conveniado com a UFG, de forma direta ou por meio de agente de integração conveniado, pode ser empresa, órgão, autarquias ou pessoas físicas ou jurídicas de direito público e privado, deve:

- designar como supervisores, profissional cirurgião-dentista devidamente registrados no Conselho Regional de Odontologia de Goiás, e estarem presentes nos locais de estágio;
- designar um supervisor para até 10 estagiários, com formação ou experiência profissional;
- enviar uma avaliação semestral do estagiário para a Coordenação de Estágio do Curso de Odontologia da UFG e um resumo de atividades ao próprio estagiário ao final do período realizado. O curso de Odontologia será responsável pelo acompanhamento à distância do estagiário e avaliação. Previamente ao início das atividades, o estudante deverá celebrar termos de compromisso e plano de atividades (definido em conjunto com orientador e supervisor). O seguro contra acidentes pessoais deverá ser garantido pela concedente.

Estágio feito fora do país

O estágio feito fora do país poderá ser aproveitado ou reconhecido como estágio curricular obrigatório, desde que garantidos os pré-requisitos acadêmicos, documentais e regulamento de estágio e se adequem a proposta acadêmica do curso de Odontologia da UFG.

O Regulamento de Estágio, embora obrigatório, não integra o PPC, e deve ser entregue diretamente à Coordenação Geral de Estágio da PROGRAD, contendo as normas de frequência, acompanhamento e avaliação do estágio, bem como todos os formulários necessários ao seu desenvolvimento.

8. POLÍTICA DA INSERÇÃO DE AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACEx

A Resolução CEPEC/UFG N° 1699, de 22 de outubro de 2021, regulamenta as Atividades Curriculares de Extensão (ACEx) nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás. Com o objetivo de fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e promover a articulação da comunidade acadêmica com a comunidade externa à UFG; são consideradas ACEx as ações que:

I- tiverem como público principal a comunidade externa à UFG e que se qualificarem como um processo formativo, articulado ao ensino e à pesquisa, capaz de estimular e/ou potencializar as relações entre a universidade e outros setores da sociedade, preferencialmente públicos; e

II- promovam a participação estudantil por meio de sua inclusão como membro da equipe executora da ação de extensão.

O Artigo 4º da Resolução CEPEC/UFG N° 1699 determina que as ACEx devem corresponder a, no mínimo, 10% da carga horária total prevista nos PPC. Enquanto o Artigo 5º possibilita que, para fins de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da UFG, as ACEx poderão ser desenvolvidas na forma de Ações de extensão e/ou de componentes curriculares. Na FO-UFG as ACEx compreenderam aos seguintes componentes curriculares:

- 1) Promoção da Saúde – 32 horas;
- 2) Endodontia Clínica – 48 horas;
- 3) Clínica de Atenção Básica II – 112 horas;
- 4) Prótese Dentária II – 128 horas;
- 5) Diagnóstico Bucal IV – 64 horas;
- 6) Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial I – 64 horas;
- 7) Clínica Infantil II – 64 horas.

Em consonância com os propósitos formativos do curso Odontologia, que visa formar o egresso com o perfil capaz de *"exercer a Odontologia de forma articulada com o contexto social, econômico, cultural e ambiental"*, bem como com o objetivo de

fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, as Atividades Curriculares de Extensão (ACEx) serão realizadas no seguinte formato: Componentes Curriculares. A carga horária total das ACEx será de 512 horas, o que corresponde a 12,04% da carga horária do curso, devendo ser cumprida por todos os estudantes do curso.

Em conformidade com § 4º, Art. 13, da Instrução Normativa CEPEC Nº 01/2022, será construído um Regulamento de Inserção das ACEx para o curso de Odontologia. O documento denominado RACEx detalhará as regras a serem seguidas pelos estudantes, como carga horária de ACEx na área do curso, em outras Unidades, em IES externas à UFG, entre outros.

9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

De acordo com as DCNO (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021), “Para conclusão do Curso de Graduação em Odontologia, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente...”. Sendo uma atividade obrigatória, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) garante que todos os egressos vivenciem a produção do conhecimento científico, utilizando métodos e técnicas de pesquisa aplicados a uma fundamentação teórica sobre temas de interesse para sua formação profissional.

Desta forma, o TCC contribui para desenvolver habilidades fundamentais como leitura crítica, reflexiva e seletiva de textos científicos, formulação de problemas de pesquisa e busca por soluções e redação de trabalhos científicos que irão nortear a produção e utilização da evidência científica pelos futuros profissionais.

O TCC consiste em “[...] um documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a orientação de um orientador”. Para nortear a elaboração do TCC, a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso” foi inserida no atual Currículo do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiás (FO-UFG), a partir do ano de 2006 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2011). A disciplina de TCC, com carga horária total de 32 horas, é de caráter obrigatório, sugerindo-se que sejam cursados no 9º e 10º períodos do curso, respectivamente. Constitui, ainda, a Unidade Coletiva da matriz curricular, que engloba disciplinas que

compõem os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação entre indivíduos e sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes biológicos, sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo do processo saúde-doença. Incluem-se também os conceitos relativos aos métodos de investigação científica e elaboração de trabalhos de conclusão de curso.

Além da disciplina de TCC, a disciplina de Metodologia Científica, com carga horária de 32 horas, oferece ao aluno subsídios para que o aluno faça leitura crítica de artigos científicos, identifique lacunas de pesquisa e elabore projetos com delineamento científico adequado.

Como suporte para a elaboração dos trabalhos de conclusão de curso, a FO-UFG oferece a possibilidade de participação em projetos de Pesquisa através do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação (PIBITI). Tais programas incentivam os alunos de graduação a participarem de projetos de pesquisa desenvolvidos na unidade, em colaboração com professores e alunos de pós-graduação.

O TCC norteia-se por um regulamento específico, elaborado e atualizado pelo coordenador do componente curricular “Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”, considerando padronização, critérios de avaliação e qualidade dos trabalhos apresentados.

10. POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

As políticas de ensino, pesquisa e extensão do curso de odontologia são constituídas em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFG.

O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A Resolução nº. 7 de 18 de dezembro de 2018 (Câmara de Educação Superior, CNE/MEC) estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Destaca-se, nesse documento, a conceituação de extensão e a necessidade da regulamentação de sua inserção no currículo:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural,

científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos; [...]

De fato, considera-se atividades de extensão modalidades diversas (programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços), desde que envolvam diretamente as comunidades externas à instituição de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante (Artigos 7º. e 8º., Resolução nº. 7 de 18 de dezembro de 2018, CES/CNE/MEC).

Segundo a CNE/CES nº 3 de 19 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Odontologia, o cirurgião-dentista deve ser capaz de “analisar e interpretar os resultados de relevantes pesquisas experimentais, epidemiológicas e clínicas”.

De acordo com a ABENO,

As políticas institucionais no âmbito do curso de Graduação em Odontologia devem prever a articulação de ações de extensão, ensino, pesquisa/iniciação científica, de acordo com a organização acadêmica da IES. [...] As evidências de que tais políticas estão efetivamente implementadas no âmbito do curso, com envolvimento direto de alunos e professores nas ações supramencionadas são indispensáveis.” (MORITA *et al.*, 2018).

Ciente da posição relevante ocupada pela UFG, em âmbito regional, a instituição se preocupa com o desenvolvimento de ações que contribuam para a formação e a fixação em Goiás de recursos humanos com competências para a pesquisa, a inovação e o empreendedorismo. Para tanto, elege como princípio a valorização, no âmbito da instituição, dos pesquisadores que desenvolvem atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação, advogando que a pesquisa é a responsável, juntamente com a pós-graduação, pela formação de recursos humanos altamente qualificados. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017c).

Na FO-UFG, esta política é implementada, valorizando as atividades de pesquisa, com o entendimento que elas estão atreladas ao ensino de profissionais críticos e preparados para enfrentar os problemas da sociedade. Para tanto, as Comissões de Pesquisa e de Extensão atuam na análise e acompanhamento dos Projetos desenvolvidos

na Unidade.

Ainda de acordo com a ABENO (MORITA *et al.*, 2018)

o aprendizado deve ter como referência a construção do conhecimento e a realidade de vida das pessoas; a pesquisa deve estar articulada com os principais problemas de saúde bucal da população, e a extensão deve ser desenvolvida como estratégia de aprendizado e interação com a comunidade, servindo como instrumento de construção de cidadania.

Neste sentido, as linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Odontologia são orientadas no sentido de fomentar pesquisas de inovação com ênfase na investigação das necessidades da comunidade, sendo elas: 1) Perspectivas em Odontologia Clínica: Estuda diferentes aspectos de intervenções clínicas adotadas em procedimentos odontológicos e seu impacto para profissional e paciente, bem como investiga recursos, dispositivos e métodos para otimizar o armazenamento, recuperação e gerenciamento de informações para a resolução de problemas e tomada de decisão na clínica odontológica. 2) Desempenho de materiais odontológicos: Analisa as propriedades físicas, mecânicas, químicas e biológicas de materiais e equipamentos odontológicos. 3) Alterações do sistema estomatognático: Investiga a etiopatogenia, o diagnóstico e/ou o tratamento de alterações relacionadas ao sistema estomatognático, bem como pesquisa recursos, dispositivos e métodos para otimizar o armazenamento, recuperação e gerenciamento de informações biomédicas para a resolução de problemas e tomada de decisão. 4) Saúde Bucal Coletiva: Investiga aspectos relacionados à ocorrência, distribuição e determinantes de agravos em odontologia, bem como pesquisa recursos, dispositivos e métodos para otimizar o armazenamento, recuperação e gerenciamento de informações com ênfase na promoção da saúde.

Os projetos desenvolvidos dentro dessas linhas de pesquisa envolvem a participação ativa de estudantes de graduação e pós-graduação, que realizam estágios em centros de Pesquisa consolidados e estruturados para o atendimento de pacientes e coleta de dados de pesquisa, integrando as atividades de ensino, pesquisa e extensão para a solução dos problemas da comunidade.

Na proposta das DCNO (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021) recomenda-se que as políticas institucionais tenham como referência para as definições no âmbito dos cursos o tripé que sustenta o ensino superior. No ensino deve-se buscar o papel ativo do estudante no aprendizado e a realidade de vida dos usuários dos serviços de saúde bucal. Em relação à pesquisa deve-se levar em conta os principais problemas de saúde bucal da

população para conduzir um ensino baseado em pesquisa. E a extensão deve ser pensada como uma estratégia de aprendizado, realizada em interação com a comunidade.

Em relação à pós-graduação, esta tem integrado com a graduação em diferentes programas e atividades em que os docentes da FO participam, buscando integrar alunos de graduação em suas atividades, por meio das seguintes ações:

- Iniciação científica: a maioria dos docentes que estão na pós-graduação orienta alunos com bolsa de iniciação científica.
- Estágio Docência: os alunos de pós-graduação realizam atividades com alunos de graduação junto a disciplinas do Curso de Odontologia, supervisionados por orientadores docentes.
- Produção intelectual: a produção de conhecimento, por meio de apresentações em eventos e publicação de artigos, busca integrar os alunos da graduação, pós-graduação e docentes da pós-graduação.

11. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM E APOIO AO DISCENTE

Os processos avaliativos serão realizados de acordo com o que determina o RGCG da UFG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2022), Capítulo IV que trata “Da Avaliação, Da Segunda Chamada de Avaliação, Da Revisão de Nota, Da Frequência, Da Revisão de Frequência, Do Aproveitamento de Componentes Curriculares e de Atividades Complementares, Da Validação, Da Equivalência e Da Dispensa de Componente Curricular por Extraordinário Domínio de Conteúdos”. Os processos e os critérios de avaliação, bem como o cronograma de avaliações, deverão estar previstos no plano de ensino do componente curricular.

Serão priorizados processos avaliativos formativos, participativos e voltados à aprendizagem, na lógica do acompanhamento e avaliação sócio-afetiva, por meio de reuniões de Conselho de Classe, questionários de avaliação dos componentes curriculares, avaliação institucional e análise do desempenho acadêmico individual e coletivo; conforme Art. 16, § 1º, da Instrução Normativa CEPEC nº 01/2022.

Os Conselhos de Classe são órgãos colegiados compostos pelo coordenador de curso, coordenadores de disciplinas, técnico-administrativos e representação estudantil,

estabelecidos para cada período letivo do curso, de acordo com Resolução 01/99 do Conselho Diretor da FO-UFG.

A avaliação da aprendizagem deverá ser realizada no sentido de superar alguns problemas existentes. Para tal, buscar-se-á diminuir a ênfase na avaliação classificatória, redimensionar o conteúdo da avaliação tendo em vista os objetivos da aprendizagem e alterar a postura dos docentes e estudantes diante dos resultados da avaliação, entendendo esta como um momento privilegiado da aprendizagem. Nesse sentido, deve-se incentivar a alteração na metodologia de trabalho em sala de aula e promover a conscientização da comunidade educativa tendo em vista a construção de critérios claros de avaliação, pactuados entre docentes e discentes e o incentivo à aprendizagem e aproveitamento coletivos, favorecendo a solidariedade entre os pares.

Buscando a formação de um profissional que seja capaz de ter uma postura crítica frente à realidade e a potencialidade de transformá-la, é necessário estabelecer um processo de aprendizagem que propicie ao estudante exercer a auto-avaliação. A auto-avaliação tem como objetivo estimular a autocrítica, uma das maiores dificuldades da condição humana e que não é favorecida pela educação tradicional.

Além disso, os estudantes terão a oportunidade de usufruir de ações de apoio docente, como monitoria, tutoria, incentivo a estágios não curriculares, apoio psicopedagógico, mobilidade nacionais e internacionais entre outras; conforme Art. 16, § 2º, da Instrução Normativa CEPEC nº 01/2022.

12. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA EXTERNA

No site da Comissão de Avaliação Institucional pode-se encontrar um histórico deste processo no âmbito da UFG que está parcialmente transcrito abaixo.

O processo de Avaliação Institucional iniciou-se na UFG em outubro de 1994, com sua incorporação ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Até 1997 o PAIUB na UFG abrangeu somente o ensino de graduação. Em 1998, mantendo-se no PAIUB, a UFG incorporou um novo modelo abrangendo toda a comunidade universitária em suas dimensões interna e externa. Uma nova Comissão de Avaliação Institucional (CAVI) redirecionou o processo a partir de 1999 e após consultorias, palestras e discussões, foi constituída a Equipe Multidisciplinar

de Avaliação Institucional (EMAI) que imprimiu novo modelo de avaliação na UFG, a ser implementado em órgão e unidades que se interessassem em participar. Nascendo, assim o projeto “*Avaliação institucional: uma mudança em curso*”, que visava avaliar resultados orientados por metas definidas em planejamentos coletivos.

Na FO-UFG o processo de avaliação interna tem se dado através de um instrumento aplicado aos discentes desde meados da década de 1980. Em 2002, foi concebido o Programa de Gestão Estratégica (PGE), que contemplou marcos teóricos, como a integração dos processos autoavaliativos; a participação coletiva; a perspectiva da globalidade; o processo formativo e ético; a integração de múltiplos instrumentos avaliativos e a combinação de diversas metodologias; o respeito à identidade e história de cada local de trabalho da UFG. Muitos desses marcos teóricos foram reiterados, em 2003, pela Comissão Especial de Avaliação (CEA), e contemplados nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

No ano de 2005 a FO-UFG pleiteou e foi contemplada com os recursos do PRÓ-SAÚDE, que requereu e viabilizou a sistematização da avaliação da implantação do novo currículo do curso de Odontologia da FO-UFG, em 2009.

De acordo com o Regimento Interno da UFG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2015) no seu artigo 157 a “implementação do processo de avaliação institucional ficará a cargo da Comissão de Avaliação Institucional/Comissão Própria de Avaliação”. Desde então a CPA vem trabalhando no aperfeiçoamento e ampliação do processo de avaliação institucional.

Em 2016 e 2017, por meio do portal institucional, foram colocados à disposição quatro (4) processos avaliativos: autoavaliação institucional (estudantes, professores e técnicos administrativos), autoavaliação discente (estudantes de graduação presencial e EaD), avaliação do desempenho didático do docente pelo estudante (de graduação presencial e EaD), e avaliação da turma pelo docente (de graduação presencial e EaD). Em 2018, foram introduzidos novos instrumentos, “*avaliação de curso pelo docente e discente*”, aos já existentes. Aliado aos instrumentos criados houve a implantação do instrumento “*autoavaliação do docente*” já previsto no projeto anterior e a alteração da periodicidade da AI, passando a ser aplicada em sua totalidade anualmente.

Propõe-se neste PPC, que o processo de Acompanhamento e Avaliação seja desenvolvido a partir da análise dos dados produzidos pela CPA, com ampla divulgação dos resultados na FO-UFG. Esta deve ser uma atividade a ser desenvolvida pelo NDE, bem como a avaliação da implantação desta nova matriz curricular. Deve-se dar

continuidade da realização dos conselhos de classe de todas as disciplinas envolvidas no semestre, seus professores responsáveis e representação estudantil. Deve-se incentivar a prática da avaliação da disciplina realizada pelos docentes, discentes e TAE envolvidos a cada semestre. Levando em consideração os objetivos do curso de odontologia, os objetivos da disciplina, os processos avaliativos adotados e as estratégias de ensino.

A avaliação externa deverá ser realizada nos moldes propostos pela Reitoria da UFG, utilizando os instrumentos vigentes. Os relatórios produzidos pela CPA devem orientar a avaliação externa do curso de Odontologia. Além disso, os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE deverão subsidiar o processo de avaliação do curso.

13. POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A Faculdade de Odontologia (FO) conta com 54 (cinquenta e quatro) docentes efetivos e dentre esses 52 (cinquenta e dois) possuem o título de doutor, um docente possui titulação de Mestre e um de Especialista. A unidade conta, ainda, com professores substitutos para as situações previstas de licenças e afastamentos. Assim, em 2022, a FO tem em atividade 03 professores substitutos, com título de Doutorado.

Quanto ao quadro de servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAE), a FO conta com o total de 52 (cinquenta e dois), dentre os quais 50 (cinquenta) possuem algum tipo de Especialização, 5 (cinco) possuem a titulação de Mestrado e 4 (quatro) de Doutorado. Há que se ressaltar que dentre os técnicos servidores de nível superior tem-se 11(once) cirurgiões-dentistas, que em conjunto respondem por serviços odontológicos da unidade acadêmica nas áreas de: ambulatório de urgência, de Estomatologia e de Radiologia. Eles atuam como preceptores também para os alunos em estágios curriculares, bem como compõem equipes executoras de projetos de extensão com serviços à comunidade.

A gestão de pessoas ocupa posição estratégica na instituição, como está apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFG “...realizando as atividades de provimento, capacitação, avaliação e administração da vida funcional, na perspectiva do crescimento da UFG de forma a integrar todos que nela trabalham”. A gestão de pessoas deve ainda procurar resgatar o sujeito ativo, que instigue decisões,

empreendedor de ações e criador de inovações. Entende-se que o ambiente de trabalho deve ser também um espaço de educação para a construção de consciência crítica e para o desenvolvimento de relações democráticas e éticas. Nesse sentido, a qualificação do pessoal é um objetivo que tem sido alcançado. A FO está inserida na política de gestão de pessoas da Universidade por meio dos subsistemas existentes – recrutamento e seleção, avaliação de desempenho, treinamento e desenvolvimento.

A Faculdade de Odontologia é uma das unidades da UFG que acessam o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica (SPGE) para efetivar o Plano Anual de Capacitação e Qualificação dos servidores TAE da UFG, aliando as necessidades institucionais às possibilidades de ascensão na carreira, considerando:

- Previsão de participação dos servidores em programas de desenvolvimento que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal;
- Projetos de capacitação modulares que considerem as dimensões cognitiva, emocional, comportamental e atitudinal, visando o desenvolvimento global do profissional;
- Programação visando a reflexão sobre a prática gerencial, de forma a favorecer o desenvolvimento dessa competência na instituição;
- Programa de qualificação para o atendimento ao público, incluindo as pessoas com deficiências, a fim de profissionalizar a atividade;
- Processo de validação dos programas de treinamento e desenvolvimento, por meio de avaliações efetuadas pela chefia imediata e equipes;
- Processo de avaliação do desempenho funcional como processo pedagógico, realizado mediante critérios objetivos, decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho, como ferramenta gerencial.
- Apresentação de perfil desejado para realização de concursos públicos que favoreçam a seleção por competência e a captação de pessoas adequadas aos padrões previamente definidos.
- Articulação com a Pró-Reitoria de Pessoas para a movimentação de servidores técnico-administrativos, por meio de remoção interna, redistribuição e lotações provisórias, de forma a favorecer o aproveitamento das formações e competências.

- Incentivo à participação dos servidores técnico-administrativos em projetos de pesquisa e de extensão, incluindo a Coordenação de projetos.
- Incentivo à participação de professores e técnicos administrativos aposentados nas atividades acadêmicas e administrativas da unidade, por meio da formalização do trabalho Voluntário UFG.
- Há que se realizar, ainda, estudo visando o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, motivado por novas demandas.

A Faculdade de Odontologia vem realizando a qualificação dos seus docentes por meio de várias ações desenvolvidas durante o ano letivo. Realiza regularmente as Semanas de Planejamento Pedagógico e Administrativo todo início de semestre. Nestes encontros dos docentes e dos Técnicos administrativos são discutidos temas variados visando a formação dos docentes nas suas funções pedagógicas e administrativas.

A Faculdade de Odontologia, apoiada pelo NDE, desenvolveu no ano de 2016 um programa de extensão Doce Docência que inicialmente tinha a finalidade de “formar um grupo de estudo sobre as funções docentes a partir dos desejos, sonhos, encantamentos e inquietações de cada participante”. Este grupo se reuniu durante o segundo semestre de 2016 e fez a proposta ao Conselho Diretor (CD) de realizar atividades de capacitação docente na FO, durante o semestre letivo e horários protegidos.

Além desta iniciativa da Faculdade de Odontologia, a UFG por iniciativa da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) instituiu em 2017 Comissão para o Desenvolvimento do Ensino Criativo, Colaborativo e Inovador (DECCI) com o objetivo de “socializar experiências e estratégias colaborativas e inovadoras na UFG” <https://decci.prograd.ufg.br/>. Desde então, esta Comissão tem realizado eventos na UFG onde diferentes aspectos da função docente são discutidos. A FO estimula os seus docentes a participarem destas atividades.

A UFG possui um órgão suplementar da Reitoria, criado em 2007, com a finalidade de implementar e apoiar as atividades acadêmicas de graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa integradas pelas tecnologias da informação e comunicação e na modalidade a distância, desenvolvidas pela instituição. Este órgão é o Centro Integrado de Aprendizagem em Rede da Universidade Federal de Goiás - CIAR/UFG. Dentre as atividades desenvolvidas pelo CIAR, destaca-se a oferta de cursos de formação em EaD e de uso do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, para professores, técnicos, tutores ou estudantes que ingressam nessa modalidade de ensino ou

que atuam na modalidade presencial; a produção de material didático, em conjunto com professores das unidades acadêmicas, nos formatos impresso, audiovisual e multimídia; e o suporte tecnológico para instalação de computadores e softwares, configuração de rede e realização de atividades por meio de webconferência.

14. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS OBRIGATÓRIOS

Neste item buscar-se-á evidenciar em quais disciplinas e atividades curriculares do Curso de Odontologia encontram-se as temáticas conhecidas por “requisitos legais” dos PPC. Estes requisitos legais estão amparados por legislação específica, no formato de leis ou outras formas de publicação do Ministério da Educação. Atualmente são considerados requisitos legais: **História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena**, baseada na Lei Federal nº. 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP nº. 1/2004; **Educação para os Direitos Humanos**, baseada nas Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos; **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, fundamentada na Lei Federal nº. 12.764/2012; **Educação Ambiental**, baseada na Lei Federal nº. 9.795/1999 e no Decreto nº. 4.281/2002; **Componente curricular de Introdução à Língua Brasileira de Sinais - Libras**, baseado no Decreto nº. 5.626/2005.

14.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia (DCNO), instituídas em fevereiro de 2002 pela Resolução CNE/CES nº 3, constam o perfil do egresso do curso, bem como as competências gerais e específicas desejáveis na formação deste profissional. Segundo Gonzales & Almeida (2010, p.562), as DCN buscam, a partir da especificação do perfil profissional e dos conteúdos a serem desenvolvidos que a formação se dê de “acordo com as necessidades atuais da população, bem como para atuarem com qualidade e resolutividade no SUS”.

As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia DCNO, Resolução Nº 3, de 21 de julho de 2021, enfatizam alguns pontos do documento anterior de 2002, e amplia a definição do perfil do egresso: “cirurgião-dentista generalista, dotado de sólida formação técnico-científica e ativo no desenvolvimento profissional permanente em função dos avanços do conhecimento; humanístico e ético, atento à dignidade da pessoa humana e às necessidades individuais

e coletivas, promotor da saúde integral e transformador da realidade em benefício da sociedade; apto à atuação em equipes, de forma interprofissional, interdisciplinar e transdisciplinar, proativo e empreendedor, com atitude de liderança; comunicativo, capaz de se expressar com clareza; crítico, reflexivo e atuante na prática odontológica em todos os níveis de atenção à saúde; consciente e participativo frente às políticas sociais, culturais, econômicas e ambientais e às inovações tecnológicas”. Detalha as competências gerais que devam ser desenvolvidas pela graduação em Odontologia, mantendo as mesmas da versão anterior, a saber: atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, gestão em saúde e educação permanente. Um conceito que perpassa todo o documento é a atuação interprofissional, interdisciplinar e transdisciplinar como competência desejável deste profissional; assim como as orientações sobre a necessidade de inclusão de mecanismos de flexibilidade no curso de graduação. A flexibilidade curricular ganha uma seção específica nas DCNO, seção III do capítulo V, ressaltando a importância da criação de elementos que permitam a “flexibilidade individual de estudos, de forma a permitir distintos percursos formativos para os estudantes”. Os componentes curriculares optativos são caracterizados “como módulos ou outras atividades acadêmicas, que serão oferecidas pelo curso na área de conhecimento específico da Odontologia ou de outras áreas, para escolha pelo estudante, visando a constituir percurso formativo próprio”.

Os formuladores deste PPC entendem que há necessidade de continuar com o processo formativo dos docentes para que o perfil desejado do egresso, bem como as competências gerais e específicas possam ser desenvolvidas durante a graduação. A integração dos conteúdos e práticas dos componentes curriculares deve ser apoiada e consolidada por meio de um processo de educação permanente previsto como formação docente institucional.

14.2. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura-afro-brasileira e africano

O Curso de Odontologia terá como ponto de apoio para o planejamento e desenvolvimento de suas atividades o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da UFG. De forma geral, a coordenação de curso busca estimular o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão junto a comunidades quilombolas e indígenas, preferencialmente unindo estudantes de graduação e pós-graduação, lembrando que – as pesquisas deverão respeitar os princípios da ética e as normativas

estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde e Sistema Nacional de Revisão Ética de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, o Sistema Comitê de Ética em Pesquisa/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/Conep) e que as atividades de extensão devem buscar preferencialmente o desenvolvimento de atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde bucal nestas comunidades.

A História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena é contemplada em disciplinas ministradas durante o primeiro ano do curso (Sociologia e Saúde; Antropologia da Saúde), conteúdo que também é resgatado para a discussão de determinantes sociais da saúde, realizada por disciplinas do campo da saúde coletiva. Além disso, estas disciplinas trabalham com políticas públicas de saúde específicas destas populações, a saber: Política Nacional de Saúde Integral à População Negra, Programa Brasil Quilombola e Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (BRASIL, 2002, 2004, 2009).

Como estratégia de divulgação e valorização da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena a coordenação de curso, por meio de sua assessoria de comunicação, divulgará e celebrará o “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares, que foi instituído pela Lei nº. 12.519/2011 e o “Dia do Índio”, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de abril, instituído pelo Decreto-Lei nº. 5.540/1943.

14.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos se dá de modo mais direto em disciplinas como Bioética, que contextualiza os direitos de primeira, segunda e terceira geração, enfatizando princípios importantes à relação profissional paciente e também à relação pesquisador e participante de pesquisa. Também em disciplinas da área de saúde coletiva que, em especial, evidenciam a saúde como um direito humano, reforçando a necessidade do cuidado humanizado, perpassando as relações individuais e alcançando uma dimensão coletiva pela responsabilidade do cuidado em saúde.

Além disso, a garantia do acesso à saúde como um direito humano manifesta-se na própria natureza do atendimento à população, por meio de regulação ao sistema de encaminhamentos da prefeitura de Goiânia. Também, protegendo os interesses de populações específicas, identifica-se o atendimento a presidiários, menores em conflito com a lei, pessoas em situação de rua e população indígena nos serviços de urgência. Destaca-se que próximo ao prédio do Curso de Odontologia funciona o

“Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), [que] faz parte das práticas de políticas públicas previstas no decreto nº 7.053/2009, da Presidência da República, bem como na tipificação nacional de serviços socioassistenciais. O serviço é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ ou sobrevivência” (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2019).

Apesar da Casa de Apoio ao Indígena (CASAI) ter relativa proximidade geográfica com a FO, a localização vizinha do Hospital Araújo Jorge e Hospital das Clínicas, acaba sendo rota da população indígena que está em estadia para tratamentos mais complexos de saúde, geralmente realizados nestes hospitais.

Projetos de extensão desenvolvidos na FO garantem acesso à saúde para pessoas que têm dificuldade de gozar deste direito em outros serviços públicos, como, por exemplo, crianças e adultos que têm medo do tratamento odontológico são encaminhadas para atendimento sob sedação no Núcleo de Estudos em Sedação Odontológica (NESO), pessoas com deficiência (PCD) ou outras necessidades odontológicas especiais são atendidas no Grupo de Estudos sobre Pacientes Especiais e Tratamento Odontológico (Gepeto), ou ainda, na disciplina Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais, a ser implantada nesta nova matriz curricular.

Os Direitos Humanos também têm sido preocupação de políticas institucionais da UFG, reafirmadas, divulgadas e discutidas pela FO, citada como exemplo a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 12/2017 que dispõe sobre normas e procedimentos a serem adotados em casos de assédio moral, sexual e quaisquer formas de preconceito (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017e). Assim, ao divulgar e discutir a referida resolução a FO permite a criação de uma cultura de respeito aos direitos humanos, orientando a necessidade de respeito à diversidade e desestimulando ações que discriminam e estigmatizam as pessoas. Neste sentido, acredita-se que a formação para Direitos Humanos, ainda que com foco nos estudantes de graduação, deve ser realizada com todos os atores da FO, deste modo, aprende-se também o respeito pelos Direitos Humanos por meio das relações que conformam o que se pode chamar de “currículo oculto”.

14.4. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) relaciona-se com o item anterior uma vez que a Educação para Direitos Humanos, como fora mencionado, busca o respeito pela diversidade e opõe-se à discriminação e

estigmatização das pessoas. Neste contexto, esta proteção também é trabalhada na disciplina de Bioética, e por ser condição geralmente diagnosticada ainda na infância, é abordada nas disciplinas de Odontopediatria e Clínica Infantil. Ainda é um conteúdo exposto nas disciplinas de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais.

Estas disciplinas e projetos de extensão servem aos dispositivos legais que tratam do “incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; e o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País” (BRASIL, 2012). É importante ressaltar que estas disciplinas tratam além de pessoas com TEA, outras pessoas com deficiência, primando pela integralidade de atenção à saúde, o que está em acordo com o Estatuto da pessoa com deficiência, definido pela Lei nº. 13.146/2015 (BRASIL, 2015).

Vale lembrar que está em vigor a Lei Estadual nº 20.116/2018, que determina aos estabelecimentos públicos e privados a obrigatoriedade da inclusão nas placas informativas de atendimento prioritário como símbolo mundial do autismo. Neste sentido, a FO ao respeitar esta Lei em seus espaços de atendimento ao público divulga e promove a discussão sobre o TEA entre os estudantes e a comunidade. O somatório dessas ações contribui para um ambiente de inclusão, uma vez que os estudantes passam a ter oportunidades para conhecer e conviver mais com pessoas com deficiência, manifestação da complexidade da sociedade, e que oportunizam a formação para um olhar empático.

14.5. Titulação do Corpo Docente

Atualmente, a Faculdade de Odontologia apresenta 54 (cinquenta e quatro) docentes efetivos e 3 (três) docentes substitutos lotados nesta unidade de ensino. No art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, prevê que um terço do corpo docente, pelo menos, deve ter titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e que, um terço do corpo docente seja contratado em regime de tempo integral. Na FO 55 docentes possuem o título de Doutorado, 01 de Mestrado, e 01 de Especialista; 50 docentes são contratados em regime de Dedicação Exclusiva, portanto contemplando o previsto na Lei.

14.6. Núcleo Docente Estruturante

A Faculdade de Odontologia possui um Núcleo Docente Estruturante de acordo com o previsto na Resolução CONAES N° 1, de 17 de junho de 2010. Os docentes do NDE são doutores cientes das suas atribuições, principalmente as que respondem mais diretamente pela concepção, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

Destaque para a atuação do NDE na condução do Planejamento Pedagógico e Administrativo da FO que acontece semestralmente, além de atuar ativamente na divulgação dos Programas de Capacitação Docente, promovidos pela UFG. Durante a Semana de Planejamento são discutidas estratégias pedagógicas, documentos normativos, e orientações para o desenvolvimento dos Planos de Ensino dos componentes curriculares a serem oferecidos nos respectivos semestres. O NDE também acompanha a avaliação dos processos de ensino-aprendizagem e o apoio ao discente desempenhados pelo conselho de classe.

14.7. Carga horária mínima

Segundo a Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007) que dispõe, entre outros assuntos, sobre carga horária mínima de integralização dos cursos de bacharelado, a carga horária mínima recomendada para os cursos de Odontologia é de 4.000 horas. Portanto, o curso de Odontologia da UFG se enquadra neste requisito legal uma vez que a carga horária de integralização é de 4.172 horas.

14.8. Tempo de Integralização

Segundo a Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007) que dispõe também sobre tempo mínimo de integralização prevê que os cursos com carga horária mínima de entre 3.600 e 4.000 horas tem como limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos (artigo 2º, inciso III, letra D). Portanto, o curso de Odontologia da UFG se enquadra neste requisito legal uma vez que estipula como tempo mínimo de 5 anos de integralização e máximo de 8 anos.

14.9. Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

A UFG, bem como a FO, se preocupa com a acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida às dependências desta instituição. Há rampas de acesso ao prédio pela praça Universitária e pela 1ª avenida. O prédio possui elevador que

viabiliza o acesso destas pessoas às clínicas odontológicas dos 3 pisos. No entanto, ainda precisa ser providenciado piso tátil dentro do prédio e letreiros na língua de sinais.

14.10. Disciplina optativa de Introdução à Língua Brasileira de Sinais - Libras

O curso conta com a oferta de disciplina de Introdução à Língua Brasileira de Sinais - Libras como disciplina optativa, realizada pela Faculdade de Letras da UFG. O estudante é estimulado a cursar esta disciplina, desde o início do curso. Além disso, foi retirado o pré-requisito existente na matriz desde 2006.

14.11 Informações acadêmicas

Os requisitos legais e normativos obrigatórios estão incluídos nas diferentes disciplinas do curso e devem receber destaque nas reuniões semestrais de planejamento pedagógico do curso. Ademais, as atividades de pesquisa e extensão realizadas pelo Curso de Odontologia e demais cursos da UFG têm contemplado alguns destes requisitos.

14.12. Política de Educação Ambiental

A Educação Ambiental evidencia-se nas disciplinas de Controle de Infecção, Bioética e Orientação Profissional que discutem as normativas de vigilância sanitária e ambiental, primando pela conservação do meio ambiente. A FO conta com uma Comissão de Controle de Infecção, que visa identificar problemas e otimizar procedimentos padrões para alcançar melhores resultados, e que atua regida pelo Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde PGRSS da FO-UFG, revisado e atualizado em 2022, (PAIVA *et al.*, 2007; ARANTES & CARVALHO, 2022), elaborado em atendimento às Resoluções N.306/2004 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004) e N.358/2005, (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005). Adicionalmente, podem ser percebidas ações institucionais como de aquisição de novas tecnologias, por exemplo, do sistema de radiografia digital odontológica, com o objetivo de redução de lixo e eliminação de produtos tóxicos ao meio ambiente, os quais eram necessários para o processamento radiográfico convencional.

De modo mais específico, este requisito é trabalhado nas disciplinas de Saúde Coletiva, evidenciando a perspectiva dos aspectos ambientais como determinantes para as condições de saúde e doença da população. Além disso, os estudantes são estimulados a refletir como o meio ambiente está ou não protegido pelas legislações do Brasil e do mundo e, a partir daí, a ponderarem o papel da política internacional e a necessidade de

uma agenda global para o enfrentamento de problemas neste contexto. Nestas disciplinas, ao se abordar conceitos de promoção da saúde também se inclui a perspectiva da Educação Ambiental para a qualidade de vida dos próprios estudantes, sendo um estímulo para desenvolvimento de espaços de vida mais saudáveis.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, A.C.A. & CARVALHO, M.C. Revisão e atualização do Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde PGRSS. GOIÂNIA: UFG, 60p., 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO ODONTOLÓGICO – ABENO. Estágios supervisionados. Reunião Paralela da ABENO, 2003. Disponível em: <http://www.abeno.org.br>. Acesso em: 24/04/2019.

BARBOSA, F.T.L; TEIXEIRA, S.R; NUNES, M.F; FREIRE, M.C.M. Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais nos cursos de Odontologia: opinião de formandos de uma universidade pública Revista da ABENO, v.16, n.4, p.61-71, 2016.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Programa Brasil Quilombola: comunidades quilombolas brasileiras: regularização fundiária e políticas públicas. 2004. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/mdh/navegue-por-temas/Igualdade%20Racial/artigos-igualdade-racial/programa-brasil-quilombola>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. 2012.

BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência-Brasília: Senado Federal, coordenação de Edições Técnicas, Conteúdo: Lei nº 13.146/2015. 2015. 65p.

CARVALHO, A.C.P. Ensino de Odontologia no Brasil. Capítulo 2. pag.10. Educação Odontológica. Org. Carvalho, A.C.P. & Kriger, L. Artes Médicas. São Paulo. 264 p. 2006.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Código de Ética Odontológica Resolução CFO-118/2012.

DIAS, H.S; LIMA, L.D; TEIXEIRA, M. A trajetória da política nacional de reorientação da formação profissional em saúde no SUS. Ciência & Saúde Coletiva, n.18, v. 6, p.1613-1624, 2013.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA. Resolução CD/FO 2/2018. Aprova os critérios adotados pela Faculdade de Odontologia para o registro das atividades complementares pelo Curso de Graduação em Odontologia da Universidade Federal de Goiás, em 13 de dezembro de 2018.

FEUERWERKER, L. Além do discurso de mudança na educação médica – processos e resultados. São Paulo: Hucitec; Londrina: Rede Unida; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica, 2002.

FRAZÃO, P.; NARVAI, P.C. Cobertura e vigilância da fluoretação da água no Brasil: municípios com mais de 50 mil habitantes. - São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2017.

FREIRE, M.C.M *et al.* Prevalência de cárie e necessidades de tratamento em escolares de 6 a 12 anos da rede pública de ensino. Revista de Saúde Pública, v.33 (4), p. 385-90, 1999.

FREIRE, M.C.C. *et al.* Caries severity declined besides persistent untreated primary teeth over a 22- year period: Trends among children in Goiânia, Brazil. Int J Paediatr Dent. v. 29, p. 129–137, 2019.

FRENK, J; CHEN, L. Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. *The Lancet*. London, v.376, n.9756. p.1923-1958, dec. 2010.

GOIÁS. Lei nº 20.116, de 08 de junho de 2018 – Obriga os estabelecimentos públicos e privados a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo. 2018.

GONZALEZ, A.D. & ALMEIDA, M.J. Movimentos de mudança na formação em saúde: da medicina comunitária às diretrizes curriculares. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 551-570, 2010.

GUIMARÃES, P.B; MAGALHÃES, A.P. A importância da interdisciplinaridade no ensino superior universitário no contexto da sociedade do conhecimento Revista Científica Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 09 – Ano V – 05, p1-17. 2016.

HORA, D.L. *et al.* Propostas inovadoras na formação do profissional para o Sistema Único de Saúde. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 471-486, Dec. 2013.

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

LELES, C. R.; OLIVEIRA, L. B.; MORANDINI, W. J.; SILVA, E.T. Formulação de questões clínicas estruturadas para pesquisa: uma abordagem prática. *Revista da ABENO*, v. 7, p. 47-53, 2007.

MATIAS, K.K. Metodologias de ensino e práticas pedagógicas em um curso de graduação em Odontologia (Tese). Goiânia: Universidade Federal de Goiás; 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 3. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia, de 19 de fevereiro de 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Alterações do Estatuto da Universidade Federal de Goiás. Portaria nº 522, de 27 de março de 2003. Parecer CNE/CES nº 219/2002. 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia. Parecer Nº 803/2018, aprovado em 05 de dezembro de 2018a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. 2018b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Diário Oficial da União. Resolução Nº 3, de 21 de junho de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Programa de Preparação Estratégicas de Pessoal da Saúde. Programa de Trabalho. Brasília, 1976.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Edital Nº 10, 23 de julho de 2018. Seleção para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde Pet-Saúde/Interprofissionalidade - 2018/2019. Publicado em: 24/07/2018 | Edição: 141 | Seção: 3 | Página: 78.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005 Publicada no DOU no 84, de 4 de maio de 2005, Seção 1, páginas 63-65. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. 2005.

MORITA, M.C; SCAVUZZI, A.I.S; CARCERERI, D.L; FONTANELLA, V.R.C. Documento orientador da ABENO para qualidade dos cursos de graduação em Odontologia. Revista da ABENO. v. 18(2) p. 1-38, 2018.

PAIVA, E.M.M.; TIPPLE, A.F.V.; SASAMOTO, S.A. Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde PGRSS-2007. GOIÂNIA: UFG, 32p., 2007.

PIMENTEL, E.C. *et al.* Ensino e aprendizagem em estágio supervisionado: estágio integrado em saúde. Rev. bras. educ. med., Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 352-358, Sept. 2015.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Assistência social. Alta Complexidade. Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). 2019. Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=782&m=4643>

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Portaria Nº 478/2018 Estabelece normas e regulamenta a realização de atividades acadêmico estudantis no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia-GO e dá outras providências. DOM eletrônico Edição 6963, p.77-122, de 27 de dezembro de 2018.

REEVES S. Why we need interprofessional education to improve the delivery of safe and effective care. Interface (Botucatu). V. 20 (56), p.185-96. 2016.

SANTANA, R.R.Q; QUEIROZ, M.G. Formação de cirurgiões-dentistas para atuar na saúde da família In: Ensino na saúde; transformando práticas profissionais.1 ed. Goiânia: Gráfica UFG, v.1, p. 71-88, 2015.

SANTOS, L; JESUS, M.L. Currículo Integrado. In Ceccim, R.B. et al. EnSiQlopedia das residências em saúde [recurso eletrônico] (Série Vivências em Educação na Saúde). Porto Alegre: Rede UNIDA, p.61-62, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC 1008. Fixa o Currículo Pleno do Curso de Graduação em Odontologia - Bacharelado, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2006 e dá outras providências. Goiânia, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução conjunta CONSUNI/ CEPEC/ Conselho de Curadores nº 01/2015. Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal de Goiás, considerando o Estatuto aprovado pela Portaria no 9 de 23/01/2014-MEC, publicada no DOU de 24/01/2014. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC Nº 1557. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da Universidade Federal de Goiás, e revoga as disposições em contrário. Goiânia, 2017a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução - CEPEC Nº 1525. Altera o Anexo I da Resolução CEPEC Nº 1008, que fixa o Currículo Pleno do Curso de Graduação em Odontologia - Bacharelado, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2006 e dá outras providências. Goiânia, 2017b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Plano de Desenvolvimento Institucional da UFG – 2018-2022. Goiânia, 2017c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC 1538. Disciplina os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios dos cursos de bacharelado da Universidade Federal de Goiás, e revoga as resoluções CEPEC nº 766/2005 e nº 880/2008. Goiânia, 2017d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CONSUNI Nº 12/2017 Dispõe sobre normas e procedimentos a serem adotados em casos de assédio moral, sexual e quaisquer formas de preconceito, no âmbito da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017e.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC nº. 1699, de 22 de outubro de 2021. Regulamentação das Atividades Curriculares de Extensão (ACEEx) nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA. Instrução Normativa nº. 01, de 21 de março de 2022. diretrizes e procedimentos para elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de graduação da Universidade Federal Goiás. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC/UFG Nº 1791, de 07 de Outubro de 2022. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2022. Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2022_1791.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Portal Sempre UFG. Disponível em: <https://sempreufg.ufg.br/p/30775-apresentacao>.

WASS, V.; VAN DER VLEUTEN, C.; SHATZER, J.; JONES, R. Assessment of clinical competence. *Lancet*; v.357 (9260), p. 945–49, 2001.

WERNER, C.W.A. Ensino de Odontologia no Brasil. Capítulo 16. Educação Odontológica. Org. CARVALHO, A.C.P. & KRIGER, L. Artes Médicas. São Paulo. 264 p. 2006.

16. ANEXOS

16.1 ANEXO 1: Parecer do Núcleo Docente Estruturante (2016) sobre a análise da matriz curricular do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Goiás

16.2 ANEXO 2: Critérios adotados pela FO-UFG para registro das ATIVIDADES COMPLEMENTARES – Resolução CD/FO N° 02/2018